

HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA

**IMAGENS DO ANALFABETISMO: A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA
DO OLHAR MÉDICO NO BRASIL DOS ANOS 20**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1995

CHAMADA:
 T/UNICAMP
 R582i

PARTE 1: 25078
 REC: 433/95
 C ☐ 0 ☒ x
 REC: R\$ 11,00
 DATA: 26/07/95
 * CPD

CM-00072911-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
 BIBLIOTECA DA FE/UNICAMP

Rocha, Heloísa Helena Pimenta
 R582i Imagens do analfabetismo : a educação na perspectiva do
 olhar médico do Brasil dos anos 20 / Heloísa Helena Pimenta
 Rocha. -- Campinas, SP : [s.n.], 1995.

Orientador : Olinda Maria Noronha
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Faculdade de Educação.

1. Analfabetismo - Aspectos sociais. 2. Médicos - Discursos,
 ensaios, conferências - 1920. 3. Educação - História. 4. Educa-
 ção - Saúde e higiene - 1920. I. Noronha, Olinda Maria. II. Uni-
 versidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Tí-
 tulo.

HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA

**IMAGENS DO ANALFABETISMO: A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA
DO OLHAR MÉDICO NO BRASIL DOS ANOS 20**

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Heloísa Helena
Pimenta Rocha e aprovada pela Comissão
Julgadora em

20-06-95

Data: 30/06/95

Assinatura: Olunoronhe

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1995

Dissertação apresentada como exigência parcial para
obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na
Área de Concentração: História da Educação à
Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação
da Profª Drª Olinda Maria Noronha.

Comissão Julgadora:

Paulo Noronha

Antônio Carlos

Frederico

Campinas - SP, 20 / 06 / 95

AGRADECIMENTOS

Nesta trajetória, muitas pessoas estiveram envolvidas. Nomeá-las é a forma que encontro de deixar registrado o meu reconhecimento.

À professora Olinda Maria Noronha, que acreditou neste trabalho. Suas contribuições e seu estímulo foram fundamentais para definir-lhe os rumos e concretizá-lo.

À professora Lili Kawamura, que orientou a fase inicial da pesquisa.

Foram importantes as sugestões e o incentivo das professoras Raquel Gandini e Maria Tereza Penteado, que compuseram a banca do exame de qualificação.

Ao professor Mansur Lutfi, que foi sempre um grande incentivador.

A solidariedade dos colegas e funcionários do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia foi fundamental. A eles, o meu agradecimento especial.

Aos funcionários da Faculdade de Educação da Unicamp, dentre eles Wandinha, Nadyr, Carmo, Fernando e Amaury, que foram sempre muito disponíveis e atenciosos.

Rosa Lydia e Iza estiveram sempre presentes no desenvolvimento do trabalho, apoiando-me de todas as formas possíveis. Com elas, pude compartilhar as alegrias e angústias desta trajetória.

Sou muito grata ao Júlio, que colaborou, com muita paciência, num momento importante, cuidando da formatação e impressão do texto. À Olga, que tornou menor a distância entre Campinas e Uberlândia; ao Fernando e à Rosita, que fizeram a revisão final do trabalho.

A minha enorme gratidão aos amigos que, de diferentes maneiras, ajudaram a fazer deste trabalho um sonho possível: Rosa Fátima, Margarita, Bia, Marcus, Vera.

Às minhas irmãs - Ana, Eliane e Lu - e ao Vinícius, que sempre me incentivaram e estiveram presentes e diretamente envolvidos na realização desta dissertação, nas suas várias fases.

Interlocutor atento, presente em todos os momentos com o seu apoio e estímulo, ao Pedro, companheiro de todas as horas, os meus carinhos e agradecimentos.

Agradeço, ainda, à CAPES e UNICAMP pelas bolsas de estudo, à UFU, pelo apoio institucional e a todos os que, de alguma forma, colaboraram na confecção deste trabalho.

Ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe, pelos sonhos investidos na educação dos filhos.

Ao Pedro e à Laís, com carinho.

RESUMO

O presente estudo busca compreender o processo de produção social do analfabetismo, no contexto de constituição de um projeto de civilidade para o Brasil, no qual formas de pensar a nação, o povo e os destinos do país buscam uma expressão política.

Num momento em que a industrialização e o crescimento das cidades trazem à cena novos personagens, a cidade passa a ser vista como um laboratório de estratégias disciplinares, fazendo convergir uma multiplicidade de olhares.

Neste trabalho, a nossa atenção se volta para o olhar médico e o seu papel na definição de um novo projeto de ordenação da cidade, a partir de uma perspectiva de higienização.

Partindo dos discursos do médico Miguel Couto, procura-se analisar a constituição das imagens do analfabetismo e do analfabeto, produzidas no âmbito de um projeto de sociedade, em que à educação é atribuída a responsabilidade pela solução de todos os problemas nacionais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I - A MARCHA DA CIVILIZAÇÃO

1. A construção de um projeto de civilidade para o Brasil	09
1.1. Registros da perplexidade de uma geração	09
1.2. A regeneração da República	19
2. Miguel Couto - a educação e a redenção do Brasil	27
2.1. Pensai na educação, patrícios!	27
2.2. O discurso da coesão nacional	36

CAPÍTULO II - OLHARES SOBRE A CIDADE

1. A cidade e suas personagens	38
1.1. A cena: o caos urbano	38
1.2. "A personagem incômoda"	44
2. Os olhares	46
2.1. A cidade apoteose	46
2.2. A "cidade doente"	49
2.3. "O espectador noturno"	55
2.4. A escola do olhar	61
2.5. O "olhar armado" e a "cidade doente"	63

CAPÍTULO III - O INIMIGO DO PROGRESSO

1. Para além dos muros da civilização	68
1.1. Incursões pelos bairros pobres	68
1.2. Os males da ignorância	73
1.3. Analfabetismo: um "cancro social"	75
1.4. Pobres, sujos, analfabetos e doentes	79
2. Pelos sertões adentro... ..	84
2.1. "As sombras de gente"	84
2.2. O evangelho nas selvas	88
3. A invenção do inimigo	90

CAPÍTULO IV - O ELIXIR DA EDUCAÇÃO

1. Tratando a "doença social"	95
2. "A pedagogia da boa higiene"	98
2.1. A "ortopedia moral"	98
2.2. As "garças brancas"	107
3. A administração do remédio	114
3.1. A educação como dever do Estado	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
-----------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	125
---------------------------	-----

ANEXOS	I
---------------------	---

INTRODUÇÃO

21 de junho de 1934. A Academia Nacional de Medicina, enlutada, promove uma sessão conjunta das sociedades sábias para homenagear a memória de Miguel Couto. Representadas nessa sessão, teremos: as sociedades médicas de diferentes especialidades, Faculdades de Medicina, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Manguinhos, Academia Brasileira de Letras, Academia de Ciências, Instituto dos Advogados, dentre outras.

Os discursos dos representantes das sociedades sábias, ali reunidos, procurarão destacar as qualidades de um médico extremamente envolvido com as questões do seu tempo.

Presidente da Academia Nacional de Medicina, empossado em 1913, foi sucessivamente reeleito para o cargo, sendo, finalmente, aclamado seu presidente perpétuo em 1929. Catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto participava de várias sociedades médicas nacionais e estrangeiras.

Dentre as sociedades estrangeiras, ele era membro da Academia de Medicina de Paris e da Société de Pathologie Exotique de Paris, correspondente da Société Médicale des Hôpitaux de Paris e membro honorário de duas agremiações médicas argentinas¹: Academia de Medicina de Buenos Aires e Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.

1. Cf. Navarro, Moacyr. *Miguel Couto vivo*. Rio de Janeiro, A Noite, 1950.

Vale destacar a sua vinculação à Liga Brasileira de Higiene Mental², fundada nos anos 20, por Gustav Riedel, considerada por Costa como uma das "mais representativas criações do corpo profissional higiênico em torno da ideologia eugênica" (Costa, 1984, p. 21).

A atuação de Miguel Couto não se limitou à Medicina, figurando, dentre as suas preocupações, além da higiene, a educação do povo e a imigração japonesa. Questões que eram tomadas como temas dos discursos proferidos tanto na Academia Nacional de Medicina, como em outros espaços, dentre eles a Associação Brasileira de Educação.

Como outros médicos do seu tempo, ele também fazia parte da Academia Brasileira de Letras, incorporando, como destaca Engel³, no papel de médico, vários personagens - o cientista, o educador, o moralista, o político.

Em 1933, Couto foi eleito deputado constituinte pelo Distrito Federal, com o apoio de um significativo grupo de intelectuais (Anexo I), tomando como uma de suas bandeiras a causa da educação do povo.

Eu não acceitaria um instante o mandato, se não pudesse livremente propugnar a educação do povo - que "não ha grande povo sem grande saber", e o aperfeiçoamento da raça, - que "o vigor da raça e o abatimento da raça representam os factores mais importantes da grandeza e da decadencia das nações". Na nossa são os dois problemas fundamentaes (Couto, 1933a, p. 103).

2. Cf. Marques, Vera Regina B. *Eugenia da disciplina - o discurso médico-pedagógico nos anos 20*. Dissertação de Mestrado, Campinas, FE-UNICAMP, 1992.

3. Cf. Engel, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

A sua atuação na Constituinte de 1934 foi fundamental na aprovação do projeto que destinava 10% das rendas federais para a instrução pública⁴.

As posições assumidas por Couto, tanto em relação às questões médicas, como às questões sociais, estão documentadas nos Anais e Boletins da Academia Nacional de Medicina, como também na bibliografia produzida por ele, a qual, em alguns casos, é uma coletânea dos discursos proferidos naquela Academia. Assim, encontramos, entre as suas obras, aquelas que versam sobre questões médicas, como também, as que abordam problemas sociais, como a educação do povo, a exemplo de "Medicina e cultura", "As allocuções do presidente da Academia de Medicina" e "No Brasil só ha um problema nacional: a educação do povo".

Apesar de toda a atuação e produção de Miguel Couto - que levam Herschmann a considerá-lo como o expoente de uma geração médica que ele denomina de "cientistas-intelectuais"⁵ -, ele é hoje praticamente desconhecido na área de educação, embora muitos dos discursos que se fazem com relação ao analfabetismo sejam tributários, em grande medida, da matriz interpretativa que

4. Com relação aos embates no âmbito da Constituinte, em sessão de 16 de fevereiro de 1934, Miguel Couto destaca, referindo-se às emendas por ele propostas: "A primeira é a que diz respeito à percentagem que a União, os Estados e os Municípios devem dedicar à educação e que calculei no mínimo em 20%" (Couto, 1942, p. 73). No que se refere à proposta de redução desse percentual para 10%, Couto assim se manifesta: "Se assim é em quase todos os municípios (aplicação de 20% da receita à educação do povo), não sei por que a Comissão reduz a percentagem para 10%. Acho que deveríamos combater essa deliberação" (Couto, 1942, p. 74).

5. Com relação a esse termo, destaca Herschmann: "Na falta de um termo melhor que designasse estes intelectuais, utilizei este termo composto. A dificuldade de encontrar um termo apropriado para este agente social está fundamentada na atuação deste especialista, que extrapolava a produção científica, realizando obras abrangentes, de cunho teórico, sociológico e literário. A partir de sua especialidade, de seu saber tecnocientífico, eles 'inventavam' soluções para os chamados 'problemas nacionais'. Longe de propor uma definição de 'intelectual', considerei-o como aquele que se reconhece e é reconhecido pelos outros como tal" (Herschmann, 1994, p. 46).

fundamenta o seu pensamento, na qual a educação é vista como o problema nacional por excelência.

Ao desconhecimento deve-se somar a pecha de diletantismo que pesa sobre ele. No âmbito da historiografia da educação, a sua inserção em espaços políticos como a Academia Nacional de Medicina e a atuação na Constituinte de 1934, por exemplo, não serão suficientes para justificar uma leitura das suas preocupações com relação à educação, no bojo de um projeto político para o Brasil.

Assim, às páginas da História da Educação, ele passará como um diletante, um romântico. Nesse sentido, afirma Paiva:

O "entusiasmo pela educação" sobreviveu ao deslocamento do campo de luta pelo poder, (...) ganhando uma dimensão humanitarista muito marcada e sendo defendido por diletantes da educação. A expressão mais estruturada desse humanitarismo entusiasta pode ser encontrada em Miguel Couto, através de seus pronunciamentos na década dos 20 (1983, p. 99).

Trabalhando com as categorias "entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico"⁶, Paiva vê o discurso de Couto como uma sobrevivência do "entusiasmo pela educação", interpretando a sua atuação como uma luta humanitária de redenção dos analfabetos, num momento em que "os políticos, efetivamente interessados na conquista do poder, abandonam este campo de luta, deixando-o aos diletantes da educação e entregando-se às conspirações de revolta armada" (1983, p. 98).

6. Com relação a essas categorias, veja a obra de Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

Buscando compreender o processo de produção social do analfabetismo, o presente estudo parte de uma análise dos discursos de Miguel Couto, nesse momento de recomposição da hegemonia burguesa, procurando ter presente que:

(...) a visibilidade da hegemonia só pode ser dada pela ruptura com esse mesmo universo da hegemonia que anula a sua história e fixa de antemão os temas a serem investigados. É preciso deixar de tomar ao pé da letra o discurso dos participantes da construção dessa hegemonia e começar a observar por trás das certezas consagradas - como fraqueza das classes, o conflito entre o feudalismo e o centralismo, o Estado demiurgo etc. - um projeto político que visa a hegemonia e que, exatamente por isso, não aparece como tal. Romper esse mundo cerrado só é possível quando se investiga o processo pelo qual essa universalidade da hegemonia se produziu, isto é, o processo de lutas e conflitos que a engendra, enfim, a luta de classes (Munakata, in Monarcha, 1989, p. 35).

No momento de constituição de um projeto de Brasil moderno, o discurso de coesão nacional, a produção de imagens universalizadoras e unificadoras articular-se-á, contraditoriamente, à divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e à construção de um modelo de sociedade excludente, marcado pela desigualdade. Nesse contexto, a produção de imagens, como a do analfabetismo, possibilitará rotular e, ao mesmo tempo, excluir os *inimigos* dessa sociedade - pensada como um organismo - em nome de um ideal de profilaxia social.

Na busca de compreensão do analfabetismo enquanto uma produção social, a análise de Hautecouer levanta questões relevantes:

o analfabetismo é essencialmente uma teoria social: um conjunto de fatos ideológicos. O que é importante saber é quem criou a teoria - mais do que saber a quem se aplica - e por que a teoria foi criada por tal grupo em particular. A teoria é boa para quê? A quem ela serve? A razão por que seguimos este caminho é mostrar que as definições sociais ou seus usos costumam diferir e que elas podem ser contraditórias e mesmo antagônicas (1993, p. 13).

Na análise do pensamento de Miguel Couto, julga-se importante, também, destacar um aspecto secundarizado por Hautecouer. Além de evidenciar quem a criou e a quem ela serve, acredita-se ser importante saber a quem essa imagem de analfabeto se aplica, isto é, no âmbito da constituição de um novo projeto de sociedade, a quem caberá protagonizar o "crime notório da sociedade"? (Marx, in Bertrand, 1989).

Na produção deste trabalho, mostrou-se instigante, desde um primeiro momento, a busca da compreensão de como o tema analfabetismo foi constituído discursivamente pela intelectualidade brasileira, nas décadas iniciais deste século, ou seja, a constituição do analfabetismo como problema, como entrave ao progresso do país. Nesse processo, se a princípio, intentava-se fazer um trabalho mais amplo, que resgatasse os vários discursos que tematizam o analfabetismo, o próprio desenvolvimento do trabalho foi apontando para o discurso de Miguel Couto como uma seara mais fértil.

Os Anais e Boletins da Academia Nacional de Medicina constituíram-se em fonte importante no sentido de apreender as preocupações de Miguel Couto, bem como de localizar os principais temas em discussão nesse *locus* privilegiado de produção do saber médico. Apesar de o trabalho focar principalmente os discursos acerca do analfabetismo, proferidos nos anos 20, foram consultados os Anais e Boletins que cobrem a trajetória de Couto na Academia, portanto, entre 1896 e 1934.

As obras de Miguel Couto, tanto na área de educação, como as médicas, foram minuciosamente analisadas, no sentido de compreender o projeto de Brasil desenhado por esses "intelectuais-cientistas", bem como de ler as metáforas a partir das quais são apreendidos os problemas sociais, como o analfabetismo.

Em que pese o caráter laudatório que marca as biografias, geralmente escritas por discípulos, estas também constituíram-se em fontes para o presente trabalho, procurando-se extrair delas elementos para a compreensão da trajetória desse intelectual.

Uma outra fonte utilizada foi o trabalho de Vicente Licínio Cardoso, "À margem da história da República", buscando uma aproximação com o pensamento ilustrado, nesse momento de constituição de um projeto de civilidade para o Brasil.

O resultado dessas incursões pelos bastidores desse projeto é este trabalho dividido em quatro capítulos.

No primeiro, idéias de "progresso" e "civilização" compõem o figurino desse Brasil que a intelectualidade brasileira procura construir, objetivando tirar o país do "estado de atraso" e inseri-lo no concerto das nações civilizadas.

No segundo, uma multiplicidade de olhares volta-se para a cena urbana, num momento de intenso crescimento das cidades, dentre eles o olhar médico, que terá um papel fundamental na constituição de um novo projeto de ordenação da sociedade. A relação olhar-conhecimento-poder será o eixo para a compreensão do olhar médico.

O terceiro será o momento da apreensão do analfabetismo e do analfabeto por esse olhar. A produção de imagens assustadoras, em que a sociedade figura em toda a sua desagregação e os problemas sociais aparecem como doenças graves, será estudada a partir das metáforas médicas.

No quarto e último capítulo, será a vez de se voltar os olhos para as propostas oferecidas por esse especialista na arte de curar, para solucionar aquele que seria, na sua concepção, o maior de todos os problemas nacionais - a educação do povo.

CAPÍTULO I

A MARCHA DA CIVILIZAÇÃO

A civilização é uma luz, e a luz faz-se sempre mais intensa. A civilização é una, e consiste num processo de desenvolvimento que sempre tende na direção de um mesmo fim: o melhoramento da humanidade (Guizot, in Neves, 1986, p. 23).

1. A construção de um projeto de civilidade para o Brasil

1.1. Registros da perplexidade de uma geração

Eis-nos acampados diante da cidadela e que temos nós? que tesouro possuímos depois de tão árduo combate? Temos ainda, e só, a moeda com que nos lançamos à aventura: Esperança, e alguns louros na frente: os primeiros cabelos brancos (Coelho Neto, in Sevcenko, 1985a, p. 102).

Como elevar o Brasil à altura do século? Como inseri-lo no concerto das nações civilizadas? Como melhorar a sua imagem no cenário internacional? Como, enfim, garantir o ingresso do Brasil na modernidade? "Acampados diante da cidadela", os intelectuais vêem-se, nas décadas iniciais do século XX, incessantemente interrogados por questões desta natureza. Questões que, se por um lado, são reveladoras de um desencanto com a situação em que se

encontrava o país, por outro, apontam para a inadiável tarefa de articulação de um projeto civilizatório para o Brasil.

O desalento com o atraso, com a pobreza e com a inferioridade do país em face das nações civilizadas parece inseparável da idéia de uma grave crise nacional.

Falando aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1916, afirma Carneiro Leão:

É o momento mais grave da patria. Antes era a infancia, era o cháos, a confusão das cousas informes que marcham para a crystalização e para a luz; hoje é a senectude antes da maturidade, o definhamento prematuro, a imminencia da catastrophe. O Brazil é um paiz que possui os requintes das civilizações decadentes sem nunca lhes haver conseguido o prestígio e a imponencia (Carneiro Leão, 1917, p. 198).

Caos, decadência, obscuridade mesclam-se na composição desse quadro de crise diante do qual se posicionam os intelectuais.

Abalados com os graves acontecimentos que marcam a entrada em cena dos trabalhadores e suas reivindicações - e que vão desde formas mais ruidosas como o protesto, a greve geral, até formas mais surdas de resistência à imposição da lógica capitalista de organização da produção, tais como: boicote, sabotagem, destruição de equipamentos no interior das fábricas - os homens letrados debruçam-se sobre a realidade brasileira. Seu objetivo? Pensar o Brasil. Examinar-lhe

os problemas e tentar indicar rumos. O momento é de perplexidade⁷, exigindo, pois, um "grande esforço de introspecção (*sic*)" (Venancio Filho, in Cardoso, 1981a, p. 2).

A gravidade dos acontecimentos e o espírito das comemorações, que marcam o Centenário da Independência⁸ e os 35 anos de instituição do regime republicano, ensejam, assim, a oportunidade para iniciativas como a de Vicente Licínio Cardoso, o qual promove um inquérito⁹ com escritores nascidos com a República, publicado sob o título "À margem da história da República (idéias, crenças e afirmações)"¹⁰:

inquérito sem perguntas e sem respostas. Um depoimento. Uma afirmação coletiva de idéias, de crenças e de almejos (...) um compromisso sem compromissos, um juramento cívico tornado público sem juramentos, um julgamento, em suma, levado a efeito por homens da geração nascida com a República (Prefácio, in Cardoso, 1981a, p. 15).

7. O impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa sobre a percepção ilustrada não pode ser minimizado, quando se busca compreender a perplexidade dos homens cultos em relação ao momento. Nesse sentido, afirma Monarcha: "não se pode secundarizar o impacto que a eclosão da Primeira Guerra Mundial causou na percepção ilustrada da época, quando as nações mais cultas da Europa entravam em estado de beligerância. Acenando com a possibilidade de retorno ao estado de guerra permanente, isto é, a barbárie. À eclosão da Primeira Guerra, devemos somar as experiências operárias do início do século, sendo a Revolução Russa de 1917 o testemunho cabal do estado inquietante da realidade social e política" (1989, p. 13).

8. As comemorações do Centenário da Independência surgem como um momento propício para se dar um balanço das realizações nesses cem anos de existência nacional: "cada grupo de actividade tem vindo, a seu turno, fazer em publico um exame de consciencia, e perguntar a si mesmo com que trabalhos, com que obras concorreu para o patrimonio commum neste lapso, como que dando o balanço das suas conquistas, do que fez e do que não fez para o maior engrandecimento da patria" (Couto, 1937, p. 41). Referindo-se a tais comemorações, destaca Iglésias que este evento "como que reaviva a consciência nacional: o povo que comemora fica diante de si mesmo, coloca-se como problema, deve dar balanço do que fez no período decorrido entre o fato e o agora, fazer um exame de consciência para concluir se foi fiel ao seu destino, se caminhou ou regrediu. Dessa análise ou tomada de consciência tem de partir necessariamente para a ação" (In Peixoto, 1983, p. 38).

9. Os "homens representativos" que se reúnem para analisar os problemas brasileiros, atendendo a convite de Vicente Licínio Cardoso, são: Antonio Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonatas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Tristão de Athayde.

10. Estudando o projeto de reconstrução social através da educação, pensado pelos homens cultos, na década de 20, Monarcha analisa a obra "À margem da história da República", a qual considera "uma importante fonte documental, que reúne 'letras e políticas', explicitando os dilemas do regime republicano e ao mesmo tempo deixando transparecer a forma pela qual os homens cultos se auto-representavam: *diretores da República*" (1989, p. 50). Segundo Vicente Licínio Cardoso, a publicação fora programada às pressas, "para marcar com um ato de inteligência a passagem do 35º aniversário do novo regime no Brasil" (1981b, p. 110).

Se o momento é de perplexidade¹¹ e de dúvidas, sobre os ombros dos intelectuais parece repousar uma imensa responsabilidade. Assim, podemos ler no Prefácio, provavelmente de autoria do próprio Vicente Licínio Cardoso:

As responsabilidades acumuladas sobre os ombros dos homens da geração nascida com a República são simplesmente formidáveis... Escrevem, porque não puderam fazer ainda outra coisa senão pensar, mas sentem com a própria obra que vai surgindo (no isolamento em que é composta) o irremediável das situações que vão criando: Prometeus acorrentados pela opinião pública que os esmaga com o maior dos castigos de homens livres: o silêncio horrível de uma nacionalidade sem consciência ainda, perdendo em atritos passivos veementes, as poucas energias soerguidas sobre o "peso morto" aterrador dos milhões de analfabetos que as solapam (In Cardoso, 1981a, pp. 16-17). [Grifos meus].

A grandiosidade da imagem dos Prometeus acorrentados, expressão que traduz a dimensão de solidão e impotência que compõem o imaginário dessa geração de intelectuais, bem como a responsabilidade que ela sente pesar sobre os seus ombros, pode ser compreendida a partir da análise de Bresciani:

a força de atos inaugurais, com seu caráter revelador de coisas antes submersas, e com seu poder transformador, ficou para sempre marcada na grandeza da imagem construída pelos homens que presenciaram a imposição da máquina e se chocaram com a revelação pública das necessidades e expectativas dos homens pobres (1985, p. 51).

Diante desse espetáculo desconcertante, o registro desses homens letrados que nasceram com a República é não só o da solidão, mas também do desencanto, da decepção, do desânimo, do desapontamento e da desilusão com

11. A perplexidade perpassa os trabalhos dos diferentes autores. Com relação a essa questão, ouçamos Venancio Filho, na Introdução que faz à 2ª edição: "aventuráramos a hipótese de que tenha sido a perplexidade em face dos grandes problemas que o país enfrentava, que levou Vicente Licínio Cardoso à idéia feliz de reunir em volume o que intelectuais como ele, de formação e origens diversas, mas irmanados pelo mesmo desejo de compreender a sociedade brasileira e traçar-lhe melhores rumos, desejariam dizer sobre a vida nacional" (In Cardoso, 1981a, pp. 5-6).

o regime republicano, incapaz que havia sido de elevar o país à altura do século, de torná-lo contemporâneo do seu tempo.

A decepção com a República, entretanto, não será suficiente para imobilizar esses homens cultos. Convencidos do papel que cabe aos homens letrados, num país onde a maioria da população é analfabeta, longe de imobilizá-los, esses sentimentos os impelirão à ação. É imperativo reagir, "mas reagir pelo progresso dentro da ordem, (...) o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas" (Prefácio, in Cardoso, 1981a, p. 16).

Se quisermos traduzir em perguntas as principais questões diante das quais se colocam esses intelectuais, podemos retomar "as seis perguntas" levantadas por Pontes de Miranda, na sua reflexão acerca da Revisão Constitucional.

Respondei, brasileiros, a estas seis perguntas:

- 1. Estais satisfeito com o presente social e político da nossa Pátria?*
- 2. Acreditais em que, se continuarmos com os nossos males de hoje, poderemos ser o que esperavam os nossos pais - um dos países guiadores da Humanidade?*
- 3. Que vale dizer - "falta-nos um homem"! - se os homens só se realizam nos ambientes propícios à formação deles e vós não preparais o terreno, para que brotem as sementes de era nova, que consigo nos traga, não um homem, mas milhares de homens, que possam criar a grandeza e a magnificência do Brasil?*
- 4. Se a vida é curta e tão poucos os prazeres, por que não experimentais o grande bem de ser plenamente consciente e ativo na regeneração da nossa Pátria, obra tanto mais grandiosa, quanto mais difícil?*
- 5. Se todos os homens que dizem - "não há remédio" - se agregassem, já de outra mentalidade dependeriam os destinos da Pátria, - por que, então, não vos unis?*
- 6. Sabeis que só não vencem os movimentos sem idéias, - por que não abraçais as que a própria ciência vos aponta como teoremas capazes de cimentar a grandeza do Brasil e levar-nos a melhores destinos? (In Cardoso, 1981b, p. 17).*

A insatisfação com a realidade presente e com as perspectivas que se colocavam para o Brasil, caso não se atacassem os grandes males que o ameaçavam nos seus anseios de "grandeza e magnificência", impulsionará esses homens, preocupados com os destinos do país, ou seja, com o seu ingresso na modernidade capitalista, a se unir em torno de uma bandeira - a regeneração da Pátria, a republicanização da República! - já que está nas suas mãos, enquanto "mestres e educadores da humanidade"¹², a responsabilidade pela superação do atraso nacional. Revolução dentro da ordem, o ingresso na modernidade deveria pautar-se nos insuspeitos ditames da ciência.

Solitários nessa missão, o marco a partir do qual examinarão a vida do país é a República - regime cujo pressuposto básico é a participação popular. Assim, perplexos, esses homens letrados perguntarão: que possibilidades a República teria trazido para o Brasil - país onde a maioria da população é analfabeta, nada se podendo esperar da opinião pública senão o seu silêncio? Como essa população poderia "intervir com a sua vigilância efetiva, com a consciência dos seus deveres políticos na direção de um país cuja Constituição assentava no exercício dessa consciência?" (Amado, in Cardoso, 1981a, p. 52).

É interessante notar que, ao pensar o regime republicano, os intelectuais voltam os olhos para o Império, destacando o equilíbrio, a estabilidade,

12. Com relação à missão do intelectual, o trabalho de Raquel Gandini, ao analisar a perspectiva de alguns intelectuais em relação ao Estado, aponta para indícios da influência do pensamento de Fichte sobre intelectuais da área de educação, no período entre 1944 e 1952. Na concepção desse pensador, ao intelectual cabe "o controle supremo sobre o progresso do gênero humano na sua totalidade e o contínuo avanço deste progresso" (In Gandini, 1990, p. 101). Cf. Gandini, Raquel Pereira C. *R.B.E.P. (1944-1952): Intelectuais, educação e Estado*. Tese de Doutorado, Campinas, FE-UNICAMP, 1990.

a tranquilidade, a ordem sobre a qual repousava aquele regime, numa clara oposição à desordem, à anarquia e ao caos característicos da República.

Estabelecendo uma comparação entre a Constituinte Imperial e a Constituinte Republicana, afirma Oliveira Vianna:

Na Constituinte Imperial os nomes que nela concorriam eram os maiores do país pelo prestígio da cultura, da inteligência, do caráter ou da situação social. (...). Eles tinham, ademais, a imensa autoridade de um mandato verdadeiramente nacional - pois eram realmente, e não ficticiamente, "representantes da nação". (...) todos fundamente empenhados numa grande tarefa, aos seus olhos sagrada, de construção nacional (...)

Na Constituinte Republicana, nada disto. Já as próprias fontes da sua autoridade não eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional (...) a Constituinte Republicana não podia ter, decerto, grande autoridade moral sobre o país (...) (In Cardoso, 1981a, p. 103).

Intérpretes da vontade nacional, os constituintes do Império são vistos como *legítimos representantes da nação*, a quem caberia falar e querer por ela. A exaltação às virtudes do Império, em oposição às mazelas do regime republicano, funda-se em uma compreensão do processo histórico em que o tempo é tomado como homogêneo, linear, contínuo, e

o passado aparece como um tempo no qual a "boa sociedade" já foi conseguida, mas foi perdida em consequência da atuação maléfica de alguns sujeitos políticos que desviaram a sociedade do rumo que deveria ter tido; cabe ao presente refazer o passado anterior ao desvio, de sorte que a prática é uma repetição e uma continuação para restaurar o que foi perdido (Chauí, 1982, pp. 106-107).

Se essa referência ao passado constitui-se num procedimento de legitimação de um certo poder no presente, a partir da retomada dos elos perdidos no momento em que a sociedade se desviou do seu próprio rumo, caberia perguntar: que projeto de Brasil se procura articular, a partir da crítica que intelectuais como Oliveira

Vianna fazem à realidade brasileira, marcada pelo signo da desagregação, da falência do regime, do fracasso da Constituição? Que poder se procura legitimar no presente? Que tradição se procura resgatar? E, ao mesmo tempo, que grupos se procura afastar do poder?

A análise que se faz da falência da República aponta, dentre outros aspectos, para a inadequação do regime à realidade brasileira. Planta exótica, importada do estrangeiro, o regime republicano estaria, entre nós, fadado ao fracasso, constituindo-se

tudo isto cópia do estrangeiro, do que nada tem conosco: a eletividade dos juizes, o júri, o municipalismo, o federalismo, os princípios abstratos de liberdade, etc. (...). Tínhamos o milagre da unidade e quisemos dividir-nos como estavam os norte-americanos que batalhavam pela União, que não a tinham como a tivemos e por imitação e apriorismo superficial sacrificamos (Miranda, in Cardoso, 1981b, p. 4).

Contudo, esta não seria a principal causa da falência do regime republicano entre nós, resultando tal fracasso da predominância dos interesses individuais, uma vez que não temos uma opinião pública, condição primeira para o sucesso do regime republicano. Nesse sentido, analisa Oliveira Vianna:

Realmente, todo o sistema político engenhado na Constituição assenta-se sobre um certo número de presunções, que entre nós, não tem, nem pode ter, nenhuma objetividade possível. São presunções de natureza meramente especulativa, inteiramente fora das condições reais da nossa vida coletiva.

Tomemos, por exemplo, a primeira delas - porque fundamental: a presunção da existência aqui dessa coisa que, nos povos da raça saxônica principalmente, se chama "opinião pública". Todo o mecanismo do regime estabelecido na Constituição gira em torno dessa presunção central. O que ali se institui é, com efeito, o regime democrático; portanto, um regime que deriva da "vontade do povo soberano", manifestada pela "opinião pública" (In Cardoso, 1981a, p. 109).

Desse modo, se a República falhara nos seus desígnios de elevar o Brasil à altura do século, impossibilitando-o de figurar no concerto das nações civilizadas, isto se devia, na concepção dos homens cultos que viviam esse momento de profunda desilusão, à inaptidão democrática do povo e, portanto, ao desacordo entre os princípios sobre os quais se calcavam o regime e as "condições mentais e estruturais do nosso povo" (Vianna, in Cardoso, 1981a, p. 108).

*Povo propriamente não o temos. Sem contar a das cidades que não se pode dizer seja uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência. Compoem-na talvez mais de 15 milhões de habitantes desassimilados que no norte e no centro constituem os pescadores e seringueiros do Amazonas, os agregados das fazendas, os vaqueiros e campeadores do sertão, os pequenos negociantes nômades, os operários rurais primitivos sem fixidez, trabalhando um dia para descansar seis na semana, o matuto ignorante e crenteiro, vivendo numa choupana, quando não desabrigado de todo, e ainda os jagunços da Bahia, os cangaceiros de Pernambuco, os "fanáticos" do Contestado, os capangas das vilas e aldeias no interior, a multidão de pequenos artífices e trabalhadores das cidades e das roças, toda uma "gens" complexa, pouco produtiva, entregue à sua própria miséria e alheamento do mundo, emigrando do Ceará para o Amazonas, nos Estados do norte se arrastando ao abandono de um desconforto voluntário, sem saúde, sem hábitos de trabalho, dada às superstições das raças selvagens, inúteis quase como força econômica, e tendo, na sua maioria, do Brasil, a idéia que nos deu Euclides da Cunha no **Os Sertões** (Amado, in Cardoso, 1981a, p. 55).*

A partir desse quadro, no qual à idéia de nação soberana, enquanto totalidade unificada, se opõe essa multiplicidade indefinida e dispersa de habitantes, "amálgama indiferenciado de gentes"¹³, sentenciará Carneiro Leão:

Um povo retardatário, doente, mal organizado, de péssimas finanças, vida econômica perturbada, cultura diminuta, lentidão de trabalho, atraso social, parasitismo político, não só desorganiza as suas relações

13. A expressão é usada por Torres, na análise sobre a emergência política do conceito de nação, no âmbito dos conflitos da Revolução Francesa. Cf. Torres, João Carlos B. *Figuras do Estado Moderno. Representação política no Ocidente*. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1989, principalmente o terceiro capítulo, intitulado: "A representação nacional".

no exterior, mas cria uma vida nacional deficiente, anárquica, pobre, senão mais ou menos servil e periclitante (In Cardoso, 1981a, p. 19).

Assim, no momento em que a intelectualidade brasileira coloca-se ante o desafio de constituição de um projeto para o Brasil, de construção de uma identidade nacional, o que encontra diante de si é a heterogeneidade cultural, étnica e regional das classes populares. Nesse contexto, o povo é pensado a partir da sua negação¹⁴ - "gens complexa e pouco produtiva", sem saúde e, fundamentalmente, sem hábitos de trabalho. O ingresso na modernidade, o tão almejado progresso, é pensado a partir da idéia de construção de um projeto de nação fundado no princípio da unidade, da homogeneidade, da harmonia. É preciso, pois, fazer-se o povo brasileiro!

A análise de Sader e Paoli é fundamental para a compreensão desse pensamento, no qual o projeto de reorganização da sociedade é pensado a partir de um ponto final desejado - no caso, a *idéia de nação* - imagem particular universalizada, à qual se devem identificar todos os sujeitos sociais.

A possibilidade de reflexão sobre as camadas populares, portanto, vem de uma questão que se situa fora delas, fora de suas relações sociais concretas e vividas. É por aí que as práticas culturais vivas e significativas da população aparecem como obstáculos sociais e políticos, pois não apenas representam dispersão e particularismo de forças como, pior ainda, são dinâmicas culturais que não geram política no sentido do processo postulado (1986, p. 45).

14. Referindo-se ao contexto da proclamação da República, analisa José Murilo de Carvalho: "Cabe perguntar agora também se a percebida inexistência do povo não era consequência antes do tipo de povo ou cidadão que se buscava. Tanto os observadores estrangeiros quanto os intelectuais republicanos estavam sem dúvida buscando o cidadão ao estilo europeu, fosse ele o bem-comportado burguês vitoriano, o jacobino de 1789, o eleitor bem informado ou o militante organizado das barricadas. Se inexistia este povo, quem era o povo no Rio? Ou que povo era o povo do Rio? Era ele totalmente alheio à política, desinteressado de participar até mesmo dos assuntos municipais? Era de fato um bestializado? (...) De uma afirmação inicial de apatia, de inexistência de povo, passa-se então para outra, que afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista. Não eram cidadãos. Era a 'mob' ou 'dregs' ('escória') para o representante inglês; a 'foule' para o francês; a 'canalha', a 'escuma social' para o português, quando não eram simplesmente bandos de negros e mestiços. (...) A essa multidão atribuíam as características que lhe daria Gustave Le Bon de ser guiada pela paixão e não pela razão, de ser explosiva, inconstante, facilmente excitável por demagogos (...) O problema não era a ausência do povo: era povo demais" (In Monarcha, 1989, p. 72).

Reflexão que parte da afirmação do primado das idéias sobre o mundo material - as idéias não estão nos sujeitos sociais e suas relações mas, pelo contrário, são os sujeitos e suas relações que parecem estar nas idéias. Em outras palavras, as idéias são tomadas como determinantes do processo histórico¹⁵.

1.2. A regeneração da República

Se ainda não tomamos de assalto a praça em que vive encastelada a indiferença pública, já cantamos em torno e, ao som dos nossos hinos, ruem os muros abalados e avistamos, não longe, pelas brechas, a cidade ideal dos nossos sonhos (Coelho Neto, in Sevcenko, 1985a, pp. 102-103).

O presente é visto a partir do signo da desagregação. Os *Prometeus acorrentados* são chamados a se contrapor às "forças da dissolução", deixando aos "homens de amanhã a prova de que não foi interrompida uma tradição de inteligência" (Cardoso, 1981b, p. 111). A missão é grandiosa, sobretudo diante do silêncio de uma "nacionalidade sem consciência".

O tempo histórico, pensado enquanto sucessão e continuidade, possibilita a projeção no futuro de uma imagem de sociedade afirmada como possibilidade objetiva. Ao futuro caberá testemunhar a ação dos homens cultos no sentido de recolocar a sociedade no seu rumo.

15. A essas "inversões imaginárias", Monarcha denomina "deslocamento das idéias". Cf. Monarcha, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989. Veja também Chauí, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo, Moderna, 1982.

*Na imagem do futuro como possível objetivo, a imagem da Revolução torna-se plenamente transparente como instante no qual os homens dominam inteiramente as instituições, concordam quanto aos meios e aos fins, dissolvem o poder no fluxo de decisões coletivas, **os conflitos desaparecem ou são esmagados, permitindo que a sociedade se ordene internamente como um organismo em plena saúde dos órgãos e relegando toda diferença e oposição** para o que permanece "fora" da revolução, isto é, os contra-revolucionários internos e os inimigos externos (Chauí, 1982, p. 107). [Grifos meus].*

A instituição de uma sociedade pensada enquanto um todo coeso e homogêneo funda a sociedade dividida e hierarquizada, do mesmo modo que a democracia funda a dominação de uns poucos sobre a maioria, legitimando a destruição do *outro*, concebido como *inimigo*. Nesse processo - em que o ocultamento das contradições resultantes da divisão da sociedade em classes apresenta-se através das oposições moderno-arcaico, culto-inculto, acenando-se para a construção de uma sociedade reunificada - além da heterogeneidade, comporão a imagem de negatividade impingida ao povo: a sua imaturidade, a sua desorganização, a sua passividade e, enfim, a falta de uma alma coletiva.

Analisando a representação de povo constituída no plano do pensamento político brasileiro, na Primeira República, afirmam Sader e Paoli¹⁶ que, no interior desse pensamento,

*os grupos sociais populares, trabalhadores ou não, estão sem atributos positivos diante da tarefa de construção de um país com feição nacional: os que têm personalidade cultural apenas coexistem e não se comunicam, e os que são mais universais são **declassés**. No conjunto, não há povo (1986, p. 46).*

16. Os autores referem-se aqui ao pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres. Cf. Sader, Eder e Paoli, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Por esse processo, através do qual se desqualifica o povo, constitui-se, ao mesmo tempo, a justificativa da necessidade de tutela por parte daqueles que, dotados da Razão, possibilitariam a constituição desse povo, libertando-o das trevas do obscurantismo. Assim, a modernização, identificada ao processo de industrialização, impõe-se como uma tarefa intelectual. Ao Estado, guardião da sociedade, "Leviatã benevolente"¹⁷, caberá remover todos os obstáculos que se opõem à construção desse projeto de sociedade baseado na racionalidade.

Cardoso, partindo da afirmação da necessidade de órgãos de comando e direção, na ordenação de uma sociedade transformada pelo surgimento das grandes concentrações humanas e suas paixões irracionais, confiará às elites de homens diretores a responsabilidade pela construção desse projeto de homogeneização nacional, de apagamento das diferenças e contradições que impedem a construção do Estado-nação.

É evidente, aceitando o determinismo dos fatos históricos, que as sociedades formam os seus homens diretores nos momentos oportunos, deles se servindo em benefício da coletividade, atendendo a que os povos necessitam continuamente de órgãos de comando e direção. (...) As massas humanas possuem necessidades profundas e ocultas; os homens possuem apenas a consciência de algumas idéias (humanas e não sociais). É preciso pois, bem ou mal, dar à inconsciência daquelas necessidades a consciência de nossas idéias (1981b, p. 96).

Defendendo a "ditadura mental" que devem exercer as elites, em uma sociedade incapaz de guiar a si mesma, ou, em outras palavras, cujos rumos se

17. Com relação à concepção do Estado como "Leviatã benevolente", Lamounier, analisando a constituição de um pensamento político autoritário na Primeira República, destaca: "o Leviatã benevolente que aparece no pensamento autoritário brasileiro é o guardião e a força vital de uma sociedade igualmente benevolente, 'cordial' e cooperativa. Ele é benevolente porque a reflete em suas boas qualidades, e porque a corrige, severa mas afetuosamente, nas más: nos impulsos infantis do comportamento rebelde; nas ações altruístas, mas errôneas, porque carentes de esclarecimento; e sobretudo, naquelas que se alimentam de motivações alienígenas, alheias à sua índole e essência" (1978, p. 370).

pretende redefinir, em função de um projeto de nação fundado na homogeneidade, a reflexão de Amado chama a atenção para a responsabilidade dos políticos na construção desse projeto, a qual repousa no seu papel educador.

Refiro-me ao papel educador, porque o dever máximo dos políticos em um país, como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer e não o pôde, infelizmente, para o Brasil, senão por tão curto prazo (In Cardoso, 1981a, p. 57).

Já Miranda, que constrói uma utopia da sociedade racional, confiará nos cientistas e nos seus instrumentos de intervenção social, enquanto artífices dessa obra, uma vez que

já estiveram na direção das sociedades o pescador, o caçador, o guerreiro, o mágico e o sacerdote (em geral), o esteta, o moralista, o jurista, o economista, o operário; todos os processos adaptativos, da religião à economia, estiveram à frente dos grupos sociais: faltam os cientistas, os técnicos da vida social, da política especializada, bebida na ciência. É isto o que nós queremos (In Cardoso, 1981b, p. 11).

Assim, através dos discursos desses intelectuais nascidos com a República, o que se pode perceber é que, ao chamar para si a responsabilidade por traçar um projeto civilizatório para o Brasil, a intelectualidade brasileira, ao mesmo tempo, define para si um papel imprescindível: o de conduzir essa marcha rumo ao progresso. Construído a partir da infantilização das massas, esse discurso atribuirá, aos intelectuais - homens de ciência - e aos políticos, um papel fundamental nessa

obra de engrandecimento, de regeneração nacional. As elites¹⁸ teriam, pois, como missão reconduzir o país rumo às Luzes.

Segundo Monarcha,

*(...) Entre a comunidade de homens cultos configurou-se, então, o tema da **regeneração da República**, que marcou de forma indelével a fisionomia dos anos 20. Essa mensagem de regeneração evidenciou um esforço notável no plano das idéias contribuindo para a recomposição da hegemonia burguesa, inspirando-se nos ideais da contra-revolução (1989, p. 43).*

No discurso proferido aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, Carneiro Leão apresentará alguns dos pilares dessa "cruzada regeneradora":

*É preciso uma agitação nacional. Que todas as forças inúteis se movimentem e actuem e marchem para o progresso. Como obter esse prodígio? **Sacudindo o povo, tirando-o da inércia, dando-lhe possibilidades de movimento, educando-o, preparando-o para a civilização e para a vida. Que elle se tome uma força productora** (1917, pp. 199-200). [Grifos meus].*

O trabalho, a produtividade aparecem como as grandes forças regeneradoras da nação. E o destinatário desse discurso, aquele que precisa ser convencido da necessidade do trabalho, da necessidade de elevar o Brasil à altura das nações civilizadas, através do trabalho, aquele que precisa, enfim, ser convertido em força produtiva, é o próprio povo, essa grande massa "analfabeta, ignorante e

18. Justificando a opção pela expressão "autoritarismo das elites", em lugar de "autoritarismo da classe dominante", afirma Marilena Chauí: "(...) o termo elite conota a idéia de *optimi*, os melhores. (...) conceder ao dominante o epíteto de 'elite' é dar-lhe mais um poder, pois é reforçar a visão que tem de si mesmo, alimentando o embuste de que os mais poderosos são os melhores. (...) no contexto histórico atual, essa designação tem um sentido preciso e vale a pena explicitá-lo. Se as elites são os *optimi*, onde se localiza sua excelência?

A elite está no poder, acredita-se, não só porque detêm a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem *competência* para detê-los, isto é, porque detêm o saber. Se, enquanto 'maior', o dominante é representado como um senhor, enquanto detentor do saber tende a ser representado como 'melhor'. Nessa medida, a expressão autoritarismo das elites, embora em si mesma seja redundante e evasiva, contudo nos ensina alguma coisa: deixa mais nítido o lugar por onde passa a representação da diferença entre cultura do povo e a do não-povo" (1982, pp. 48-49).

incapaz de trazer o mínimo desenvolvimento, a mínima vantagem ao progresso nacional" (Carneiro Leão, 1917, pp. 22-23).

Construção de um país moderno, de feições urbano-industriais! Eis o desafio a que se lançaram os homens cultos, nas primeiras décadas deste século. Desafio tanto maior, quanto mais teimavam as massas - "essas gentes incultas" - em resistir à marcha inexorável da civilização. Desordeiras, anárquicas, será necessário conduzi-las. A esses intelectuais, comprometidos com a recomposição da hegemonia burguesa sobre o conjunto da sociedade, caberá elaborar "a fábrica como um fato social incontestável", uma vez que,

a vitória da fábrica não poderia nunca ser resultado exclusivo da ação econômica de qualquer burguesia. A fábrica deve o seu sucesso aos inúmeros agentes sociais que participaram na elaboração de um domínio cultural - onde o tema da industrialização tem seu lugar privilegiado - e de um aparato de coerção que atua cotidianamente sobre o trabalhador dentro e fora da fábrica (Decca, 1983, p. 49).

Nessa obra de regeneração do povo e da República, a partir da qual se procurará impor não só a dominação cultural como o controle político, a educação será chamada a desempenhar um importante papel - a formação de um trabalhador dócil, submisso e, ao mesmo tempo, produtivo. Assim, dentre as "idéias capitais" do programa traçado por Pontes de Miranda, tendo em vista a "construção de nova mentalidade", fundada no princípio da racionalidade científica, destaca-se a necessidade de

Preparar operários (e "operários" significa "produtores", manuais ou intelectuais, desde o sapateiro ao técnico de banco, de comércio e de ciência) e preparar chefes, como se preparam operários; mas sem nenhuma idéia de submissão. Por isso mesmo a obra de regeneração brasileira implica a reforma radical do ensino, desde o berço. E tal reforma será feita com os últimos resultados da ciência, com toda a

coragem no demonstrar a velha mentalidade, com a qual o Brasil caminhará lentamente, sujeito aos riscos de anarquizar-se em revoluções chefiadas por empíricos ou de partir-se após alguma guerra provocada por especuladores ou de passar a ser, em qualquer combinação secreta de caráter internacional, comprotetorado de duas ou três nações (In Cardoso, 1981b, p. 18).

Se esse discurso procura convencer da necessidade de construção de uma sociedade fundada no princípio da unidade, da homogeneidade, é importante ter claro que ele se sustenta num modelo de sociedade baseado na divisão em classes, na hierarquização. Nesse sentido, afirma Chauí:

O discurso sábio e culto, enquanto discurso do universal, pretende unificar e homogeneizar o social e o político, apagando a existência efetiva das contradições e das divisões que se exprimem como luta de classes (1982, p. 52).

No âmbito desse projeto de reorganização da sociedade - revolução dentro da ordem -, em que a democracia aparece associada à idéia de organização social do trabalho, Cardoso também chamará a atenção para a importância da educação:

*Daí a necessidade imperiosa da formação dos modeladores do povo, à custa da organização dinâmica do trabalho dentro da estabilidade da ordem. Instruir é formar cidadãos, é sanear mentalmente, é fundamentar os laços da coletividade dentro da unidade da Pátria. República só pode ser concebida como forma de governo de uma organização vitalmente democrática. Democracia pressupõe instrução difundida e dilatada. Instruir é pois democratizar o homem e republicanizar as instituições políticas. **Num meio inculto instruir é de fato governar sabiamente** (1981b, p. 109). [Grifos meus].*

A incorporação das massas incultas a esse projeto civilizatório se fará a partir de uma educação assentada no tripé organização¹⁹, trabalho e ordem.

19. "A idéia de Organização serve para cimentar a crença na existência de estruturas (infra ou supra, pouco importa) que existem em si e funcionam em si sob a direção de uma racionalidade que lhes é própria e independente da vontade e da intervenção humanas. (...) No interior dessa 'substância', isto é, da Organização, os homens já encontram pré-traçadas as formas de ação e de cooperação 'racionalis', ou seja, aquelas que lhes será permitido ter" (Chauí, 1982, p. 11).

Nesse contexto, a educação será elevada à posição de problema básico da nossa nacionalidade. Extraída do círculo restrito das questões meramente pedagógicas, a educação deverá ser pensada no âmbito das questões nacionais. À educação será atribuída a responsabilidade pela constituição de um "povo homogêneo, uno, independente economicamente" (Carneiro Leão, in Cardoso, 1981a, p. 23), redimindo o Brasil do seu atraso. Analisando "os deveres das novas gerações brasileiras", afirmará Carneiro Leão:

Acredito que, nesta época de civilização de base científica, onde tudo se procura fazer pela cultura, a educação é a maior necessidade do Brasil. No nosso país precisamos de cultura, por toda a parte, e para tudo: cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica (In Cardoso, 1981a, p. 19).

A questão primordial é convenceremo-nos de que o nosso problema máximo é a educação integral, desde a formação do indivíduo físico - sadio, inteligente, capaz - até à organização cívica, política, e social, passando pela preparação profissional e técnica, literária e científica (In Cardoso, 1981a, p. 23).

A partir da idéia do progresso como um *continuum*, procura-se atualizar o Brasil na marcha da civilização. Tal intento, entretanto, não se dissociará da necessidade de plasmar uma alma coletiva, por intermédio dos valores necessários à implantação da modernidade capitalista. À educação caberá conquistar corações e mentes para esse ideal.

Para os homens cultos, a instrução pública era a via adequada para a inserção do povo na política e na República. Abolidos os privilégios de classe que restringiam a participação igualitária na política, o povo tornou-se o novo príncipe, o condutor dos destinos dos habitantes da Cidade. Mas isso só seria possível quando o povo atingisse a maioria racional, através da educação pelas Luzes (Monarcha, 1989, p. 43).

O exame das posições assumidas por essa geração de intelectuais nascidos com a República permite-nos uma aproximação com a percepção

ilustrada de uma época, em que o surgimento dos trabalhadores na cena política coloca-se como um grande desafio. A necessidade de reorganização da sociedade a partir de um novo princípio - a racionalidade²⁰ - colocará a educação no centro das reflexões. Envolvidos nesse projeto de ordenação da sociedade, os reformadores sociais - educadores, médicos, engenheiros, filantropos - procurarão pensar a educação, enquanto um elemento-chave, capaz de promover a ascensão das trevas da ignorância às Luzes e, desse modo, de garantir ao Brasil o ingresso na era moderna.

2. Miguel Couto - a educação e a redenção do Brasil

2.1. Pensai na educação, patrícios!

Sintonizado com a percepção ilustrada diante das insuficiências da realidade nacional, Miguel Couto engajar-se-á nesse movimento de regeneração do Brasil, privilegiando, nessa empresa de regeneração e moralização do povo, o tema da educação.

A nossa primeira aproximação com o pensamento de Miguel Couto retomará uma de suas obras mais citadas no âmbito da historiografia da

20. Analisando a representação moderna do Estado, Chauí chama a atenção para a transferência para a imagem moderna da racionalidade das qualidades que eram atribuídas à Divina Providência: "O mundo burguês é um mundo laico e profano, um mundo desencantado de onde os deuses se exilaram, mas a ideologia burguesa conserva os traços de uma visão teológica do real onde a Providência inteligente e boa dirige o mundo *ex machina*, elege os justos e pune os injustos segundo designios que são seus e não dos escolhidos nem dos condenados. No mundo burguês a Providência chama-se: racionalidade" (1982, p. 50).

educação - o texto da conferência intitulada "No Brasil só ha um problema nacional: a educação do povo", proferida em 2 de julho de 1927, na Associação Brasileira de Educação, em solenidade na qual ele recebe o título de presidente honorário daquela entidade²¹.

Eminente médico, catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina, a sua conferência tematizará a educação do povo, considerada por ele como o primeiro problema nacional:

A educação do povo é o nosso primeiro problema nacional; primeiro porque o mais urgente; primeiro, porque solve todos os outros; primeiro, porque resolvido, collocará o Brasil a par das nações mais cultas, dando-lhe proventos e honrarias e lhe afiançando a prosperidade e a segurança; e se assim fez-se o primeiro, na verdade se torna o unico (Couto, 1927, p. 19).

Publicado no Boletim da Academia Nacional de Medicina²², o texto desta conferência, em que Miguel Couto conclama os brasileiros a pensar na educação, e o poder público a tomar medidas com vistas à disseminação da educação elementar, será transformado em um folheto por ordem do Conselho Municipal do Distrito Federal, em atendimento a um requerimento²³ do Intendente Mauricio de Lacerda, aprovado na sessão de 8 de julho de 1927.

Requeiro que seja transcripta, na parte official dos debates do Conselho, a conferencia do eminente professor Miguel Couto, sobre

21. Cf. Carvalho, Marta M. C. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FEUSP, 1986.

22. O texto desta conferência também será publicado, anos mais tarde, em 1933, em obra que reúne vários outros discursos de Miguel Couto, voltados para a questão da educação e da defesa nacional, cujo título coincide com o da conferência. Cf. Couto, Miguel. *No Brasil só ha um problema nacional - a educação do povo*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1933a.

23. Tal requerimento constitui-se em parte integrante do referido folheto.

educação nacional, e, autorizada a Mesa a imprimil-a em folhetos, sejam estes distribuidos pelas escolas publicas, Normal e Institutos Profissionaes, onde os respectivos professores farão do mesmo folheto uma leitura publica a seus alumnos - em classe aberta (Couto, 1927).

A conferência de Miguel Couto terá ampla divulgação. O convite feito pela Associação Brasileira de Educação não terá sido fortuito²⁴. As idéias ali defendidas terão uma grande repercussão em nível de imprensa. Pode-se supor que também tenham encontrado eco nas escolas públicas, se se leva em conta que, em 1933, o Serviço de Publicidade do Ministério de Educação e Saúde, distribui profusamente pelo país cem mil exemplares do folheto²⁵.

O interesse da Associação Brasileira de Educação em divulgar as idéias de Couto e até mesmo em usá-las como emblema do seu programa fica claro, se se consideram os objetivos que estão por trás da criação desta Associação. Segundo Heitor Lyra da Silva²⁶, ela deveria constituir-se em um

órgão legítimo de opinião das classes cultas, prontas a colaborar em perfeita harmonia com os governos e aplaudir-lhes os acertos, mas capaz de falar-lhes de frente, de apontar-lhes quando necessário os erros e as lacunas de suas leis de educação e de ensino e de defender vigorosamente, neste terreno, os grandes interesses do Brasil (In Carvalho, 1986, p. 150).

Com relação a esta questão, vale a pena destacar o caráter atribuído por Couto à Associação Brasileira de Educação:

24. "A conferência ressoa em alguns círculos como emblema do programa da ABE e é amplamente utilizada, através da imprensa, como apelo cívico em favor da 'causa educacional' e como propaganda da Associação. A repercussão que tem é também largamente instrumentalizada pela ABE em benefício próprio, na ampliação de seus quadros sociais e de seu prestígio". Cf. Carvalho, Marta M. C. *op. cit.*, p. 33.

25. Cf. Serpa, Phocion. *Miguel Couto, uma vida exemplar*. Rio de Janeiro, Graf. Sauer, 1943, p. 367.

26. Silva, Heitor L. Discurso pronunciado na Associação Brasileira de Educação, a 19 de novembro de 1925. Cf. Carvalho, Marta M. C. *op. cit.*, pp. 150 e 207.

uma instituição de homens perseverantes e sonhadores, de bôa vontade e de má sorte, que se reuniam através do tumulto indiferente para exclamar: pensai na educação, patricios! (Couto, 1927, p. 3).

Como se pode notar, ao se referir à associação, ele deixa de lado o seu caráter político: de porta-voz dos "interesses do Brasil" diante do Governo, congregando nesse empreendimento as classes cultas, as quais se atribuíam a faculdade de quererem e falarem pela nação. Passando, assim, a operar com uma imagem idealizada e desinteressada da mesma - constituída por um grupo de idealistas que, movidos por "uma fé monástica", se reuniam em torno de uma nobre causa: a redenção do Brasil através da educação.

Proferida nessa ocasião tão solene e em ambiente tão propício²⁷, a conferência do eminente médico terá como eixo central a educação do povo, à qual é atribuída a prioridade no cenário dos problemas nacionais. Ora, se a educação do povo é, conforme afirma, o primeiro e único problema nacional, é a sua solução que possibilitará resolver todos os demais problemas, assegurando ao Brasil um lugar de destaque no concerto das "nações cultas".

Comparando as diversas nações, ele vê na educação o elemento que as diferencia - "nações cultas", "nações ignorantes" - estabelecendo uma correlação educação-progresso, ignorância-atraso.

Se cotejarmos as nações ignorantes e as cultas em igualdade ou proporção de habitantes chegamos fatalmente ao seguinte postulado:

27. Chauí, ao analisar o "discurso competente", destaca aspectos importantes na compreensão desse discurso: "O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência" (1982, p. 7). [Grifos meus].

O progresso de um paiz está na razão directa da cultura do povo. Como exemplo: O Brasil representa em população o terço dos Estados Unidos, e vale um terço? Metade da Allemanha, e vale a metade? Tanto quanto a França, e vale a França? (Couto, 1927, pp. 8-9). [Grifos meus].

Desconsiderando as especificidades da situação histórica de cada país, o eixo que orienta a comparação é a relação contingente populacional-frequência escolar-progresso²⁸. Desse modo, só a educação pode justificar o progresso de alguns países, assim como só a educação poderia nos fazer ingressar numa era de progresso.

Nação-símbolo nessa "pregação" em favor da "causa educacional", o exemplo do Japão²⁹ é utilizado para reforçar as idéias defendidas:

como se salvou o Japão quando lhe cubiçaram o territorio? Pela educação do povo. Como nos salvaremos nós? Com a cultura do povo, porque da cultura nasce a ambição, da ambição a actividade, da actividade a riqueza, da riqueza multiplicada a fortuna colectiva, e desta a confiança, a força, a durabilidade, a cohesão (Couto, 1927, p. 8).

O ideal de coesão nacional é aqui oposto à existência de inimigos. A que inimigos se refere quando pergunta como nos salvaremos? Certamente, há aqui uma preocupação com relação aos externos que a Primeira Guerra pôs em destaque, entretanto, a preocupação maior se volta para os internos que a "educação salvadora" haveria de congregar num mesmo ideal.

28. Segundo Serpa, um dos biógrafos de Miguel Couto, na preparação dessa conferência, ele teria recorrido a dados oficiais, fornecidos pela repartição competente, na pessoa do seu diretor, Dr. Bulhões de Carvalho, que se referiam a: relação entre a população do Brasil, discriminada por Estados e o número de habitantes de 7 a 14 anos; população de 7 a 14 anos e de todas as idades segundo o grau de analfabetismo; produção de aguardente e álcool, no quinquênio 1922-1927. Cf. Serpa, Phocion. *op. cit.*, p. 373.

29. Ao se referir ao Japão, Miguel Couto lembra que, há pouco mais de cinquenta anos, aquele país vivia em pleno regime feudal, tendo se constituído, nesse meio século, numa grande potência, com uma taxa de aproximadamente 99,5% de frequência escolar. O Japão é mostrado como o símbolo do país que se desenvolveu graças à educação do povo. Cf. Couto, Miguel. *op. cit.*, pp. 4-6.

A guerra não é sómente a guerra; não é sómente a que se vê, senão a que se não vê; não é só o ferro e o fogo, mas a subtileza, a argucia, a solapa, o engenho; não é só o escorrer sangue, é muito mais o escorrer humilhação, e eu pergunto se ha maior do que a de não occupar ao lado das outras (nações), pela cultura do povo, a dignidade que seria a sua (Couto, 1927, p. 10).

Associada a esta imagem da educação salvadora, como o seu duplo-negativo, o discurso de Couto constrói a imagem da ignorância como um desses grandes inimigos que estariam a impedir a construção desse "sonho de Brasil". País de analfabetos, onde a ignorância grassa, o Brasil estaria fadado à subalternidade.

A ignorancia é uma calamidade publica como a guerra, a peste, os cataclysmos, e não só uma calamidade, como a maior de todas, porque as outras devastam e passam, como tempestades seguidas de céu bonança; mas a ignorancia é qual o cancer, que tem a volupia da tortura no corroer cellula a cellula, fibra por fibra, inexoravelmente o organismo; dos cataclysmos, das pestes e das guerras se erguem os povos para as benções da paz e do trabalho; na ignorancia se afundam cada vez mais para a subalternidade e a degenerescencia (1927, p. 9).

À metáfora da ignorância enquanto câncer que corrói o organismo da sociedade, produzindo um estado de degenerescência, corresponde a idéia da educação enquanto remédio para todos os males:

Situações destas não comportam o ramerrão das cousas triviaes, nem o tratamento de cataplasmas e mézinhas, - exige (sic) o ferro em brasa, a que o pai da medicina mandava recorrer quando o medicamento não mais sanava (Couto, 1927, p. 10).

Da educação espera-se a solução de todos os grandes problemas nacionais - higiene, desenvolvimento industrial, defesa nacional, por exemplo -, alçando o Brasil ao nível das "nações cultas" e resgatando-lhe a dignidade.

Tomada enquanto uma calamidade pública, a ignorância estaria aí a desafiar o Governo, como também as classes cultas, que são, nesse momento, chamados a uma "cruzada redentora".

*Nós também seremos um dia grande povo; mas, enquanto não chega a redempção do Brasil pela cultura dos seus filhos, continuemos a gritar para todos os lados, entre alternativas de fé e desalento, anciosamente, pedindo socorro: **Pensai na educação, brasileiros!** (Couto, 1927, p. 20). [Grifos meus].*

Ao Governo caberia repetir a façanha do Imperador Mutuzahito, na obra de redenção do Japão através da educação.

Se o Presidente Washington Luis, com a mesma autoridade e o mesmo poder, quizer reeditar, para a sua gloria e a nossa, a façanha historica que immortalizou o Imperador Mutuzahito e o fez o maior homem da sua Patria em todos os tempos, onde estará o Brasil daqui a duas ou tres decadas, quando as gerações actuaes em idade escolar e as seguintes tiverem chegado á plena mocidade, com a sua educação intellectual e physica no nivel proporcionado pela pedagogia moderna na plenitude dos seus processos? quando a instrucção secundaria, superior e profissional, tiverem adquirido de maior em maior desenvolvimento em virtude do principio de que - a cultura chama a cultura? quando a hygiene, parallelamente ao ensino, penetrando por todo o paiz, tiver reintegrado no seu indice normal de robustez toda essa gente reduzida pela vérmina a meio-homem, a um terço de homem, a um quarto de homem? quando a manufactura das materias primas nacionaes - o ferro, o manganez, a borracha, o cacáo, o algodão, o fumo, a lã, tiverem alcançado o maximo do seu rendimento industrial? quando a selecção dos valores nos diversos ramos de trabalho se fizer sobre a totalidade dos nossos patricios? A abundancia, a superabundancia decorrente, tanto na fortuna publica como na particular, terá remido, como na Allemanha, como no Japão, como nos Estados Unidos, as grandes necessidades materiaes relegadas sempre, pela penuria, para o eterno amanhã. Será o Brasil unido de Norte a Sul por linhas ferreas, prolongadas até ao Paraguay e á Bolivia e por ellas e estradas carroçaveis, cortado em todos os sentidos; a exploração das nossas minas em poderosos fornos siderurgicos nos collocará numa situação de euphoria economica; estarão adquiridos, ou teremos fabricado os milheiros de aviões e a centena de submarinos com que, só nos ares e nos submares, defenderemos o nosso infindo littoral; será profusamente semeado nos campos do sul, sem cizania nem maleza, o frumento, remate da nossa Independencia, que só existirá de facto, quando manipularmos as machinas do nosso aço e comermos o pão do nosso trigo, assim como hoje nos cobrimos com os tecidos do nosso algodão. Ah! Onde estará o Brasil! Onde estará o Brasil! (Couto, 1927, pp. 14-15).

O modelo das "nações cultas" é mais uma vez invocado e, desta vez, para criar uma imagem do Brasil enquanto nação de progresso, com todos os benefícios daí advindos. Articulado em torno do eixo educação-progresso, o discurso de Couto procura apontar, através do exemplo de países que investiram na educação do povo, para o futuro grandioso que espera o Brasil, na medida em que também o fizer, criando, pois, vinculada à imagem do *Brasil culto*, a imagem do *Brasil próspero*.

Entretanto, o nosso ilustre conferencista não se limitará a chamar a atenção para a importância da educação do povo na construção dessa imagem de Brasil. Envolvido na construção desse *Brasil culto e próspero* e falando numa associação que se propunha a colaborar com o Governo de diferentes formas, inclusive apontando-lhe os erros e lacunas das leis de educação e ensino, ele proporá algumas medidas: destinação exclusiva à educação e à higiene dos impostos sobre a renda e sobre bebidas alcoólicas³⁰, participação da União na disseminação do ensino elementar nos Estados³¹.

Os objetivos de coesão nacional seriam respondidos, no campo educacional, pela criação do Ministério da Educação, através do qual o Estado centralizaria as iniciativas educacionais:

30. Concordando com Belisario Penna, Couto também defende o aumento da taxa do álcool, considerado como "o maior agente de degeneração do indivíduo e da raça" (Couto, 1927, p. 187). No bojo das preocupações eugênicas presentes no período, é interessante notar a relação estabelecida entre alcoolismo-degeneração da raça-pobreza: "compreende-se, pois, que a venda de um agente desta natureza, inimigo inexorável da espécie, destruidor no homem de suas energias físicas e de suas faculdades superiores, dissolvente do lar e da prole, fosse cercado das derradeiras barreiras até às raíais da proibição, já aconselhada pela Academia de Medicina; nem ao menos é o tóxico elegante só ao alcance das bolsas fortes dos ricos, ao contrário é o vício desleal propiciado ao pobre pelo seu infimo preço" (Couto, 1927, p. 13).

31. Miguel Couto critica a descentralização promovida pelo Ato Adicional de 1834, o qual, através do seu artigo 10, atribuiu às Assembleias Legislativas Provinciais a competência para legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios para promovê-la. Princípio este que foi mantido com a proclamação da República.

Nas grandes nações onde a cultura do povo alcançou o seu escopo e se acha já incorporada na harmonia das cousas, comprehender-se-ia talvez, sem paradoxo, a ausencia deste orgam de direcção e eurythmia, como numa orchestra ensaiada a ausencia do regente; entretanto, todos o possuem. Mas, num paiz de analphabetos a inexistencia delle significa o desanimo, a conformação, a indiferença, o ponto final, e a espiritos perversos a suspeita de uma maldade, de um programma de analphabetização utilitaria (Couto, 1927, pp. 17-18).

A harmonia na condução dessa obra de redenção nacional através da educação seria, assim, garantida pela criação do Ministério da Educação, composto por dois departamentos: o do ensino e o da higiene.

Educação e higiene aparecem, pois, como elementos indissociáveis. Na tarefa de elevar o país ao nível das "nações cultas", à educação caberia elevar o povo à condição de homem, e à higiene, garantir a formação dos corpos saudáveis, necessários à construção de um país de progresso.

O caráter político dessa conferência fica claro se se leva em conta a solicitação de Couto para que a Associação Brasileira de Educação, caso estivesse de acordo com as idéias ali defendidas, se dirigisse ao presidente da República e ao Congresso Nacional, submetendo-as ao seu estudo e apreciação. Nesse sentido, vale lembrar também que, em 1930, criado o Ministério da Educação, Couto reúne alguns dos dados levantados quando da elaboração dessa conferência e os envia, juntamente com o texto da mesma, a Francisco Campos. Dirigindo-se ao Ministro (Anexo II), alguns dias depois, lembra-lo-á da urgência das medidas propostas.

2.2. O discurso da coesão nacional

Homem público, presidente da Academia Nacional de Medicina, muitas vezes encontraremos Miguel Couto, como nesse primeiro momento, a fazer uso da palavra, a argumentar em favor dessa ou daquela causa, a defender posições.

Num momento em que "médicos higienistas, engenheiros, educadores, cada um com ângulos diferentes de percepção, captavam na presença do operariado da cidade os sinais de periculosidade que o mundo fabril produzia" (Decca, 1983, p. 72), como traduzir as preocupações do nosso ilustre conferencista? Ao ocupar a tribuna de uma associação cujo papel era o de congregar as classes cultas na defesa de um projeto de Brasil, cabe questionar: para quem fala? Por quem está falando?

Falando em nome das classes cultas, das elites, que chamam para si a responsabilidade pela construção de um país civilizado, o alvo da sua pregação doutrinária é o povo - analfabeto, ignorante, incapaz. A representação da periculosidade desse povo é calcada em imagens de degradação da vida política do país, decorrente de um atraso em relação à marcha do progresso e da civilização.

É interessante notar que a essas imagens corresponde também a imagem de degradação do próprio povo, num movimento em que "práticas culturais são transformadas em atributos objetivos, pertencentes àquelas pessoas e grupos como propriedades que os definem" (Sader e Paoli, 1986, p. 45). Nesse sentido, retomemos um pouco da fala de Miguel Couto sobre o alcoolismo:

A prole dos alcoolicos é uma prole de alcoolicos, com os estigmas de degeneração psychica e somatica, a germinar a seu turno degenerados de toda sorte. É a familia alcoolica dos bebedores, com os seus epilepticos, imbecis, loucos, deformados e monstros. A bebedoria dos paes prolonga-se nos filhos através do ovulo; paes bebedores, filhos bebedores, netos criminosos, nas suas representações sociaes - a amoralidade, a malignidade, a brutalidade, a perversidade, a instabilidade, a vagabundagem, as impulsões ao roubo, ao incendio, ás fugas, ao homicidio, ao suicidio; e ainda como corollario a pobreza, a fome, os maus tratos, a indifferença, o desaceio, a super mortalidade infantil (1927, p. 13).

A preocupação com a educação e a higienização desse povo é, ao mesmo tempo, a preocupação com a sua diversidade. Afinado com o pensamento culto do momento, o projeto de nação, esboçado por Miguel Couto, a partir da sua preocupação com a educação do povo, tem como objetivo maior a coesão, a homogeneidade. Partindo de uma concepção de sociedade enquanto organismo - onde todas as partes devem funcionar harmonicamente - através da construção da imagem do analfabetismo-doença, aponta para os riscos que representam, para a construção desse projeto de nação, os analfabetos.

O povo - esse outro analfabeto e incapaz - é, desse modo, o alvo não apenas do discurso, como também das ações das classes pensantes, nesse empreendimento de recolocar o Brasil nos trilhos do progresso. No âmbito desse projeto civilizador, à educação é atribuída a prioridade na hierarquia dos problemas nacionais. Educação que se encarregaria de congregar a todos numa só "alma coletiva".

CAPÍTULO II

OLHARES SOBRE A CIDADE

A cidade seduz a compreensão. Ela é feita de finitudes, linhas curtas, agudas, matemáticas, todas calculáveis. É repleta de variedades, de sucessões, de dispositivos. (...) É a Escola da Razão (Emerson, in Bresciani, 1985, p. 55).

1. A cidade e seus personagens

1.1. A cena: o caos urbano

*O pano, a sala escura, uma projeção, o operador tocando a manivela e aí temos ruas, miseráveis, políticos, atrizes, loucuras, pagodes, agonias, divórcios, fomes, festas, triunfos, derrotas, um bando de gente, a cidade inteira, **uma torrente humana** (...) (João do Rio, 1909, p. VI). [Grifos meus].*

O cinematógrafo, essa novidade capaz de projetar uma "magnífica impressão da vida real" (Süssekind, 1987), e que é recebida pelos brasileiros com um misto de cautela e deslumbramento³², coloca-nos aqui diante de uma magnífica impressão da cena urbana, profundamente marcada pelo aparecimento de um "bando de gente" - "uma torrente humana".

O aparecer dessa "torrente humana" é registrado de diversas formas pelos observadores da cena urbana, nas décadas iniciais do século XX. O

32. Cf. Süssekind, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

rápido crescimento urbano altera as feições de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. As multidões aparecem como a grande novidade. Diante das dimensões da crise, gerada pelas intensas transformações econômicas, políticas e sociais, poder-se-ia dizer que nenhuma atitude é mais expressiva que a *perplexidade*. Perplexidade diante do novo que se revela nas imagens contraditórias que se constroem da cidade - decadência, solidão, crime, doença, morte e, ao mesmo tempo, progresso, prazer, fascínio, sedução, ou, como diante do cinematógrafo, misto de cautela e deslumbramento.

Referindo-se à perplexidade ante o ineditismo da experiência histórica do surgimento das grandes cidades no século XIX, afirma Sevcenko:

As cidades crescem incontrolavelmente, sem planejamento, infraestrutura e condições básicas mínimas. Dentre todos os transtornos e misérias suscitados por esse novo estilo de vida, o que parecia perturbar mais os espíritos era justamente o seu ineditismo que tornava os indivíduos envolvidos perplexos e destituídos de recursos para entender e enfrentar uma situação completamente inesperada. (...) Manifesta-se, pois, uma singular forma de angústia, constituída por um sentimento de impotência e vacilação diante de um surto vertiginoso de mudanças que não se pode deter, mas às quais se tenta desesperadamente resistir (1985b, p. 71).

Tal como nas grandes cidades européias e americanas, o crescimento do Rio de Janeiro, vertiginoso surto de mudanças, não se faria acompanhar de infra-estrutura e condições básicas mínimas, implicando a crescente degradação das condições de vida da maioria da população, para quem a vida se transformaria numa "existência mortal", segundo expressão cunhada por Rosen³³, em

33. Cf. Rosen, in Costa, Nilson do Rosário. Estado, educação e saúde: a higiene da vida cotidiana. *Cadernos Cedes*, (4):5-27, São Paulo, 1984.

função da falta de moradia, desemprego, longas jornadas de trabalho, exploração do trabalho infantil e da mulher.

Para uma cidade como o Rio de Janeiro, que veria a sua população³⁴ crescer de forma espantosa, passando, entre 1900 e 1920, de 691.565 para 1.157.873 habitantes, o que representa um crescimento da ordem de 68%, numa média anual de 3,2%, o surgimento dessa "torrente humana", com seus perigosos hábitos, sua estranha forma de morar, suas "festas" e "loucuras", não deixa de ser inquietante. Sobretudo, se se leva em conta que nem só de festas e loucuras vive esse "bando de gente", mas também do motim, das revoltas.

O crescimento experimentado pelo Rio de Janeiro, desde o século XIX, enquanto pólo de atração de contingentes populacionais oriundos de outras províncias e mesmo do exterior, uma vez que se constituía em grande centro político, administrativo, comercial e cultural, será acompanhado de uma profunda crise urbana.

O caos urbano, que se evidenciava através das epidemias³⁵ que assolavam a Capital Federal, do déficit habitacional, da deficiência dos serviços de água e esgoto, da precariedade dos transportes públicos, da dificuldade de circulação no centro da cidade, como também, da utilização das ruas e praias como depósitos

34. Os dados com relação à população do Rio de Janeiro foram extraídos de Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 52.

35. Referindo-se aos surtos epidêmicos, que transformariam o Rio de Janeiro em um dos maiores focos de epidemia do mundo, nas duas últimas décadas do século XIX, Pechman e Fritsch comentam: "A febre amarela atingiria proporções perigosas em 1880, 1883, 1886, 1889, 1891, 1892, 1894, 1896, 1898; a varíola, em 1883, 1887, 1891, 1895 e 1899; o sarampo, em 1883 e 1887; a disenteria, em 1889, 1892 e 1898; a difteria e a crupe, em 1882, 1883, 1885, 1877 (*sic*) e 1888, além da febre tifóide, beribéri e tuberculose, moléstias consideradas endêmicas, também serem responsáveis pela morte de muitos moradores da cidade durante o período, sobretudo a última delas" (1985, pp. 150-151). Ainda no que se refere às epidemias, informam os autores que "com a inauguração do século XX, uma nova epidemia assolaria a cidade - a peste mataria 295 pessoas em 1900, 199 em 1901 e 215 em 1902" (1985, p. 153). Em 1918, a cidade seria visitada por uma epidemia de gripe, a qual desencadearia uma grave crise sanitária (Costa, 1984, p. 15).

de lixo³⁶, justificará uma série de medidas por meio das quais se procurará combater a insalubridade, que paira no ar, ameaçando não só tornar inadmissível a cidade, como também estagnar a economia nacional. Vítima de retaliações econômicas, o Brasil procurará, por intermédio de tais medidas, resgatar a sua imagem junto ao mercado internacional - "passavam ao largo do Rio de Janeiro, porto sujo e suspeito, os transatlânticos, apavorados com a terra da febre amarela" (Bello, in Luz, 1982, p. 85).

Diante da ameaça que as epidemias representavam para a vida das cidades e do próprio país,

desde logo tornou-se evidente que as cidades somente poderiam se livrar das condições sanitárias adversas em que se encontravam, caso passassem por um profundo processo de reforma em sua estrutura urbanística. Ou seja, o combate à insalubridade impunha a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem regular a vida na cidade. Lutar contra a insalubridade implicava prevenir focos potenciais de enfermidade, que poderiam estar assentados nos mais diversos pontos da cidade (Pechman e Fritsch, 1985, p. 142).

Assim, o saneamento da Capital exigirá uma reforma urbanística de grande monta, que suscitará um amplo debate, no qual a necessidade do saneamento não se dissociará da idéia de um embelezamento da cidade.

Sanear a cidade, para muitos, significava, também, embelezá-la. Num momento em que a economia do país ia tornando mais profundos os seus nexos com o mercado internacional, fazia-se mister que sua capital estampasse, para efeito externo, uma imagem que não mais a associasse com o atraso, a doença, tal como o Rio era conhecido na Europa. Sanear o Rio, deste modo, requeria não só a erradicação das moléstias, mas também a renovação da estética da cidade, cuja expressão eram a fachada de seus prédios, o aspecto de seus

36. No que se refere ao quadro urbanístico do Rio de Janeiro no final do século XIX, cf. Pechman, Sérgio e Fritsch, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, 5(8/9):139-195, São Paulo, set. 1984/abr. 1985.

logradouros públicos, os costumes de seu povo (Pechman e Fritsch, 1985, pp. 174-175).

Tal discussão que remonta ao século passado e que se expressa através de medidas como a promulgação, pela Câmara Municipal, em 1832, do Código de Posturas³⁷, aponta para a necessidade de ordenação da vida urbana, por meio da definição de padrões higiênicos e morais por parte das autoridades sanitárias. No âmbito dessa legislação - que parte da crença de que os indivíduos, deixados ao seu livre-arbítrio, tendem a priorizar os seus interesses particulares em prejuízo do interesse público - atribui-se ao Estado o papel de controlar "os focos potenciais de desestabilização da vida urbana" (Pechman e Fritsch, 1985).

Higienização e embelezamento serão os eixos definidos por Rodrigues Alves, ao assumir a Presidência da República em 1902, para enfrentar o problema do saneamento, o qual se constituía, na sua concepção, num "problema da maior relevância na ordem administrativa e do mais elevado alcance para os grandes interesses morais e materiais de nossa pátria (...)" (In Pechman e Fritsch, 1985, p. 154). Para tanto, delegará a Pereira Passos e Oswaldo Cruz a responsabilidade pelas reformas urbanística e sanitária, respectivamente. A superação do caos urbano será pensada, no interior dessa ampla reforma, a partir de um controle estatal sobre as mais diversas esferas da vida da sociedade, tendo em vista o disciplinamento dos usos da cidade, bem como o abandono de hábitos considerados tradicionais, ou seja,

37. Elaborado pela Sociedade de Medicina, o Código de Posturas de 1832 (aprovado pela Câmara Municipal em 1838), propunha-se a ordenar a vida da cidade a partir da perspectiva da higienização. Dividia-se em duas seções: saúde pública da cidade e polícia da cidade, constituindo-se num instrumento legal a partir do qual se procurava impor aos moradores da cidade restrições não só de natureza higiênica, como também de natureza moral. Tal Código será tomado como ponto de partida por Pereira Passos na elaboração do seu projeto de reforma urbanística. Com relação a essas questões, cf. Pechman e Fritsch, *op. cit.*

aqueles que se opunham à idéia de progresso. O debate acerca da ordenação da cidade colocaria, pois, como um dos seus temas fundamentais, o papel do Estado na arregimentação das forças necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade capitalista.

Costa, referindo-se ao lugar que a higiene é convidada a ocupar, na história da nação, destaca:

O discurso estatal sobre a saúde procurou, antes de tudo, nesse contexto, responder ao problema de organização e controle sobre uma população abertamente hostil às medidas de racionalidade e civilidade sanitária, e cujo (sic) modos e usos higiênicos afrontavam o projeto defendido pelos novos donos do poder. A higiene desenvolveu o argumento de que era necessário controlar e domesticar um "mundo irracional de paixões populares", "de estrangeiros que agitavam e acendiam as cidades", "de desordeiros de profissão, de turbulências políticas e ideologias filosóficas" (1984, p. 13).

O processo de ordenação das cidades, enquanto processo de implantação de uma ordem social excludente, repousará, pois, sobre todo um projeto de higienização, a partir do qual se definirá o tipo de cidade que se pretende erigir - "cidade para o usufruto de alguns, cidade para o desfrute de muitos, cidade para o gozo de toda a comunidade" (Pechman e Fritsch, 1985, p. 146) - como também, a quem caberá a responsabilidade na condução de tal empreendimento, que poderes lhe serão atribuídos, que parcelas da população serão beneficiadas e, ao mesmo tempo, que parcelas serão excluídas. É, pois, em nome da salubridade que se arquitetará uma nova hierarquização social que, respondendo às pautas de higienização, definirá o espaço destinado a cada um no âmbito de uma sociedade marcada pela desigualdade.

1.2. "A personagem incômoda"

A investida estatal nos mais diversos setores da vida da cidade, concebida enquanto um amplo projeto de higienização, expresso através de medidas como a promulgação do Código de Posturas e as reformas urbanística e sanitária da Capital Federal, voltar-se-á para a eliminação de comportamentos adotados pela população em seu conjunto. Anúncio dos novos tempos, essas medidas deveriam ser capazes de eliminar os comportamentos que já não condiziam com os *novos ares de civilização*.

Se esse projeto de higienização se volta para o conjunto da população, é importante ter claro, entretanto, que ele terá nos pobres o seu alvo prioritário, constituindo-se num amplo esforço de moralização e domesticação das classes populares, pautado na regulação e normatização da vida cotidiana, a partir da "estratégia de totalização da vida social" (Costa, 1984).

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX (Rago, 1985, p. 12).

A atuação desses reformadores sociais que, num primeiro momento, voltar-se-á para o esquadramento do modo de vida dessas parcelas da população e, posteriormente, para a elaboração de formas de intervenção e controle, terá como objetivo o disciplinamento desses grupos, contribuindo de forma decisiva

para a implantação de uma "nova ordem de vigilância moral e disciplina higiênica requerida pela civilização burguesa" (Costa, 1984, p. 10).

*Percebidos como selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas, sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil constitui-se paulatinamente **uma vasta empresa de moralização**. Seu eixo principal: a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo (Rago, 1985, p. 12).*

As resistências dos trabalhadores à imposição dessa nova ordem, a partir das quais se elabora todo um discurso de periculosidade das classes trabalhadoras, justificavam a necessidade de disciplinamento. Assim, era "necessário disciplinar essas massas apocalípticas, incultas, supersticiosas, porque, como alternativa à derrota e à evasão, existia também a rebelião" (Costa, 1984, pp. 8-9).

Referindo-se aos perigos que passam a representar os trabalhadores à constituição de uma sociedade onde a fábrica deve ser vista como um fato inquestionável, e às estratégias de racionalização que sobre eles passam a incidir, durante a década de 20, afirma Decca:

*O proletariado urbano torna-se uma classe perigosa onde quer que apareça como agente, dentro da fábrica no decorrer do processo de trabalho, ou fora dela onde sua própria presença e condição assinalam os perigos de uma contestação social. (...) **A personagem incômoda do proletariado começa a ser minuciosamente estudada dentro de suas casas, na rua ou nas fábricas. É preocupação de muitos a sua saúde, a sua educação, a sua moral, o seu lazer, enfim e principalmente, o seu trabalho** (1983, p. 72). [Grifos meus].*

Se ao longo de todo esse debate - que toma como ponto de partida a urgente necessidade de higienização da cidade e, ao lado disso, de ordenação do espaço urbano - o disciplinamento e o controle dos pobres estiveram colocados como uma questão central, os anos 20 apresentar-se-ão como um

momento particularmente importante para a investigação dessas estratégias, na medida em que, naquele momento, assiste-se a uma reorientação dos regimes disciplinares, tendo como objetivo fundamental a imposição da fábrica como ideal civilizatório da sociedade.

Nesse sentido, afirma Rago:

A passagem para a década de 20, por sua vez, assiste a uma mudança nos regimes disciplinares: anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A "nova fábrica", higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação (...) (1985, p. 19).

O grande desafio que se colocará, doravante, será de, em nome da ordem e contra o caos e a anarquia, atuar sobre essas amplas parcelas da população, de modo a transformá-las nos braços produtivos de que o país precisará na sua caminhada rumo ao progresso.

2. Os olhares

2.1. A cidade apoteose

... Um perpétuo cenário de apoteose divisa-se das janelas, - o cenário do Rio com o seu estrépito de sons e de cores, o tumulto das ruas estreitas, os montes escalavrados de casas, o perfume dos jardins e a enorme extensão da baía ao fundo.

Toda a cidade, estendendo por monte e vale o formigamento dos seus bairros, trechos da Gamboa, trechos centrais, torres de igrejas, a cúpula da Candelária, tetos envidraçados de frontões, altas chaminés

de fábricas, palácios, casas miseráveis, pedaços de mar obstruídos de mastros, parece cantar o ofertório da vida. Ah! a humanidade da grande colméia! (João do Rio, s.d., pp. 26-27).

A paisagem urbana, tema central na obra de João do Rio³⁸, nos é apresentada neste trecho de "O momento literário", a partir de um olhar peculiar. O cronista, cuja obra é marcada pela experiência urbana de um Rio de Janeiro caracterizado por intensas transformações e cujos personagens encarnam a vivência contraditória dessas transformações, escolhe, neste trecho, olhar para a cidade através de uma janela³⁹. É, pois, vista de cima e de longe que a cidade - essa grande colméia - nos aparece nas suas contradições.

O que vê o cronista nesse momento em que, distanciando-se da sua perspectiva mais freqüente - "em geral ele mesmo parte dessas ruas, desse trânsito" (Süssekind, 1992b, p. XIII) -, volta o seu olhar para a paisagem urbana?

Ao lado da paisagem natural da cidade, onde surge ao fundo a baía e na qual o perfume dos jardins não passa despercebido, o olhar atento do cronista se volta para as transformações que alteram a cena urbana, no início deste século. Temos, assim, registrado a partir desse olhar: o crescimento da cidade - "o formigamento dos seus bairros", "o tumulto das ruas estreitas", "os montes

38. João do Rio é o pseudônimo adotado por Paulo Barreto, jornalista carioca que viveu entre 1881 e 1921. Sobre ele, afirma Homero Senna: "coincidindo sua atividade jornalística com as transformações por que passou o Rio no governo Rodrigues Alves, impulsionadas pelas obras de Pereira Passos e Paulo de Frontin, João do Rio seria o historiador dessa época, fixando, em suas crônicas, os últimos tálburas e os primeiros automóveis; uma seresta na favela do Morro de Santo Antônio e a inauguração do Clube de Regatas do Flamengo, na Rua Paissandu; as vielas lúgubres onde moravam os chineses fumadores de ópio e o corso na Praia de Botafogo". No que se refere à relação do autor com a cidade do Rio de Janeiro, Senna destaca a sua "identificação com a cidade de que iria tornar-se o cronista insuperável" (In João do Rio, 1992a, p. 134).

39. Estudando as imagens produzidas pela literatura diante do espetáculo do surgimento das grandes cidades, no século XIX, Sevcenko observa que: "Esse gesto de procurar uma posição elevada para ver de cima a totalidade da cidade se torna um ritual obsessivo nesse período, atraindo historiadores, fisionomistas e jornalistas para os pontos mais elevados das metrópoles. (...) Olhada ao rés-do-chão a cidade se dissolve em fragmentos, cuja dispersão infinita é sumamente desagradável. Vista, descrita ou representada de um ponto elevado, ela se torna um emblema abstrato imediatamente apreensível" (1985b, p. 80).

escalavrados de casas"; a alteração da paisagem urbana - "tetos envidraçados de frontões", "altas chaminés de fábricas"; como também, o contraste entre as faces dessa paisagem, onde vemos surgir, ao mesmo tempo, palácios e casas miseráveis.

Momento de intensas transformações, esse é também um momento em que uma multiplicidade de olhares se volta para a cena urbana. O cenário apoteótico da cidade faz convergir uma série de olhares.

Analisando a constituição de uma "nova sensibilidade", no século XIX, baseada nas percepções contraditórias da cidade, destaca Bresciani:

Os observadores - políticos, médicos, reformadores sociais, sociedades estatísticas - assumem a postura de exploradores de culturas estrangeiras em busca de uma resposta para a questão formulada por Carlyle: "Qual a condição atual da sociedade?" (1985, p. 60).

No âmbito dessa multiplicidade de olhares, a nossa atenção se volta para o olhar médico e o seu papel na definição de um novo projeto de ordenação da sociedade. Projeto este, pensado a partir de uma organização modelar da cidade, que toma como modelo a organização da fábrica - "fantasmagoria de um mundo inteiramente previsível", onde tudo pode ser "quantificável, mecanizável, calculável" (Bresciani, 1986, pp. 18-19).

Retomemos o olhar de João do Rio: um olhar atento, lançado através de uma janela, onde a cidade é vista do alto e de longe. O que aproxima esse olhar do olhar lançado pelos médicos sobre o Rio de Janeiro dos anos 20?

Observador da cena urbana, o cronista se posiciona diante de uma janela, lugar a partir do qual descreve a paisagem, o movimento, o tumulto da cidade. Vê desfilar em frente da janela a novidade dessa imagem apoteótica.

Entretanto, não há aí uma intenção de analisar as transformações⁴⁰. Os contrastes entre palácios e casas miseráveis são apenas apresentados.

2.2. A "cidade doente"

Olhando também do alto e, ao mesmo tempo, de perto, os médicos não se contentarão em simplesmente observar a paisagem urbana. Diante desse espetáculo, assemelhar-se-ão ao "espectador noturno" em "Les nuits de Paris"⁴¹:

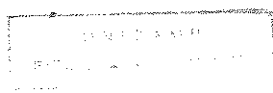
Rétif se apresenta como um "espectador noturno", que percorre todas as noites as ruas de Paris para observar o que se passa na cidade escura. (...) se fascina com a vida noturna das prostitutas, dos ladrões, dos jogadores (...). Rétif não quer apenas olhar, mas também agir, e sabe que só pode fazê-lo se conseguir ver tudo o que vive na noite. (...) não se limita a observar as prostitutas, mas quer reformá-las, arrancá-las à ignomínia; (...) entre duas ações justiceiras e dois discursos moralizantes, ele tem tempo de intercalar reflexões sobre a saúde pública, e propõe medidas de saneamento urbano, como a proibição de jogar imundícies pela janela (Rouanet, 1988, p. 130).

Para ver tudo, dois olhares são necessários: o da águia e o da coruja - "o da águia, que **olha do alto** e dorme de noite, e o da coruja, que dorme de dia e **vê de perto** a sua presa, fazendo-se tão tenebrosa quanto ela" (Rouanet, 1988, p. 131). [Grifos meus].

Diferentemente do olhar fascinado do cronista, o olhar médico, lançado do alto sobre a cidade, assemelhar-se-á ao olhar do "espectador noturno". É

40. Nesse sentido, é importante atentar para as palavras de Flora Süssekind: "no universo literário de João do Rio parece não haver fuga possível à imagem da cidade. Não de qualquer cidade, está posto. Do Rio-Capital, imago a ser imitada, reduplicada por todo o país" (In João do Rio, 1992b, p. XII).

41. Rétif de la Bretonne. *Les nuits de Paris*. Paris, Editions d'aujourd'hui, 1978.



também um olhar atento, entretanto, a atenção aí não se desvincula da intenção de controle, o qual só é possível por meio de uma vigilância constante.

Empenhados na tarefa de ordenar aquilo que se apresentava como um caos e de intervir no sentido de organizar a vida da cidade, os médicos criam, a partir do século passado, instituições voltadas para a produção de um saber articulado com essas necessidades de ordenação do espaço urbano, numa perspectiva de higienização. Analisando os textos médicos sobre prostituição produzidos no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1890, Engel⁴² aponta para o importante papel desempenhado pela Academia Imperial de Medicina e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no sentido de transformar a cidade em objeto de investigação.

No que se refere à Academia Imperial de Medicina, mais tarde Academia Nacional de Medicina, as bases da sua criação foram lançadas em 1829, quando, por iniciativa dos Drs. Joaquim Candido Soares de Meirelles⁴³, Luiz Vicente de Simoni, José Francisco Sigaud, José Martins da Cruz Jobim e João Mauricio Faive, cria-se uma instituição científica - a Sociedade de Medicina - inspirada no modelo da

42. Cf. Engel, Magali. *op. cit.*

43. Sobre o papel do Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles na criação da Academia e sobre a atuação desta na regulamentação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Alfredo Nascimento, em solenidade de comemoração do centenário de fundação da Faculdade de Medicina, na sessão da Academia de 29.09.1932, destaca a importância dos estudos realizados por aquele médico em Paris, entre 1825 e 1829. Cirurgião-mor do regimento de cavalaria, Joaquim Candido realizou os seus estudos de Medicina na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, doutorando-se em Paris, onde conheceu de perto a recém-fundada Academia. Assim, os estudos de Joaquim Candido em Paris despertaram, por um lado, o interesse em criar uma associação similar à Academia de Medicina de Paris e, por outro, a consciência da precariedade dos cursos de medicina existentes no Brasil. Cf. *Boletim da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro, 1932-1933. T. 104, pp. 196-197.

Academia de Medicina de Paris⁴⁴. Com relação ao papel desta, Engel chama a atenção para as análises de Foucault, que apontam para a

constituição, ao nível de um estado de uma consciência médica, encarregada de uma tarefa constante de informação, controle, e coação; exigências que (segundo Le Brun) "compreendem objetos tanto relativos à polícia quanto propriamente de competência da medicina" (In Engel, 1989, p. 39).

O fim a que se deveria voltar a recém-criada instituição seria o de "promover a ilustração, o progresso e a propagação das ciencias medicas, favorecendo e velando a conservação e os melhoramentos da Saude Publica" (Magalhães, 1896, p. 1). A partir de 1835, por força do artigo 15 do decreto imperial de 8 de maio, a instituição é transformada em Academia Imperial de Medicina,

especialmente instituida para responder ás perguntas do Governo sobre tudo quanto interessar á saude publica, e principalmente sobre as epidemias, as molestias particulares de certos paizes, as epizootias, os diferentes casos de medicina legal, a propagação da vaccina, e aguas minerais; occupando-se além disto de todos os objectos de estudo e investigações que podem concorrer para o progresso dos diferentes ramos da arte de curar (Magalhães, 1896, p. 2).

Dever-se-ia voltar, assim, tanto para a produção de um saber científico, como para orientar o governo no tratamento das questões relativas à saúde pública. Nesse sentido, destaca Engel o caráter político da Academia⁴⁵, o qual se reforça através do vínculo com o Estado Imperial, não sofrendo modificações essenciais, nem mesmo com a aprovação de novos estatutos, em 1885.

44. Cf. Anais da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères, 1896-1897. T. 62. Cf. também, Engel, Magali. *op. cit.*, pp. 39 e ss. e Luz, Madel T. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, pp. 121 e ss.

45. Não é demais lembrar que, em 1832, a recém-criada Sociedade de Medicina é encarregada de elaborar o Código de Posturas, ao qual já nos referimos anteriormente. Cf. Engel, Magali. *op. cit.*, p. 40; Pechman e Fritsch, *op. cit.*, p. 147.

Quando se analisam os Anais e Boletins da Academia, do período republicano, a presença de autoridades importantes - o presidente da República, o ministro da Justiça, o presidente do Supremo Tribunal Federal, etc - nas sessões magnas de aniversário⁴⁶, surge também como um indicador importante do caráter político da Academia Nacional de Medicina. Um outro indicador é a nomeação do ministro da Justiça, de acordo com os estatutos da Academia, como presidente honorário.

A repercussão das discussões que se travavam no interior da Academia ficava por conta da ampla cobertura dada pela imprensa, destacadamente pelo Jornal do Comércio⁴⁷, às suas sessões, como também pela participação, nas sessões de aniversário, de comissões de várias sociedades científicas e estudantes das escolas superiores.

Com relação à Faculdade de Medicina, surge a partir de um projeto de reforma do ensino médico, elaborado por uma comissão da Sociedade de Medicina, atendendo ao pedido do Governo Regencial. Tal reforma, inspirada nos moldes franceses, transforma a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, através de lei de 3 de outubro de 1832,

46. Tais sessões, que se realizavam em 30 de junho, organizavam-se a partir de uma seqüência, onde, num primeiro momento, tínhamos o discurso do presidente da Academia. Após o qual, o 1º secretário procedia à leitura do relatório das ocorrências mais notáveis e dos principais trabalhos científicos apresentados durante o ano à Academia Nacional de Medicina; seguindo-se, então, o discurso do orador oficial, em homenagem aos membros da Academia mortos durante o ano. O Regimento da Academia previa, após esses discursos, a leitura das questões que concorreriam aos prêmios para o ano seguinte: medalhas de ouro, prata, menção honrosa, prêmio Alvarenga, prêmio São Luiz. Cf., por exemplo, Ata da sessão magna de 30 de junho de 1916. In: *Anais da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro, 1916. T. 87, p. 6.

47. A leitura dos Anais levou a identificar o Dr. Leonídio Ribeiro, membro da Academia, como o responsável por aquele jornal. Cf. Sessão da Academia Nacional de Medicina de 01 de setembro de 1932. In: *Boletim da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro, 1932-1933. T. 104, p. 122.

passando a compreender o ensino médico: os cursos de Medicina, Farmácia e o de Partos⁴⁸.

Referindo-se ao conteúdo da produção elaborada ou difundida por estas instituições, o trabalho de Engel aponta para a predominância, no período estudado, das abordagens que situavam o Rio de Janeiro como uma "cidade doente".

É, pois, sobre essa "cidade doente" que se debruçará atentamente o médico. É em direção a esse "corpo doente" que se voltará o olhar médico, um olhar preocupado com o restabelecimento da saúde, concebida em função de determinados parâmetros de salubridade. Com relação à noção de salubridade, ouçamos Foucault:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública - no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa - é o controle político-científico deste meio (1989, p. 93).

Nesse sentido, vejamos como Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina - essa "alta corporação científica", como a denominam os seus membros - refere-se, durante os anos 20, ao papel do médico em relação a esse doente, ao defender a necessidade da criação do Ministério da Saúde Pública:

48. Cf. Engel, Magali. *op. cit.*, p. 45.

não sei se avanço uma heresia afirmando que os medicos, pela natureza dos seus estudos, deviam ser entregues dessa funcção, de que estiveram em todos os tempos despojados pelos juristas. Dirão estes: Que faz a politica? Faz leis e applica - ora isto é comnosco. Retrucarão os medicos: Faz leis para quem? Para os homens, ora isto é comnosco - que melhor os conhecemos, na sua physiologia, do corpo e da alma, no seu character, nas suas fraquezas e nas suas necessidades. Ao demais, que é o Estado, que são os Estados, nas cinco partes do mundo, ao juizo dos proprios estadistas ... na opposição, e dos criticos, e dos philosophos, e da nobreza, do clero e do povo, que veem a ser senão eternos doentes, a pedir a todo instante remedios e mais remedios? Ora, isto é comnosco... Nós sempre nos contentamos com os doentes-homens e cedemos de graça os doentes-Estados, mas ao menos que aquelles fossem nossos (1937, pp. 49-50).

Colada a esta imagem da "cidade doente", do "Brasil como um imenso hospital" (Pereira, in Couto, 1923), constrói-se também, no interior desse discurso, a idéia da hegemonia dos médicos na condução dos destinos da cidade e da nação. Enquanto detentores de um saber capaz de ordenar o caos urbano, os médicos reivindicam para si um espaço de poder no interior da sociedade. Evidentemente, a solução para os problemas nacionais passa pela intervenção disciplinadora do governo, nesse caso, exercida através da criação de um ministério, que deveria ser ocupado por um médico, na medida em que o governo

precisa ter ao seu lado, nos postos technicos, um technico de valor, que não será na ordem hierarchica um terceiro, um quarto, um quinto, um sub-chefe, porque a sua responsabilidade é a de commando (Couto, 1937, p. 52).

Na constituição desse ideal de sociedade, o espaço reivindicado pelos médicos não se distanciará do que é destinado ao Legislador, na sociedade contratual preconizada por Rousseau:

O povo, por si, quer sempre o bem, mas por si nem sempre o encontra. A vontade geral é sempre certa, mas o julgamento que a orienta nem sempre é esclarecido. É preciso fazê-la ver os objetos tais como são,

algumas vezes tais como eles devem parecer-lhe, mostrar-lhe o caminho certo que procura, defendê-la da sedução das vontades particulares, aproximar a seus olhos os lugares e os tempos, pôr em balanço a tentação das vantagens presentes e sensíveis com o perigo dos males distantes e ocultos. Os particulares discernem o bem que rejeitam; o público quer o bem que não discerne. Todos necessitam, igualmente, de guias. A uns é preciso obrigar a conformar a vontade à razão, e ao outro, ensinar a conhecer o que quer. Então, das luzes públicas resulta a união do entendimento e da vontade no corpo social, daí o perfeito concurso das partes e, enfim, a maior força do todo. Eis donde nasce a necessidade de um Legislador (1987, p. 56).

Analisando "o privilégio da higiene e o funcionamento da medicina como instância de controle social", Foucault discute a inserção dos médicos naquilo que chama de "maquinaria de poder", ressaltando que:

O médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o 'corpo' social e mantê-lo em um permanente estado de saúde. E é sua função de higienista, mais que seus prestígios de terapeuta, que lhe assegura esta posição politicamente privilegiada no século XVIII, antes de sê-la econômica e socialmente no século XIX (1989, p. 203).

Nessa luta contra as doenças da sociedade, a vitória dos médicos parece certa: "tudo nos dá a esperança de que havemos de levar a cabo a missão que nos pertence de sanear o território nacional das doenças endêmicas que o infestam e o depreciam" (Couto, 1937, p. 53).

2.3. "O espectador noturno"

Reaproximemo-nos de Rétif, o "espectador noturno", e o seu animal emblemático, a coruja, mergulhados na noite, em busca das Luzes:

Coruja! Quantas vezes teus gritos fúnebres me fizeram estremecer, na sombra da noite! Triste e solitário, como tu, eu errava só, entre as trevas, nessa capital imensa! [...] Eu errava só, para conhecer o homem

*[...]. Quantas coisas podem ser vistas, quando todos os olhos estão fechados! [...] Cidadãos pacíficos, eu velej por vós; percorri sozinho as noites, por vós. Por vós, entrei nos antros do vício e do crime [...]. Pais, mães de família! Preparai minha coroa. Foi por vós, por vossos filhos, que me fiz coruja. O frio, a neve, nada me detinha: **eu quis ver tudo** [...]. **Vi o que ninguém viu senão eu.** Meu império começa ao nascer do sol, quando a aurora abre as barreiras do dia (Rétif, in Rouanet, 1988, p. 130). [Grifos meus].*

Desse modo, não basta "ver tudo". "Ousar ver e ousar saber"

(Rouanet, 1988) são as duas leis indissociáveis na construção dessa sociedade transparente como o cristal. Nesse movimento,

a cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção (Bresciani, 1985, p. 39).

Coruja e águia, capaz de enxergar do alto e de perto, o médico, aquele que vê o que só a ele é dado ver, imerso no "reino da visibilidade universal" (Rouanet, 1988), chama para si a construção-direção da cidade higiênica. Vejamos qual o papel da higiene na construção dessa cidade:

não teve a Higiene desde que foi erigida com este nome em disciplina, senão o aperfeiçoamento do homem, e para isto o protege desde o ventre materno, vigia-lhe a nutrição, leva-o ao grande ar bemfazejo, acautela-o contra as aggressões da natureza, imuniza-o contra as doenças, vai com elle á escola para robustecer-lhe o corpo e lhe poupar o espirito, previne-o das ciladas da juventude, ensina-lhe o conforto da habitação e as regras da velhice viril e, se por esta forma aperfeiçoa o individuo, está aperfeiçoando a especie e a raça e fazendo eugenismo. Naturalmente só me refiro á selecção humana baseada no sentimento, e com o respeito devido ao proprio homem (Couto, 1933a, p. 35).

A higiene - essa medicina urbana, que surge a partir do modelo de intervenção médica suscitado pela peste - diferentemente do modelo de exclusão suscitado pela lepra, não expulsa o doente para fora dos muros da cidade, tendo em

vista purificar o espaço urbano. Pautado em uma análise minuciosa, em uma vigilância constante e no registro permanente, este modelo volta-se para um esquadramento da cidade. Desse modo,

não exclui, não expulsa em uma região negra e confusa. O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (Foucault, 1989, pp. 88-89).

Na medida em que a cidade se transforma num observatório e, em seguida, num laboratório, espaço privilegiado na construção de estratégias de controle e intervenção sobre o caos, caracterizado pela diversidade, o "espectador noturno" será constituído enquanto paradigma do sujeito de conhecimento. Tudo deve se submeter ao olhar competente. O modelo de observação da natureza será assumido enquanto modelo de observação e avaliação da realidade social. Assim, esse olhar analítico e classificador do sujeito racional precisará ser construído:

*Ir além das aparências implicava formação intelectual e disponibilidade; o **olhar** do observador atento é um **olhar armado** para analisar o que vê, decompor e refazer a ordenação das partes constitutivas daquilo que, para o olhar desarmado, permanece em sua unidade acabada (Bresciani, 1985, p. 52).*

A idéia de que os problemas sociais são de mesma natureza que os problemas de ordem física é recorrente nos textos de Miguel Couto. Nesse sentido, considera-se válido buscar nas suas obras médicas a formação desse olhar que, pelo princípio da identidade, voltar-se-á para a compreensão de problemas sociais, como

o analfabetismo. Assim, é na "Lição inaugural de Clínica Propedeutica"⁴⁹, proferida quando da sua posse, em 1902, que vamos buscar elementos para a compreensão da construção desse "olhar perspicaz", "único capaz de vidência perfeita" (Chauí, 1988, p. 37).

*Clinica propedeutica (...) é a introdução á clinica medica. Que tem esta por fim? O estudo do doente, isto é, das modificações funcçionaes ou somaticas operadas no seu organismo, traduzidas por symptomas e signaes, e dos meios efficazes de as remediar. Qual é, então, o primeiro dever, o dever preliminar do medico junto do doente? Saber conhecer essas modificações. Ora, é a propedeutica que instrue todos os processos da investigação clinica, que discrimina os symptomas, que peza o valor dos signaes, que apura todos os meios conducentes ao diagnostico. Em summa, **propedeutica é a arte de examinar os doentes**. É, portanto, uma das disciplinas basicas da vossa instrucção medica (Couto, 1916, p. 2). [Grifos meus].*

Não obstante a veemência de Miguel Couto na defesa da importância da Clínica Propedêutica, ela não resiste às reformas do ensino médico. Desse modo, a formação de médicos que teremos a partir de 1911 será rearticulada, no sentido de garantir a formação desse olhar clínico, uma vez que, como afirmará na sua "Lição inaugural de Clínica Medica":

*O clinico, meus senhores, não póde esperar que os doentes lhe venham confessar a molestia, ou que esta lhe entre pela vista; **precisa descortinar ao longe, enxergar nas trevas, ter raios X nos dedos, nos ouvidos, nos olhos, no cerebro, para distinguir a molestia através da opacidade frequente dos symptomas** ... Poucas são as molestias que se retratam na face do corpo, nem todas se entremostam, a maioria precisa ser procurada (1916, p. 36). [Grifos meus].*

49. Miguel Couto foi catedrático de Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1902 a 1911, quando, por conta de uma reforma no ensino médico, essa cátedra é extinta, e ele assume a de Clínica Médica. Enquanto catedrático de Clínica Propedêutica, "aliou à clinica o laboratório, na intenção de apurar o diagnóstico por meio da pesquisa, introduzindo assim, ao lado da enfermagem, como seu complemento natural e indispensável, o primeiro reduto da medicina experimental no Brasil", constituindo-se esta em uma das importantes inovações introduzidas por ele no ensino médico do seu tempo. Cf. Serpa, Phocion. *op. cit.*, p. 73 e também Navarro, Moacyr. *op. cit.*

Entusiasta das descobertas capazes de corrigir o olhar médico, livrando-o de todas as vendas e de todos os obstáculos, é interessante notar, no discurso proferido na comemoração do primeiro centenário da Academia, a transferência para os aparelhos de raios X de qualidades atribuídas, nesta lição inaugural, ao médico. A descoberta dos raios X, assim, ao mesmo tempo que possibilita o acuramento da capacidade de diagnóstico, recoloca sobre novas bases a sensibilidade do médico.

Assim como a perda de um sentido é compensada pelo apuro dos outros, e nos cegos, por exemplo, o tacto é o mesmo que a visão, de modo contrario a aquisição de novos faz perder os antigos; os medicos de outróra tinham raios X nos dedos, nos ouvidos, na vista, no olfacto e verdadeiramente estavam vendo através delles, como numa placa fluorescente, os symptomas mais reconditos sobre os quaes teciam o seu raciocinio deductivo ou inductivo até a diagnose. (...) Conhecidos estes raios, aquellas subtilezas como que se vão diluindo e esfumando, como órgãos que se atrophiam pela inacção, ou residuos que se apagam, superfluos e inuteis (Couto, 1937, p. 112).

Na busca da visibilidade plena, a formação do "espectador noturno" terá na lógica indutiva um elemento fundamental, visando desenvolver

essa faculdade de ver bem e certo e rapido, que os antigos chamavam tino medico. Tino medico é uma resultante, e a clinica um curso de logica indutiva onde se aprende na diurna e nocturna observação dos factos o comparat-os para concluir (Couto, 1937, p. 102). [Grifos meus].

É nesse sentido que Miguel Couto, falando aos formandos da Faculdade de Medicina, recomendará na "Oração do paranympo", aos futuros médicos, uma atitude que se assemelha à do detetive:

ha de o medico tecer a sua logica inductiva até atinar com a doença. Razão tinha, pois, aquelle professor de Philadelphia que ensinava a seus discipulos: (...) lêde e meditaes as obras de Arthur Doyle, isto é, as memorias e aventuras de Sherlock Holmes, querendo com este paradoxo dar a entender que a nossa funcção é a mesma de farejar a

pista dos symptomas e recompôr com elles o crime sensacional da doença (Couto, 1933a, p. 178).

Atitude policialesca - que implica a observação atenta e constante, o registro, a comparação -, a investigação clínica deve possibilitar o diagnóstico da doença, enquanto modificação funcional ou somática que se traduz em sintomas (Couto, 1916). Decompor e reordenar esse quebra-cabeça a partir dos sintomas ou sinais, eis o dever do médico-detetive. Auxiliado por esse poderoso recurso - a lógica indutiva - como por todos os instrumentos (laboratórios, raios X, dentre outros) que possibilitassem corrigir o olhar, tornando-o eficiente, o médico-detetive seria capaz de decifrar o enigma do corpo doente. Ao médico caberia, assim, buscar a causalidade da doença, tornando visível, pelo uso da razão - único meio capaz de corrigir o olhar - a doença na sua sintomatologia.

Ao referirmo-nos às armas de que o olhar deveria estar munido, na busca de desvelamento da doença na opacidade dos sintomas, não esqueçamos o papel que o médico define para si na sua relação com a "cidade doente", ou seja, na ordenação da cidade pautada em padrões médicos de definição da saúde e da higiene.

2.4. A escola do olhar

O olhar armado implica a mediação do conceito que permite desmembrar, a exemplo da dissecação anatômica, a figura acabada (Bresciani, 1985, p. 53).

Se a investigação clínica é o modelo tomado de empréstimo na análise da realidade social, a atuação de Miguel Couto no combate à febre amarela e a sua produção no que se refere a essa doença podem ser tomadas como um elemento importante na formação desse "olhar armado". Ou seja, as pesquisas desenvolvidas por ele em relação à febre amarela são fundamentais na formação de um "olhar preparado para uma análise metódica de um objeto definido" (Bresciani, 1985, p. 52).

O trabalho de Miguel Couto sobre a febre amarela é apontado, pelos seus biógrafos, como "um dos capítulos mais famosos da patologia brasileira" (Serpa, 1943, p. 11), ou ainda como "a mais detalhada contribuição clínica e experimental sobre a infecção amarílica" (Navarro, 1950, p. 38). Publicado em colaboração com Azevedo Sodré, em 1901, no tratado de Herman Nothnegel, "Spezielle Pathologie und Therapie herausgegeben von Hofrath", o trabalho intitulado "Das Gelbfieber" resulta dos estudos realizados por Couto, durante as epidemias de febre amarela que assolaram o Rio de Janeiro, entre 1892 e 1896.

Convidado por Azevedo Sodré para trabalhar no Hospital de São Sebastião, em 1892, encontra ali um vasto campo para os seus estudos sobre febre amarela, adquirindo conhecimentos de laboratório, sobretudo de anatomia patológica.

A tese⁵⁰ que apresenta à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1898, quando se candidata a uma vaga de professor substituto, é resultante dos estudos desenvolvidos durante as epidemias:

Ele vinha de três grandes epidemias de febre amarela, e no Hospital São Sebastião (...) tivera oportunidade de observar diuturnamente doze mil doentes, de praticar mais de cem necrópsias e vários milhares de cortes histológicos e um sem número de pesquisas e de testes de todos os gêneros, para chegar às conclusões sintetizadas naquela proposição, que viria dar um novo rumo à patogenia das icterícias (Navarro, 1950, p. 34).

Assim, na elaboração da sua tese, Couto lança mão de todo um rico material posto à disposição pelas epidemias, elaborando gráficos explicativos e tabelas de exames. Os seus argumentos baseiam-se nas conclusões tiradas a partir de trabalhos experimentais, minuciosos e rigorosos exames clínicos, procedidos em inúmeros portadores da doença, "além das comprovantes executadas em mais de cem necrópsias e para mais de cem cortes histológicos" (Serpa, 1943, p. 84).

A observação diuturna, o olhar atento corrigido pela razão, a dissecação, o desmembramento e a recomposição, a comparação, estribados em um ideal de conhecimento baseado na experimentação são aspectos importantes quando buscamos compreender a formação desse olhar penetrante, como também a forma como esse olhar se voltará para a observação-intervenção na sociedade.

50. Estudando a febre amarela, Miguel Couto procura demonstrar, através da sua tese, a seguinte proposição: "Há duas espécies de icterícias, uma de origem hepática e outra de origem hemática". Até então, acreditava-se que todas as icterícias eram de origem hepática. Cf. Navarro, Moacyr, *op. cit.*, p. 33.

2.5. O "olhar armado" e a "cidade doente"

Em matéria de saúde, é preciso obrigar os homens a fazer aquilo que lhes é útil e evitar o que pode prejudicá-los. Desse ponto de vista, os habitantes de uma grande cidade devem ser considerados menores de idade; compete à administração ordenar (Murard & Zylberman, in Bresciani, 1986, p. 28).

Os factos de ordem social subordinam-se a leis tão fataes como os de ordem physica (Couto, 1933b, p. 461).

Ao se voltar para a realidade social, o olhar clínico, formado para analisar metodicamente aquilo que vê, ou seja, formado para tornar visível a doença na opacidade dos seus sintomas, vai registrar a imagem da degenerescência⁵¹ - a "cidade doente". Assim é que vemos Miguel Couto, ao referir-se ao programa de um novo partido político (no caso, o Partido Democrático), postular a necessidade de um

systema de freios e contrapesos, ou, para falar a nossa linguagem, de vacinas e específicos com a virtude therapeutica de impedir para jámais, ou curar logo, as crises subintrantes de dictadura, que tem posto o organismo republicano em deploravel estado colliquativo (1937, p. 17). [Grifos meus].

Esse estado de degradação⁵², que se faz acompanhar de um

51. Examinando as imagens do cabaré na representação da cidade nos anos 20, a partir da análise de textos literários, destaca Rago: "na literatura ou nas artes, um mesmo imaginário, embora não único em que a sociedade das décadas iniciais do século figura em toda a sua decadência". Nesse sentido, na poesia de Mário de Andrade, "a cidade é assimilada a um órgão vivo que devora os homens. Como um grande cabaré, ela atrai os indivíduos pela promessa da felicidade sexual que nunca realiza". Cf. Rago, Margareth. Prazer e Perdição: a representação da cidade nos anos vinte. *Revista Brasileira de História*, 7(13):77-102, São Paulo, set. 1986/fev. 1987, pp. 79 e 84.

52. A imagem da degradação da cidade, em Miguel Couto, aparece também associada à idéia de um "claustro urbano": "é o mal das cidades a crescerem, a crescerem, na mesma área, mais para cima do que para os lados, e nas quaes, não obstante, o augmento geometrico das habitações não guarda a proporção com o arithmetico dos habitantes. É o claustro urbano. Assim se faz cento e cento o numero de pequenos infelizes - mal dormidos, mal comidos, mal tratados" (1933a, p. 72).

Imagem de "um meio ambiente urbano degenerador das forças físicas e morais dos homens", solidária à "figuração de multidões de pobres afluindo para os centros urbanos e se amontoando em casas, pardieiros, becos e ruas". Cf. Bresciani, Maria Stella M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, 5 (8/9):35-68, São Paulo, set. 1984/abr. 1985, p. 56.

abatimento profundo, é o que caracteriza a sociedade brasileira - "degenerescencia progressiva e inexoravel, cellula por cellula, desse admiravel corpo de principios democraticos" (Couto, 1937, p. 17).

No que se refere a essa imagem da sociedade-organismo, Bresciani destaca as percepções contraditórias que permeiam a imagem de cidade:

representação da cidade onde os principios da mecânica universal, o lento processo imutável da natureza e as figuras orgânicas de corpos e de criaturas monstruosas, embora produzidas pelo homem, se confundem (1985, p. 56).

Na análise desse movimento em que o olhar clínico se volta para a realidade social, vale destacar a recorrência da metáfora da sociedade enquanto organismo. Nesse sentido, é importante chamar a atenção para o ideal de harmonia social sobre o qual se calca essa concepção orgânica da sociedade:

Não ha nos organismos vivos, cellulas por mais minimas, que não cooperem na harmonia do todo; não ha nas sociedades humanas instituições, modestas ou culminantes, que não tragam o seu estimulo - o que chamamos na nossa linguagem tecnica - o seu harmonio - para a eurythmia da vida (Couto, 1937, pp. 114-115).

A representação do organismo aparece, pois, associada à idéia do Todo, da unidade, da harmonia. Pressupõe a hierarquia. Nesse sentido, afirma Romano:

*O resultado disso é a figura orgânica como **telos** coletivo, seguindo-se as noções grotescas sobre a doença e a saúde social. O indivíduo é visto como quimera, a massa é infantilizada. Sobra a milagrosa mediação dos intelectuais, os únicos que comungariam com os sofrimentos infinitos do povo (Romano, 1985, p. 119).*

Assim, é no bojo dessa "fantasmagoria orgânica" (Romano, 1985), que se pode compreender o espaço de poder reivindicado pelos médicos na

ordenação da sociedade. Organizados em espaços políticos como a Academia Nacional de Medicina, e reivindicando a sua inserção nas esferas administrativas, os médicos buscarão construir uma sociedade, na qual a direção caberá aos intelectuais. Sociedade marcada pelo abismo entre "ricos civilizados" e "pobres selvagens", onde a estes últimos restará submeter-se a qualquer custo.

Com maioria de razão, pela sua ampla envergadura e maior autoridade, tem esta Academia o seu lugar, e terá sempre a sua vez na vigilância, no estudo, no conselho, na responsabilidade da valorização do homem e por elle da especie na luta pela felicidade. São as sociedades sabias que preparam o ambiente pela divulgação das idéas, e instruem os governos pelo debate, para as grandes conquistas eugénicas. Não podemos deixar a nossa Patria em atrazo; cada geração plasma a seguinte, por meios suaves e suavios se possível, e coercitivos se necessario (Couto, 1928, p. 302). [Grifos meus].

A liberdade aí não passa de uma quimera: "a liberdade perde-a a gente em vindo ao mundo. Quem é livre? E quem póde ser livre para fazer o mal, com a dupla licença de contrahir doenças, e a seu salvo contagial-as?" (Couto, 1937, p. 142). Ou, como afirma Carlyle, "de todos os direitos do homem, o direito do ignorante ser guiado pelo mais sábio, de ser pelo bem ou pela força mantido no caminho verdadeiro, representa o direito mais nobre" (In Bresciani, 1985, p. 59).

É interessante atentar, a partir das colocações de Romano, para o aspecto da comunhão dos intelectuais com o sofrimento do povo. Na obra de Miguel Couto, essa comunhão é expressa pela figura do médico enquanto um irmão mais velho, assim, "elle entra nas familias no primeiro dia como estranho, no segundo já é o amigo e no terceiro o irmão, isto é, o irmão mais velho, o conselheiro da hora

amarga" (1937, p. 147). Irmão mais velho⁵³, conselheiro, habitando a colina envolta em luz são expressões que alertam para o lugar em que se coloca o médico na sua relação com o povo e com a sociedade.

Movendo-nos no âmbito dessa sociedade, é fundamental ter claro que, subjacente a essas representações, encontra-se a noção de uma homogeneidade social. Ou seja,

é a noção mesma de uma heterogeneidade social que é recusada, a noção de uma variedade de modos de vida, de comportamento, de crença, de opinião, na medida em que contradiz radicalmente a imagem de uma sociedade de acordo consigo mesma. E ali onde é assinalado o elemento mais secreto, mais espontâneo, mais inapreensível da vida social, nos costumes, gostos, idéias, o projeto de dominação, de normalização, de uniformização vai o mais longe possível (Lefort, 1987, p. 82).

Assim, ao voltar o seu olhar para a "cidade doente", o médico procurará enquadrar a população, a partir de

*uma série de prescrições que dizem respeito não só à doença mas às formas gerais da existência e do comportamento (a alimentação e a bebida, a sexualidade e a fecundidade, a maneira de se vestir, a disposição ideal do **habitat**) (Foucault, 1989, p. 202).*

Se a cidade toda passa a ser pensada enquanto um laboratório de estratégias disciplinares, é para os bairros pobres que se voltará a atenção dos médicos. À pergunta de Carlyle - "qual a condição atual da sociedade?" - buscar-se-á responder por meio de uma atividade exploratória que se concentrará no modo de

53. Dentre outras virtudes - como a bondade, a ternura, o compadecimento, a tolerância - a renúncia aparece, em trechos como o que se segue, como a principal virtude associada à figura do médico. "Os médicos não formam propriamente uma classe, em disputa de primazias, privilégios ou interesses; ao contrario o característico das suas assembléas é a renúncia. De que vivem elles? Dos proventos que lhes fornecem os doentes. E de que tratam quando se congregam? De extinguir as doenças, e nem é para outro fim que nos reunimos hoje. Haveria paradoxo mais risivel do que este, se não habitasse a medicina a collina inspirada, envolta na eterna luz?" (Couto, 1937, p. 81).

vida dos pobres, trabalhadores ou vagabundos, identificados aos "povos selvagens", e seus bairros, vistos como "terra incógnita" (Bresciani, 1985).

Pensado a partir da negatividade, o pobre será o alvo das ações disciplinadoras e domesticadoras, tendo em vista erradicar os seus "hábitos degradantes", por intermédio da moral do trabalho. Assim, será necessário ensinar-lhe:

a verdadeira historia, que é a historia do trabalho; (...) convence-lo de que o maior heroismo é o do operario obscuro nas fornalhas, nas fabricas, nas minas, amassando com o suor do seu soffrimento um pouco do conforto de todos; o do lavrador rustico nos campos semeando entre intemperies e colhendo para os outros o pão nosso de cada dia; o dos grandes descobridores realizando utopias a golpes de genio; o dos sabios, segregados do mundo para arrancar da natureza os seus mysterios (Couto, 1923, p. 20).

Cidade doente, sociedade-organismo, pobres selvagens.

Estivemos até aqui em contato com algumas das representações que compõem o ideal de sociedade que os médicos intentaram construir. Olhando para a cidade, através de um olhar competente, médicos como Miguel Couto diagnosticaram a "doença social", identificaram os "cancros" que corroíam o "organismo da sociedade". Contudo, não lhes bastou ver. Ao ousar ver e ousar saber, os médicos construíram estratégias de intervenção na sociedade, visando ordená-la e domesticar a população pobre, a partir da idéia de uma sociedade em que, ao ideal da visibilidade plena, corresponde o da previsibilidade absoluta.

CAPÍTULO III

O INIMIGO DO PROGRESSO

O desconhecido, o imprevisível, o indeterminável são as figuras do inimigo (Lefort, 1987, p. 85).

1. Para além dos muros da civilização

1.1. Incursões pelos bairros pobres

Águia e coruja, o médico mergulhará nas sombras da noite, penetrando nos antros do vício e do crime. "Espectador noturno", não se contentará em olhar, desejará agir e, para tanto, será necessário ver tudo o que vive na noite escura. Imerso no "reino da visibilidade universal", verá o que ninguém viu. Movido pelo desejo de ver tudo, embrenhar-se-á nas trevas da imensa cidade. Solitário na sua missão, buscará conhecer o homem.

"Quantas coisas podem ser vistas, quando todos os olhos estão fechados!" (Rétif, in Rouanet, 1988, p. 130). Dotado de um olhar sábio, corrigido pela Razão e pela experiência, que lhe permitirá ver além das aparências e, mais que isso, ver aquilo que só a ele é dado ver, na medida em que todos os olhos estão vendados, ao médico não bastará ver a doença. Percorrendo sozinho a noite escura, na busca de conhecer o homem, o olhar médico voltar-se-á alarmado para o espetáculo da

pobreza. No diagnóstico da "doença social", a sua atenção se voltará para os homens pobres, cujos comportamentos representam uma ameaça constante à pacífica e ordenada comunidade dos homens sábios.

Comprometido com a ordenação da cidade, concebida enquanto um amplo projeto de higienização, o olhar de Miguel Couto destacará, a partir da atitude exploratória que caracteriza as suas incursões pelos bairros pobres, o contraste entre os espíritos mais cultos e os incultos, diante de uma mesma condição social - a pobreza. A partir do seu registro, construirá a imagem do pobre higienizado, da pobreza digna:

interessante, entretanto, é comparar como tive ensejo tanta vez de fazer durante os dez annos em que exerci a profissão em bairro pobre, entrando de casebre em casebre, de estalagem em estalagem, passando de morro a morro, como em presença desta mesma condição se comportam os que tinham o espirito mais culto; nestes o asseio encobre a miseria, e o bom gosto dissimula a nudez do abrigo, onde se respira o ar nobre, puro e santo da pobreza superior e digna (Couto, 1923, p. 49).

A essa condição só é possível ascender por intermédio da educação-higiene. A educação seria, assim, o divisor de águas entre a civilização e a barbárie. E os bairros pobres⁵⁴, onde reina a "incultura", constituir-se-iam nos antros do vício e do crime. No caso do nosso país, alerta o nosso "espectador noturno",

54. Vejamos a paisagem dos subúrbios cariocas, a partir da descrição de Lima Barreto, neste trecho do seu livro "Clara dos Anjos": "O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central.

[...] Passa-se por um lugar que supomos deserto e olhamos, por acaso, o fundo de uma gruta, donde brotam ainda árvores de capoeira, lá damos com um casebre tosco, que, para ser alcançado, torna-se preciso descer uma ladeirota quase a prumo. [...]

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda parte onde se possam fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforo distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas. [...] Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo" (Lima Barreto, in Neves e Heizer, 1991, p. 62).

quem passar além da crosta de civilização que o reveste, e não esquecendo que na própria capital da Republica Afranio Peixoto a faz acabar no primeiro suburbio, depara logo a estípite da incultura com a sua frondosa arvore de costados: o desalento, o deasseio (sic!), as doenças, os vícios, os maus habitos, a vadiagem, a inactividade (Couto, 1933a, p. 31). [Grifos meus].

A "incultura" que caracterizaria os homens pobres, situados para além dos muros da civilização, seria a fonte de todos os vícios, dentre eles: o desasseio e as doenças, negação da higiene; os vícios e os maus hábitos, negação dos valores morais; a vadiagem e a inatividade, ou, em outras palavras, a negação da sociedade do trabalho. Os bairros pobres contrastariam e, mais que isso, representariam a própria negação da sociedade que se busca instituir - uma sociedade formada por homens moralizados e racionais.

Engajados na construção de uma sociedade organizada a partir dos preceitos da ciência, médicos como Miguel Couto, participarão da constituição da cidade em objeto de estudo e intervenção. Nesse movimento, os bairros pobres tornar-se-ão objeto de vigilância constante, na medida em que os homens pobres serão tomados como figura privilegiada na elaboração de estratégias disciplinares, que se voltam para todos os aspectos da vida cotidiana.

Nesse empreendimento de instituição da sociedade do trabalho, a pobreza passa a ser associada à indolência, afirmando-se, assim, a incompleta moralidade dos pobres, a sua tendência natural para a ociosidade. Portanto, a regeneração desse *homem degenerado* constituir-se-á no elemento primordial na construção dessa sociedade civilizada.

Os estadistas se empenham agora na obra do seu resurgimento, convencidos de que se o homem é o primeiro patrimonio de uma

nação, a sua saúde, isto é, a sua capacidade de trabalhar, e a sua cultura, isto é, a sua capacidade de trabalhar bem, hão de constituir os primeiros cuidados dos Governos, robustez e força ao lado da inteligência e educação, preparando o homem para a vida, e para a vida da sua Patria (Couto, 1923, p. 51). [Grifos meus].

Os médicos considerar-se-ão os mais habilitados conselheiros. A eles caberá, pois, orientar os governos na obra de regeneração do homem pobre, ou seja, de formação do trabalhador disciplinado e moralizado, a partir da erradicação dos hábitos considerados degradantes.

No interior desse projeto, a afirmação da desigualdade será justificada através da Razão - Providência boa e inteligente que dirige o mundo burguês (Chauí, 1982).

A desigualdade humana deriva da propria natureza; foi ella que fez a primeira eleição entre os homens, isto é, que construiu a primeira elite, quando os criou de grande, de media e de pequena intelligencia, e poz nos extremos de um lado o genio, do outro o imbecil, que se encontram na loucura (...).

A segunda elite é manipulação da cultura; em geral, melhor o terreno, menor a arrotéa; peor o terreno, maior o amanho; qualquer que seja, porém, o cultivo, ainda assim os homens continuarão a se distinguir pelo mais lucido entendimento e sobretudo pela mais decidida capacidade de esforço (Couto, 1933a, pp. 123-124).

Oposição radical entre os naturalmente iguais, perfeitos e pacíficos membros da comunidade harmoniosa e os naturalmente diferentes, degenerados e alheios às leis da razão (Carvalho Franco, 1993). A par dessa oposição, a construção da democracia é vista como uma "operação ortopédica", que não significa, obviamente, a possibilidade de igualdade, mas a simples correção das desigualdades pela via da cultura, ou seja, a construção de uma sociedade baseada no postulado da igualdade de oportunidades. Desse modo,

às democracias só é licito fazer as elites, sob a condição de preparar as igualdades, e se não pôde igualar as intelligencias como materia prima, têm o dever de corrigil-as pela cultura, o que já foi definido uma simples operação orthopedica (Couto, 1933a, p. 124).

Nesse contexto, em que a proposição de princípios universais articula-se intrinsecamente com a negação desses mesmos princípios⁵⁵, o ideal de igualdade funda a desigualdade. Assim, a autêntica igualdade republicana "se destinaria a nivelar todos os filhos da mesma patria no valor physico e na elevação intellectual, **sem restringir o surto para cima dos dotados de melhor materia e capazes de maior esforço**" (Couto, 1923, p. 80). [Grifos meus].

Nesse modelo de sociedade, construído a partir da afirmação da inferioridade dos incultos, à razão sábia caberia o papel de conduzir os destinos da nação. A "incultura" seria, na concepção de Miguel Couto, a marca principal dessa legião de homens pobres, amontoados nos casebres e estalagens - região obscura da cidade percorrida por esse olhar perspicaz. Nessa legião, trabalhadores e desocupados recebem um mesmo estatuto, uma vez que o trabalho do inculto não resiste à concorrência do trabalho do homem culto e, desse modo, o trabalhador pobre e inculto só tem uma certeza: a do eterno retorno à condição de pobreza, com todos os estigmas aí contidos. Assim, afirma:

se trabalham, a sua mão de obra não resiste á concurrencia dos mais instruidos (...). Derrotados passam a ser os sem-trabalho, aturdidos na voragem do alcoolismo, donde resvalam insensivelmente para o crime (Couto, 1923, pp. 49-50). [Grifos meus].

55. Analisando o pensamento de Locke, afirma Maria Sylvia Carvalho Franco: "o pensamento liberal se regenera no ardil de produzir e reconciliar esses impossíveis. Propõe os universais que o configuram - racionalidade, igualdade, liberdade, justiça - e traz em si a negação desses termos, tendo o poder de manter-se justamente por força dessas antinomias" (1993, p. 33).

Os pobres, insuficientemente moralizados, seriam, assim, a fonte de todos os vícios e de todos os crimes. Identificados aos povos selvagens, justificarão estudos como o citado no discurso proferido por Miguel Couto na sessão magna da Academia Nacional de Medicina, de 1919:

No Congresso Eugénico, de Londres, de 1912, o Professor Niceforo, numa memoria intitulada - A causa da inferioridade dos caracteres psycho-physiologicos das classes inferiores - demonstrou que elles têm predilecção por certas fórmulas da criminalidade; e, aliás, as estatísticas em todas as partes do mundo já tinham evidenciado nos diagrammas a opposição dos traçados da delinquencia e da cultura (Couto, 1923, p. 50).

Na instituição dessa sociedade do trabalho, o olhar médico assumirá um importante papel. A partir da exploração do modo de vida dos homens pobres, fornecerá argumentos que justificarão o poder dos cultos sobre os incultos, ou, em outras palavras, dos *perfeitos* sobre os *degenerados*, estabelecendo uma linha divisória entre a *delinqüência* e a *cultura*.

1.2. Os males da ignorância

Mergulhando nas trevas da cidade, nos antros do vício e do crime, o olhar médico, "capaz de vidência perfeita", revelará as regiões sombrias que impedem a claridade absoluta. "Narciso moderno, só ele seria capaz de ver através da noite, o que é impossível aos outros mortais" (Romano, 1985, p. 114).

Dentre as sombras que será preciso desfazer no empreendimento de construção de um país civilizado e moderno, de uma sociedade ordenada e previsível, o analfabetismo, identificado à ignorância, às trevas, à opacidade, figurará

no pensamento de Miguel Couto como uma chaga que ameaça arruinar a saúde do "corpo social" - "ulcera escancarada que envergonha a nossa patria, e a origem de todos os seus males" (Couto, 1923, p. 82).

Incultura, ignorância, delinquência. As luzes do intellecto bem formado, ao se voltarem para a realidade dos homens pobres, revelarão a sua incapacidade de assimilação do projeto burguês de civilidade e modernidade.

Nesse contexto, a ignorância será considerada uma calamidade pública, responsável pela degenerescência do "organismo social" e pela subalternidade do país. "A ignorancia representa o primeiro e maior factor do atraso, da pobreza e da inferioridade de qualquer nação" (Couto, 1927, p. 9), afirmará enfaticamente Miguel Couto na conferência proferida na Associação Brasileira de Educação, em 1927.

Enquanto calamidade pública, a comparação à guerra, à peste e aos cataclismos será insuficiente para demonstrar-lhe a gravidade. Dentre todas as calamidades, a ignorância só seria comparável ao câncer, na sua marcha de destruição do organismo.

Identificada a uma doença, será um dos seus temas prediletos nas sessões da Academia Nacional de Medicina: "são os meus nobres collegas testemunhas de que tomando por thema nestas sessões assumptos sociaes correlatos com a medicina, aquelle que mais me tem occupado, como medico, é a ignorancia" (Couto, 1933a, p. 97).

Aos gritos de que "a ignorancia está estrangulando o Brasil!" (Couto, 1933a, p. 94), Miguel Couto questionará a passividade ante as nefastas conseqüências da ignorância, a qual considera "não só doença, senão a peor de todas, porque a todas conduz" (Couto, 1933a, p. 98).

"A pior de todas as doenças" seria, assim, a responsável pelo nosso atraso e pela nossa inferioridade diante das outras nações, uma vez que mutilaria o povo.

É ella que reduz o nosso homem a meio-homem, a um quarto de homem, e a nossa população á metade ou quarto da realidade; ella, e só ella, é a responsavel pelo relativo atrazo da nossa Patria, que não pode soffrer o confronto com outras, a cujo lado devia formar em pé de igualdade e erecta. Não se aponta no mundo uma só grande Nação de ignorantes (Couto, 1933a, p. 98).

Úlcera, cancro, a metáfora da doença será utilizada na apreensão dos problemas sociais, na medida em que o olhar que se volta para a sociedade procurará apreendê-la enquanto um organismo, revelando-lhe as partes cancerosas.

1.3. Analfabetismo: um "cancro social"

As imagens do analfabetismo e do analfabeto recobrem, no pensamento de Miguel Couto, uma gama de conteúdos negativos, que vão da ignorância à doença.

Nessa teia discursiva, a identificação do analfabetismo a doença - desvio do estado normal⁵⁶ - é um dos elementos fundamentais na criação de um

56. Cf. Couto, Miguel. *Lições de clínica médica*. Rio de Janeiro, Luzeiro, 1916.

sentido de urgência para o tratamento do problema educacional. Nesse contexto, "o analfabetismo não é só um factor consideravel na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença e das mais graves" (Couto, 1923, p. 57).

Com relação a essa identificação, destaca Carvalho:

A inegável gravidade da questão sanitária no país reforçava o poder persuasivo da propaganda educacional. Além disso, a metáfora sanitária é recurso retórico de grande eficiência sensibilizadora: a imagem negativa e um tanto abstrata da ausência de educação é substituída, com vantagem, pela imagem concretizante da doença que induz a imaginação do ouvinte a visualizar, no horror análogo do câncer ou da degenerescência física, os malefícios da situação educacional do país (1986, p. 98).

Desse modo, no âmbito desse pensamento, não bastará criar a identificação analfabetismo-doença, será preciso associá-lo a uma doença grave, a qual representa para a Medicina do período um enigma - o câncer.

O analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com as suas multiplas metastases, aqui a ociosidade, alli o vicio, além o crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo deshabitado, quasi repellido para fóra da especie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena, e a nossa desidia indigna de perdão enquanto lhe não acudirmos com o remedio do ensino obrigatorio (Couto, 1923, p. 128).

As metástases através das quais o analfabetismo se disseminaria no "organismo social" - a ociosidade, o vício, o crime - representam a exata negação da sociedade do trabalho e se constroem a partir da afirmação da tendência natural dos pobres à indolência, tendência que, se não fosse adequadamente corrigida, através do *elixir universal da educação*, poria em risco a edificação da sociedade do trabalho. Assim, seria necessário disciplinar essa população que, pelas suas práticas culturais, mostrava-se hostil ao projeto burguês de civilidade.

Se as metáforas médicas constituem-se em um eficiente recurso retórico, entretanto, é fundamental atentar para o conteúdo político desse discurso, no interior do qual os problemas sociais são apreendidos enquanto doenças, ou seja, enquanto disfunções do "organismo social". Com relação a esse procedimento, ouçamos Romano: "metáforas médicas são signos que permitem verificar o colorido democrático ou autoritário dos discursos políticos e pedagógicos" (Romano, 1987, p. 59).

No que se refere à identificação analfabetismo-câncer, o recurso às obras médicas e às discussões sobre esta doença pode trazer-nos importantes elementos para a análise dessa metáfora. Considerado como "o maior flagello da humanidade", pior que a tuberculose, o câncer apresenta-se para a Medicina da época como uma moléstia⁵⁷ incontrolável.

Ao passo que a tuberculose tem o seu agente etiológico conhecido e é de prophylaxia facil - embora difficilima por um outro lado, pelos dispendios que acarreta - e podia, portanto, ser vencida em terras opulentas como nos Estados Unidos, o cancer não fazia caso, não se importava com riqueza, a todos ceifava indifferentemente, a pobres e ricos, nas villas e cidades. E assim vem se tornando o maior flagello da Humanidade (Couto, 1930, p. 485).

Desconhecido na sua origem, no seu agente etiológico, na sua profilaxia, o câncer apresenta-se como um desafio, diante do qual os médicos buscam respostas:

não ha hoje no mundo materia que concentre em seu torno maior numero de investigadores; em todos os grandes centros scientificos da Europa e America do Norte existem em profusão institutos, sociedades

57. Nas "Lições de clinica medica", Miguel Couto define moléstia como "conjuncto de phenomenos que evoluem sob a influencia da mesma causa" (1916, p. 346).

e hospitaes e se reúnem congressos para o seu estudo (Couto, 1916, pp. 77-78).

Levando em conta a sua rápida disseminação, bem como a sua ação destruidora sobre o organismo, Miguel Couto afirmará tratar-se de uma moléstia infecciosa, da qual se desconhecia o agente, como outrora se desconhecera o bacilo de Koch. A partir de dados estatísticos, pesquisados em obras de estudiosos da moléstia, buscará estabelecer a relação entre densidade populacional e coeficiente de mortalidade por câncer, afirmando que nas grandes cidades⁵⁸ o número de cancerosos é maior e, desse modo, procurando demonstrar que é uma "molestia infecto-contagiosa" (1935, p. 13). Um outro aspecto levantado na defesa da natureza infecciosa do câncer é a ocorrência de febre durante a moléstia. Os seus estudos e observações leva-lo-ão a afirmar: "é uma molestia febril, como é uma molestia infectuosa, uma molestia transmissível, uma molestia contagiosa" (Couto, 1931, p. 686).

No que se refere à questão do analfabetismo, o que se pode notar é que, na produção desse discurso, destacam-se as metáforas a partir das quais ele é identificado a manifestações incontroláveis. Compará-lo ao câncer é vê-lo como uma doença transmissível, contagiosa, devastadora, destruidora do organismo.

Visto enquanto um elemento orgânico espontâneo e indesejável, os médicos - especialistas no tratamento dos organismos doentes, na restituição da saúde - reclamarão para as páginas da Medicina a sua definição. Assim, no discurso

58. "São as grandes cidades, com as suas aglomerações que pagam maior tributo" (Couto, 1916, p. 80).

intitulado "o analfabetismo", proferido na sessão magna da Academia Nacional de Medicina de 1919, afirmará Miguel Couto:

O analfabetismo não é sómente um capítulo da pathologia social; a medicina reclama-o também para as suas paginas, porque se a doença está na alma, a tantas do corpo expõe, que é afinal como se fosse do próprio corpo (Couto, 1923, p. 49).

Enquanto capítulo da patologia social, ao médico, dotado de uma sensibilidade capaz de enxergar a doença na opacidade dos sintomas, caberá oferecer um diagnóstico completo, bem como o tratamento adequado, garantindo, desse modo, a expulsão da "vida somática social" dos elementos prejudiciais ao seu equilíbrio.

1.4. Pobres, sujos, analfabetos e doentes

Comparável ao "maior flagelo da Humanidade", o analfabetismo também se colocará, ante o saber médico, como um enorme desafio. A sua ação destruidora exercer-se-á não somente sobre o "organismo social", como também sobre os "doentes analfabetos", atrofiando-lhes o cérebro, "exilando-os dentro de si mesmos como em um mundo desabitado" e expondo-os a inúmeras doenças - "a ignorancia não é só causa de doenças, como doença das mais serias, comparavel a microcephalia" (Couto, 1933a, p. 125).

Embrenhando-se nas trevas, no lado obscuro da cidade, o "espectador noturno" não só revelará a "doença social", mas procurará traçar um

retrato minucioso da *criatura degenerada*, do homem desfigurado pela ignorância, pelo obscurantismo.

O analfabeto é como um microcéphalo, de visão psychica estreitada, porque, embora veja claro, a enorme massa das noções escriptas lhe escapa; pelos ouvidos passam palavras e idéas como se não passassem; o seu campo de apercepção é uma linha, a intelligencia o vacuo; não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria. Muitos só sahem da indiferença musulmana para entrar nos espasmos do banditismo (Couto, 1923, p. 49).

Cérebro atrofiado, visão imperfeita, a desfiguração do analfabeto expulsa-lo-á para os limites da racionalidade, colocando-o no plano do não-ser.

É interessante notar que essa imagem de analfabeto é produzida a partir da negação dos atributos que caracterizam o homem racional. Assim, em oposição ao médico - dotado de raios X nos dedos, nos ouvidos, nos olhos, no cérebro, capaz de ver os sintomas mais recônditos, como numa placa fluorescente e munido de todos os recursos que possibilitam a visibilidade plena - vemos emergir, no outro extremo, a imagem desse *outro*, cuja "visão psíquica estreitada" impediria de raciocinar, de prever, de compreender e, fundamentalmente, de apreender as noções, palavras e idéias que passam diante dos seus olhos.

Nessa oposição entre os *espécimes perfeitos* e a *criatura degenerada* - "imagem de uma sociedade cindida em duas partes irreconciliáveis, com identidades próprias e diferenciadas" (Bresciani, 1985, p. 40) - afirmar-se-á a *menoridade intelectual* dos analfabetos que, incapazes de guiarem a si próprios, deveriam continuar tutelados.

Esses indivíduos, *enclausurados nas trevas da ignorância*, representariam, pois, uma ameaça ao projeto burguês de construção de um mundo

objetivo, completamente regulado pela atividade do trabalho. "Indiferentes à civilização", "refratários ao progresso", seria preciso afirmar a sua derrota no processo de inserção nessa sociedade, organizada a partir do princípio da racionalidade.

Vencido na lucta pela vida, sem necessidades nem ambições, o analphabeto contrapõe o peso morto da sua indiferença ou o peso vivo da sua rebellião a toda a idéa de progresso, entrevendo sempre na prosperidade dos que vencem pela intelligencia cultivada um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; soffre e faz soffrer; pela incuria contrahe doenças e pelo abandono as contagia e perpetua. No computo dos haveres de uma nação entra quasi como material (Couto, 1923, p. 57).

Entretanto, no âmbito desse projeto, não se visa expulsar os inimigos potenciais para fora dos muros da cidade. No intento de instituir uma sociedade pautada em valores morais assumidos por todos, será necessário recuperá-los para a sociedade. Submeter-se à empresa de moralização e regeneração através da educação é, pois, a condição para que essa *criatura degenerada* possa inserir-se na sociedade. Nessa empresa de moralização do pobre através da instrução, não podemos esquecer o discurso de Miguel Couto acerca da igualdade, no qual se preserva, para "os dotados de melhor matéria e capazes de maior esforço", um lugar de comando no interior dessa organização social.

Se no projeto de civilidade desenhado pelas elites para tornar o Brasil um país moderno e próspero, a moralização e a domesticação dos homens pobres mostravam-se inadiáveis, ao Estado cabia um papel fundamental: "portanto, de um lado o dever do paiz de acudir a esta miseria; do outro o dever nessa massa incalculavel de peso-morto, de se transformar pela cultura em força viva para o progresso do paiz" (Couto, 1933a, p. 31).

Reaproximemo-nos uma vez mais desta *criatura degenerada*, buscando compreender essa metáfora a partir da qual o analfabeto é visto como um microcéfalo. Em que consistiria essa microcefalia? Ou seja, que noções e idéias, fundamentais à construção desse projeto, os analfabetos se mostram incapazes de assimilar?

É importante lembrar que, no projeto de invenção de um Brasil moderno partilhado por Couto, a educação-higiene ocupa um papel central. Nesse sentido, é no discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte, em 27 de fevereiro de 1934, que encontraremos a melhor formulação para as questões aqui levantadas. Ocupando a tribuna para defender a causa da educação popular, afirmará:

o analfabeto é o maior inimigo da saúde. O analfabeto é o único responsável pela nossa situação sanitária. É ele que, por sua ignorância, aceita, contrae, recebe, as doenças, e as contagia. É ele que reduz o homem brasileiro à metade do homem, a um terço de homem, a uma quantidade negativa (Couto, 1942, p. 74).

O analfabeto seria, nessa concepção, vítima do seu próprio veneno, na medida em que, pela sua ignorância, não só contrairia as doenças, como seria o agente disseminador das mesmas, cabendo-lhe, deste modo, o epíteto de "maior inimigo da saúde". Se o analfabetismo encerra os indivíduos nas trevas da ignorância, transforma-os, por essa via, nos *inimigos por excelência* do projeto de higienização da cidade-sociedade, afastando-os dos padrões morais necessários à construção de uma sociedade civilizada.

Assim, afirma Couto:

direi que pelo menos na nossa terra, o analfabeto entra com o seu analfabetismo e pelo seu analfabetismo em grande percentagem no quadro geral da morbilidade e da mortalidade, e que o problema do

saneamento dos campos, que procuramos agora affrontar resolutamente, talvez facil alhures no estado actual da sciencia, encontrará nelle uma barreira respeitavel (Couto, 1923, p. 49).

Elevada a educação do povo à posição de primeiro problema nacional, a distância abissal entre "ricos civilizados" e "pobres selvagens" passará a ser captada pela oposição cultos-incultos.

Só ha um problema nacional: a educação do povo. A decadencia da raça não se ha de fazer na nossa terra e o remedio soberano é a cultura; o culto se faz são, o são se torna forte e o forte herda á prole a sua robustez. A mãe culta preside á alimentação dos filhos, acompanha-lhes o desenvolvimento e os conduz pela vida; é a propria hygiene dentro de casa. A mãe inculta é a responsavel da mortandade infantil em que se estiôla uma nacionalidade (Couto, 1933a, pp. 40-41).

No processo de constituição discursiva do tema analfabetismo por intelectuais como Miguel Couto, não bastará diagnosticar a "doença social", nem tampouco traçar o perfil da *criatura degenerada*, será necessário marcar a oposição entre essa legião de sub-homens e o homem culto. Ou seja, será necessário demarcar a distância entre as características da burguesia citadina, cosmopolita e progressista e os traços culturais dos grupos populares.

Assim, ao homem pobre, doente e analfabeto só seria possível transitar da escuridão para as Luzes, por meio da educação-higiene, instrumento de formação dos corpos saudáveis, produtivos e, ao mesmo tempo, dóceis, necessários a esse projeto de sociedade. Nesse contexto, a par da afirmação da menoridade intelectual do homem pobre, "a condição de *cidadania plena* para o habitante do Brasil foi projetada em algum ponto futuro do novo tempo que se anunciava" (Bresciani, 1993, p. 135).

2. Pelos sertões adentro...

2.1. "As sombras de gente"

Na busca de conhecer o homem, o nosso "espectador noturno" não se deterá nos limites da cidade. Alarmado diante do espetáculo da pobreza, não se contentará em penetrar nas trevas da imensa cidade, será necessário transpor a crosta de civilização que reveste o Brasil e ir além do primeiro subúrbio.

O espetáculo que se descortinará diante dos seus olhos, ao ultrapassar os limites da cidade, reafirmará a sua posição de que a educação do povo é o mais importante dos problemas nacionais.

Acompanhemos esse homem culto nas suas incursões pelos sertões adentro:

A tenue crosta diaphana de civilização em pequenos trechos do litoral mal encobre o mundo infinito e angustioso de misérias desses sertões, onde a apathia, o alcoolismo, a verminose, a vagabundagem, a fome são frutos de uma só árvore - a ignorância. É uma calamidade nacional, que não pede, exige remedio extremo e immediato (Couto, 1933a, p. 125).

A ignorância, causa de todos os males, será a marca característica da *criatura degenerada* que vive nos sertões. O mundo de misérias que se apresentará diante desse "espectador noturno", ao transpor a crosta de civilização, será povoado de sub-homens, cujas práticas culturais se opõem ao modelo de sociedade que se busca construir.

Frutos da ignorância, a apatia, a vagabundagem, o alcoolismo, as verminoses e doenças parasitárias surgem como traços característicos dessas populações. A apatia e a vagabundagem representam a oposição ao trabalho enquanto princípio instituinte desse modelo de sociedade; o alcoolismo, elemento degenerador da espécie; as verminoses e doenças parasitárias, um resultado das suas práticas, adversas aos cânones da boa higiene.

Nesse sentido, afirmará Miguel Couto, em discurso proferido na sessão magna da Academia, em 1921, sob o título "o alcoolismo":

No interior, entretanto, segundo todos os depoimentos, a degeneração pelo alcool não cede o passo á degeneração pelas doenças, e é ali que ha de ir ao mesmo tempo o remedio contra o alcoolismo, o analphabetismo e as verminoses, as tres causas conjugadas da relativa inferioridade de um paiz de 30 milhões de habitantes (1923, pp. 71-72). [Grifos meus].

Na produção da imagem dos sub-homens dos sertões, dois agentes de degeneração vêm se somar para compor o retrato da *criatura degenerada*: o alcoolismo e a verminose. Os sertões seriam, pois, na ótica desse homem de ciência, o lugar da opacidade absoluta, povoado de homens obtusos, *encerrados nas trevas da ignorância* e, a distância da civilização estaria impressa nesses sub-homens, "desde o physico sem hygiene até a intelligencia sem luz, desde a linguagem desprimorosa até o moral virgem de idéas e de ideaes" (Couto, 1933a, p. 85).

Pondo de parte outras causas possiveis de aviltamento na especie, como certas doenças regionaes, malária, doença de Chagas, a nutrição insufficiente ou avitaminosica e monotona, etc., tres são, como acabamos de ver, as origens geraes da corrupção que campam nos nossos sertões, entrelaçadas, gerando-se e complicando-se mutuamente e indefinidamente: a verminose, o alcoolismo e a incultura. Se me perguntarem qual a maior, a peor, a genetriz, a que primeiro

deve ser combatida com todas as forças concentradas, eu não hesito em responder: a incultura (Couto, 1933a, p. 38).

Na hierarquia das causas de "aviltamento da espécie", desse modo, a incultura ocuparia o primeiro lugar, e mais que isso, seria a responsável por todas as outras. Aqui também a afirmação da derrota dessa *criatura degenerada* na luta pela vida:

*No interior, este estado se accentúa de mais em mais e se crystaliza, assignalando a situação natural das populações dos campos. O analphabetismo isola-as do mundo, da civilização e do progresso. Conheço bem o paradoxo dos que exclamam, tanto melhor para ellas; mas, eu accrescentarei, retrucando, isola-as também da medicina, e fermenta esse enxame de doentes curaveis e eternamente incurados, cuja doença os definha a elles, **sombras de gente**, e lhes degrada a prole e a raça. (Couto, 1923, p. 51). [Grifos meus].*

Isoladas da civilização, do progresso, da Medicina, as populações dos campos, investidas de um caráter negativo absoluto, a ponto de poderem ser identificadas a "sombras de gente", assemelhar-se-ão ao Jeca Tatu⁵⁹, de Monteiro Lobato.

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. (...)

Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! (...) A sua medicina corre parrelhas com o civismo e a mobília - em qualidade. Quantitativamente assombra. [...]

Quem aplica as mezinhas é o "curador", em Eusébio Macário de pé no chão e cérebro trancado como moita de taquaruçu. O veículo usual das drogas é sempre a pinga - meio honesto de render homenagem à deusa Cachaça, divindade que entre eles ainda não encontrou heréticos. [...]

59. Sevcenko considera Jeca Tatu como uma forma caricatural da concepção que atribui à aplicação de técnicas sanitárias, profiláticas e médicas a solução para os problemas do Brasil. Concepção autoritária, paternalista e discriminatória que sugere a divisão da sociedade em doentes e sãos, atribuindo a estes últimos a responsabilidade pelos destinos dos doentes. Nesse contexto, "uma questão sócio-econômica relativa à disciplina e à exploração do trabalho aparece resolvida por um diagnóstico médico" (Sevcenko, 1993, p. 78-79).

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisiaca em escachôo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das gotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive... (Monteiro Lobato, in Sevcenko, 1993, p. 79).

Como o Jeca - "sombrio urupê de pau podre" -, acorrido, incapaz de erguer-se, "incapaz de evolução, impenetrável ao progresso", "de pé no chão e cérebro trancado", cultuando o álcool, o homem pobre e ignorante que vive no interior do Brasil, opor-se-ia, quer pela sua indiferença, quer pelas suas práticas culturais, à marcha da civilização. À semelhança do Jeca - aquele que ignora a cidade, o alfabeto, a imprensa e a civilização⁶⁰ - essas "sombras de gente" estariam fadadas a cantar eternamente a "canção da pobreza e da impossibilidade".

Em um dos seus discursos, intitulado "Grandes directrizes do ensino popular no Brasil", proferido na IV Conferência promovida pela Associação Brasileira de Educação⁶¹, em 1931, o personagem lobatiano será retomado por Miguel Couto. Aprisionado em um espaço labiríntico, Jeca representaria a própria imagem de subalternidade a que está condenado um país de ignorantes.

60. Cf. Lajolo, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Encanto Radical).

61. O trabalho de Marta Carvalho chama a atenção para a posição de Miguel Couto em relação à Revolução de 30, da qual ele foi um "ardoroso adepto". Tal posição, destaca a autora, fica evidenciada na conclusão do discurso proferido na IV Conferência da ABE, quando afirma: "são (sic) durante os cataclismos políticos que nascem as grandes possibilidades nacionais, e se os abalos de 1822 e 89 não tiveram o poder de criar um movimento intelectual e faliram a sua missão educadora, fio que o mesmo não acontecerá agora. O Chefe do Governo Revolucionário da República acaba de ser o chefe de um Estado que promulgou uma lei responsabilizando os pais e tutores pela matrícula e frequência escolar de seus filhos e tutelados; decretou no Código dos interventores o emprego mínimo de 10% das rendas dos Estados à instrução primária, e apenas empossado do Governo, instituiu logo o Ministério da Educação e fê-lo entregue a esse Ministro de Instrução de Minas Gerais, que, em menos de um ano, levou a cultura até ao último recanto do vastíssimo e alcantilado território daquele Estado. Por estes motivos boto fé e asseguro que desta vez será resolvido o maior problema nacional" (Couto, in Carvalho, 1986, p. 301).

*Se continuarmos a cantar eternamente a mesma canção da pobreza e da impossibilidade, havemos de patinar eternamente o mesmo círculo vicioso, como todo círculo sem fim: somos um paiz de ignorantes porque não temos dinheiro para instruir o povo; não temos dinheiro para instruir o povo porque somos um paiz de ignorantes. E, enquanto docemente embalados nesta successão monotona de causa e effeito, reproduzimos a anedota do jéca que não colhia mandioca porque precisava plantar ... e **Cadê tempo?** iremos até ao acabamento nas mãos dos mais espertos, mais fortes e ambiciosos. O orçamento de uma nação é a imagem da cultura do povo. Não está na razão directa das massas mas das intelligencias, e reflecte a capacidade de trabalho e a efficiencia no trabalho que só possuem os cultos (Couto, 1933a, pp. 84-85).*

Nas cidades ou nos campos, salta aos olhos dos homens cultos a presença dos pobres que, pelo seu "espírito vicioso", pela sua "vida imoral e desordenada", pela sua "incapacidade para o trabalho produtivo", transformam-se na "barreira respeitável", no inimigo potencial de um projeto de sociedade pautado nos preceitos da ciência.

2.2. "O evangelho nas selvas"

Na produção da imagem das populações analfabetas dos sertões, vemos surgir essa legião de Jecas, mutilados pela sua ignorância, ou, na expressão de Bresciani, esse "*outro social paradigmático*, separado e contraposto ao civilizado por uma *outra cultura*" (1985, p. 63). Presença ameaçadora que cada vez se aproxima mais da cidade, como veremos nesta palestra de Miguel Couto - "A educação nos sertões":

Nesta palestra, (...) tenho os olhos voltados para os campos e sertões do Brasil. As cidades, filhas dilectas, estão perto dos olhos e do coração (...). Cada vez, porém, elles se approximam mais de nós, ou

nós nos aproximamos delles: á flor do sólo ou no ar infindo as distancias se encurtam, mais e mais, as cidades e campos se confundem no mesmo horizonte, e se irmanam perto dos olhos ... e do coração da Patria (Couto, 1933a, p. 41).

Ao se voltar para os sertões, o olhar perspicaz desse "espectador noturno" revelará o espectro dessa multidão de Jecas a rondar a cidade. Na obra de regeneração dessas "sombras de gente" que habitam a noite escura, a educação será vista como o elixir universal, capaz de redimi-las da condição de sub-homem, tendo em vista que

o culto protege-se, porque na mesma fonte onde recebeu a instrução litteraria e moral, recebeu a physica e a hygienica. Ao ancylostomiado que procura a escola, a professora no mesmo dia o cura e lhe ensina a evitar para jamais a infestação; ao que se alcooliza, ou recebeu sangue alcoolico, ou tem em casa o exemplo do alcoolismo, ella sabe dramatizar os horrores do alcool e vencer o vicio pelo carinho. Levemos, portanto, a cultura e a hygiene para os sertões, como o evangelho nas selvas (Couto, 1933a, p. 38).

Assim, nos sertões, a educação deverá ser levada como "o evangelho nas selvas", posto que é nela que residirá a possibilidade de higienização dessa população de homens mutilados pelas verminoses, pelo impaludismo, pelo alcoolismo:

O minimo trabalho, material ou mental, não se faz sem uma intensa circulação do sangue, e o pobre opilado, que rola á matroca pelo Interior a justificar á lenda da nossa indolencia, reclama a quota de sangue que lhe falta, chupada pelos vermes. E por que falta? Porque está demonstrado que jámais a hygiene penetrará nos sertões brasileiros sem a mão da cultura (Couto, 1933a, p. 125). [Grifos meus].

Como artífices dessa obra de redenção, às professoras caberia um papel fundamental, na medida em que à pregação do evangelho da instrução, equivaleria a erradicação dos hábitos considerados degradantes, bem como a formação dos "bons hábitos burgueses".

Nos sertões, como nas cidades, um mesmo imaginário. Imagens de degenerescência, legiões de homens degenerados, mutilados, "sombras de gente", encerradas nas trevas da ignorância - "tanto nas cidades como nos campos, morbilidade e mortalidade aumentadas, estigmas de degenerescencia herdados e perpetuados, á conta do analfabetismo" (Couto, 1923, p. 51).

3. A invenção do inimigo

É no âmbito de um projeto de instituição de uma ordem social fundada no princípio da homogeneidade, da harmonia, da coesão social, que se torna possível compreender o pensamento de Miguel Couto, no qual a sociedade é concebida como um organismo e os problemas sociais, como doenças, tumores malignos que ameaçam contaminar todo o "organismo social".

Nessa concepção, os processos de desagregação biológica e social se equivalem.

Eu que venho da propaganda republicana, com Alberto Torres, em Niteroi, acompanho com o mais profundo sentimento a degenerescencia progressiva e inexoravel, cellula por cellula, desse admiravel corpo de principios democraticos fundido naquillo que já foi a Constituição da Republica, e naturalmente aspiro e espero por um processo do que chamamos na nossa medicina - "restitutio ad integrum" -, a reconstituição anatomica e reintegração funccional. Não creio, pelo motivo exposto, nem muito menos quero, a revolução, mas tambem duvido que o nosso povo seja capaz de realizá-lo pelo voto livre. Falta-lhe a educação, unico grande problema nacional, donde defluirá a solução de todos os outros (Couto, 1937, pp. 17-18).

À leitura da degenerescência do "organismo social" corresponderá, no interior desse pensamento, a esperança na "reconstituição anatômica e

reintegração funcional". Nesse processo, afasta-se a possibilidade de uma revolução, e a "reconstituição anatômica" apresenta-se como a possibilidade de integração do indivíduo ao Todo, através da educação.

Aos homens cultos caberá revelar as partes cancerosas e expulsar os elementos prejudiciais à totalidade, impedindo a sua propagação pelo "corpo social" e, assim, restabelecendo o equilíbrio do organismo. Desse modo, a erradicação do analfabetismo, expressão cara aos homens ilustrados do período, apresenta-se como condição primeira para a "reconstituição anatômica".

Subjacente a esse discurso, a imagética orgânica, que pressupõe a interdependência das partes na constituição do Todo. Nesse sentido, retomemos a fábula do estômago e dos membros, lembrada por Hegel para salvar o social unitário: "O organismo é composto de tal natureza que se todas as partes não concordarem na identidade, se uma só delas torna-se independente das outras, ocorre a ruína do Todo" (In Romano, 1985, p. 116).

Essa leitura, aplicada à realidade política, considera o Estado como um organismo⁶², como o "nós" que se deseja construir. "As partes, pois, para

62. Nesse sentido, a análise de Coker apresenta elementos fundamentais para a compreensão da imagética orgânica, no interior da qual o Estado é pensado por analogia aos organismos vivos: "No Estado, como em qualquer organismo, a unidade da vida se manifesta da seguinte forma: As partes simples ou complexas do todo assumem, enquanto órgãos do mesmo, funções específicas. No Estado, que representa o desenvolvimento superior do organismo, esses órgãos são superiormente diferenciados em sua estrutura e ação, agindo com uma ampla margem de independência nas suas respectivas esferas de vida; mas em todos esses órgãos manifesta-se uma individualização vital intrínseca a qual, por ser uma unidade autodeterminadora e onipresente, faz-se ativa em cada ato de cada órgão, pela qual e através da qual cada órgão existe e funciona, sendo que a existência da mesma unidade será enfraquecida mediante o conflito temporário dos órgãos e aniquilada se eles caírem em permanente desacordo. Nos organismos naturais, o trabalho regular dos diferentes órgãos em suas variadas funções, a unidade da vida nessa complexa totalidade orgânica é automaticamente bem-sucedida - sem qualquer controle consciente, na maioria das vezes. No organismo do Estado a agência central de direção consciente é mais normal e radical: este é o domínio da lei" (In Boto, 1990, p. 293).

poderem exercer sua atividade, devem entrar numa totalidade **viva**, que produz incessantemente o Estado, sua constituição, o governo" (Romano, 1985, p. 34).

Nessa matriz interpretativa, as metáforas médicas não se constituem em simples recurso retórico. Subjacente a esse discurso, ter-se-á um modelo⁶³ de sociedade calcado no princípio da coesão absoluta, em que os membros do corpo articulam-se intrinsecamente, e os males que afetam qualquer órgão, comprometem a totalidade. Ou seja, a metáfora da doença desdobra-se num sistema de representações que envolve a totalidade da vida sociopolítica.

Unidade, harmonia entre as partes, preservação do Todo são alguns dos elementos que compõem essa lógica organicista. Nessa fantasmagoria orgânica, a impossibilidade da vida fora do Todo. A noite, a ausência de luz, a opacidade representariam a separação em relação ao Todo, como se pode notar neste excerto de Schelling, onde as partes, a que ele se refere como corpos, separadas do Todo, turvam-se:

o corpo turva-se para a luz na medida em que separa-se da totalidade dos demais corpos e aparece como corpo independente. Pois a luz é a identidade de todos os corpos; na proporção em que separa-se da totalidade, separa-se também da luz, porque mais ou menos acolheu em si mesmo a identidade com o particular (...) (In Romano, 1981, pp. 76-77).

Do mesmo modo, a "doença social" constitui-se, no âmbito dessa concepção, na separação, no isolamento em relação ao Todo. Nesse processo, a febre é vista como um indício de cura, reação do "organismo social" contra o agir

63. Schlanger, ao analisar os empregos da metáfora orgânica no pensamento filosófico do século XIX, chama a atenção para a distinção entre a utilização do organismo, como imagem e como modelo. Apesar de afirmar que apenas a sua utilização como imagem, ou seja, em sentido figurado, poderia ser considerada racional, alerta para os riscos de degradação do seu emprego aí contidos. Cf. Gandini, *op. cit.*, p. 201.

isolado - "a febre é boa, é o sinal, na sociedade, do mal que deve ser combatido" (Lefort, in Romano, 1985, pp. 123-124).

Romano chama a atenção para a presença dessa fantasmagoria no cenário político brasileiro.

E no Brasil? Temos por aqui tantos exemplos dessa fantasmagoria orgânica que ela serve como base para os vários discursos edificantes que disputam entre si o domínio político. Mudaram as formas, mas subsistem os pressupostos do Todo superior ontológica e logicamente às partes sociais; o apelo às elites é mantido; a inocente irresponsabilidade das massas, vistas como perigo ou salvação, continua intocada (1985, p. 119).

No bojo dessa concepção, à afirmação da igualdade corresponde a elevação do homem culto acima do não-culto⁶⁴, lugar a partir do qual lhe cabe dirigir os destinos da sociedade. Por essa via, afirma-se a imaturidade do povo - eterna criança que deve ser protegida - inocentando-o e eximindo-o da responsabilidade na instituição política, atribuindo-se, ao mesmo tempo, um poder demiúrgico às elites, a quem caberá organizar a sociedade.

Nesse sentido, o discurso de Miguel Couto, marcado pelo conservadorismo e autoritarismo que caracterizam essa concepção orgânica⁶⁵, volta-se

64. Lembremos, nesse sentido, da figura do médico ocupando a colina envolta em luz.

65. A episteme orgânica dá substrato a várias doutrinas políticas, dentre elas o positivismo de Comte. Nesse sentido, não são casuais os indícios do positivismo comtiano na obra do médico Miguel Couto. Referindo-se à categoria *integração* presente no pensamento organicista, esclarece Schlanger: "A dimensão do organismo político e social, esta dimensão de pensamento que coloca os fenômenos históricos e políticos da comunidade humana como realidades orgânicas, responde ao problema de integração do plano humano na realidade natural física, astronômica. Ela o integra como uma realidade entre as realidades, como um saber entre os saberes (...). Integração religiosa, integração científica e epistemológica, integração genética e enciclopédica, integração histórica: de Herder a Schelling, Comte e Spencer, de Bonnet a Ballanche e Schlegel se lê um mesmo propósito fundamental. (...) O pensamento do socialismo romântico como o da reação romântica são igualmente religiosos naquilo que respondem à mesma inquietação de integração. (...) Não é por acaso que as palavras-chave do romantismo literário são as harmonias e os destinos. A integração significativa do humano no universo, este é, em sua forma mais simples e mais geral, o denominador comum de um feixe imenso de empreendimentos do espírito" (In Gandini, 1990, pp. 206-207).

Ainda com relação ao positivismo, Herschmann, analisando o papel dos médicos na elaboração de um paradigma moderno de Brasil, destaca a influência do naturalismo e do positivismo na formação desses "cientistas-intelectuais": "tanto a 'doutrina' naturalista quanto a positivista foram, de forma difusa, os pontos de partida para a reflexão dos intelectuais no Brasil, ou melhor, (continua...)

para a instituição de uma sociedade pautada no princípio da unidade, na qual, em nome do ideal de profilaxia social, os inimigos devem ser incessantemente produzidos.

Referindo-se à produção da unidade social, a partir do estudo do corpo político no totalitarismo, Lefort analisa a constituição de algumas representações, dentre as quais destacaremos a dos inimigos, esse outro social - imagem solidária à do povo-Uno:

a constituição do povo-Uno exige a produção incessante de inimigos. Não apenas é necessário converter fantasticamente adversários reais do regime ou opositores reais em figuras do Outro maléfico, é preciso inventá-los. (...) O inimigo do povo é considerado como um parasita ou um dejetos a eliminar. (...) A perseguição dos inimigos do povo é exercida em nome de um ideal de profilaxia social (...). O que está em causa é sempre a integridade do corpo (1987, p. 113).

É, pois, no processo de constituição de uma nova imagem do "corpo social", que o analfabetismo se apresentará como um grave problema social, análogo ao câncer, e o povo, essa *criatura degenerada*, será visto como o grande inimigo da saúde e, por essa via, do progresso do país.

Sociedade-organismo, analfabetismo-câncer, analfabeto-microcéfalo constituem-se, no pensamento de Miguel Couto, em representações do caos, da desorganização social. No âmbito desse pensamento, o povo é visto como massa informe e organizável. À semelhança da criança, constituir-se-ia num problema pedagógico, reclamando a ação messiânica dos homens dotados de Razão.

⁶⁵(...continuação)

permitiram aos escritores-cientistas-intelectuais construir modelos explicativos e utopias que vigoraram com muita intensidade até bem pouco tempo. Nelas, fundamentaram-se os discursos que forjaram e celebraram o paradigma moderno (...). Enquanto a primeira constituiu-se em uma 'preocupação' com a 'origem', com a construção de nossa singularidade, a segunda permitiu a elaboração de 'fórmulas', de um 'método objetivo e eficaz' que permitiria identificar dilemas e soluções para a 'realidade nacional'. Aliás, ambas voltaram-se para as 'leis do real', para o compromisso com a 'nação' que presidiu tanto os discursos modernos qualificados como científicos quanto os literários" (1994, pp. 59-60).

CAPÍTULO IV

O ELIXIR DA EDUCAÇÃO

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele "exclui", ele "reprime", ele "recalca", ele "censura", ele "abstrai", ele "mascara", ele "esconde". De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade (Foucault, 1986, p. XVI).

1. Tratando a "doença social"

Como construir a identidade nacional? O que fazer para combater a degenerescência do "organismo social"? Como impedir que os males da ignorância comprometam a marcha da civilização?

No processo de articulação de um projeto civilizatório para o Brasil, questões como essas estarão presentes no horizonte das preocupações dos reformadores sociais, dentre os quais se destaca, neste estudo, a figura do médico.

Ao se voltar para a realidade social, o olhar perspicaz de médicos como Miguel Couto revelará os sintomas e sinais de um organismo em processo de degenerescência. Olhando do alto e de perto, será possível diagnosticar a "doença social", como também traçar o perfil da *criatura degenerada*, encerrada nas trevas da ignorância.

Vista como um organismo doente, a sociedade estaria a exigir um remédio que, como um elixir universal, representasse a cura para todos os seus males, garantindo a "reconstituição anatômica" e a "reintegração funcional". Diagnosticada a doença, seria necessário, pois, indicar o tratamento adequado. Assim, afirmará Couto na sessão magna da Academia de 1920, justificando a opção pelo tema analfabetismo: "tendo dado da doença a symptomatologia, quiz, como clinico que se preza, propôr um remedio" (1923, p. 64).

No projeto de civilidade desenhado para tirar o Brasil do estado de atraso, o povo, pensado a partir da sua negação, será o alvo dos discursos e das ações das classes pensantes. Discursos que, ao afirmar a menoridade intelectual do povo, projetarão para o futuro a sua participação nos destinos da nação. Incultas, ignorantes, indiferentes, as massas constituir-se-iam num sério empecilho ao ingresso do país na modernidade capitalista.

Regenerar moralmente as massas! Eis a aventura a que se lançaram os homens ilustrados. Nesse empreendimento, médicos, higienistas e sanitaristas, investidos da autoridade da ciência, apresentar-se-ão como os mais abalizados artífices - detentores de um saber capaz de dar respostas às necessidades de higienização da cidade, de crescimento econômico do país e de formação de trabalhadores saudáveis, física e moralmente.

À leitura da degenerescência da sociedade corresponderá um projeto de normalização, que visará a enquadrar a população nos mais diversos

aspectos da vida cotidiana. No interior desse projeto, a educação será utilizada como principal recurso para a construção de uma nova ordem social (Gandini, 1992).

Se o povo, à semelhança da criança, passa a ser visto como um problema pedagógico, como remédio para as "doenças sociais" afirmar-se-á a necessidade de um amplo "projeto pedagógico"⁶⁶. Possibilidade de produção de um novo "cidadão", através do adestramento dos corpos e dos espíritos - "o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica". (Machado, 1986, p. XX).

Assim, não interessará expulsar a *criatura degenerada* da vida social. Na luta contra a degenerescência do "organismo social", o projeto pedagógico engendrado pelo saber médico buscará gerir a vida dos homens, sobretudo dos pobres, tendo em vista, por um lado, aumentar a sua utilidade econômica, ou seja, a produtividade do seu trabalho e, por outro, minimizar a sua força política, diminuindo-lhes a capacidade de revolta e tornando-os dóceis.

Ao se auto-representarem como *os mais competentes* na instituição de um novo modelo de sociedade, pensado a partir da regeneração do povo, os médicos procurarão pensar a questão educacional, abordando-a desde os mais diversos aspectos. Diagnosticada a "doença social", representada pela "incultura" das massas, esses homens de ciência buscarão tratá-la.

No delineamento desse projeto de regeneração do povo por meio da educação, destaca-se em Miguel Couto tanto a sua preocupação com as questões

66. Levantando como uma das questões cruciais para os intelectuais do período a que se refere à solução dos problemas nacionais, de modo a viabilizar o "destino grandioso e legítimo do país", Herschmann destaca que: "os 'diagnósticos' mais comuns entre os médicos são: insalubridade, atraso tecnológico e ignorância. Afrânio Peixoto e Miguel Couto (...), por exemplo, pleiteiam, como solução para o 'atraso' e para as 'doenças sociais', a efetivação de um amplo 'projeto pedagógico'" (1994, p. 53).

mais especificamente pedagógicas, quanto com aspectos que se referem à definição de uma política educacional, os quais se articulam em torno da questão da missão educativa do Estado.

2. "A pedagogia da boa higiene"

2.1. A "ortopedia moral"

O projeto pedagógico articulado por médicos como Couto, com vistas a moralizar e domesticar os pobres - incultos e indiferentes aos padrões de civilidade -, colocará a criança no centro das reflexões. Nesse sentido, destaca Rago:

a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e produtiva da nação (Rago, 1985, p. 118).

Articulado em torno de dois eixos centrais, a higiene e a moral, esse projeto pedagógico buscará definir o tipo de homem a ser formado, como também o modelo de escola, os saberes a serem ensinados, os agentes dessa educação e, ainda, a formação desses agentes.

Com relação a essa "pedagogia da boa higiene", ouçamos Costa:

A estratégia da educação em saúde foi regulamentar, enquadrar, controlar todos os gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos das classes subalternas e destruir ou apropriar-se dos modos e usos do saber estranhos a sua visão do corpo, da saúde, da doença, enfim, do "bom" modo de andar a vida. O nascimento da pedagogia da boa higiene se confundiu com a história do conjunto de disciplinas

ligadas ao que se convencionou chamar "os problemas de higiene e saúde" - "higiene social" - "higiene do trabalho" - e "puericultura", cujo desenvolvimento nos países europeus, a partir de fins do séc. XVIII, esteve correlacionado com um esforço generalizado de moralização e domesticação das classes populares (1984, p. 7).

Nesse empreendimento moralizador, a educação das crianças será vista por um duplo aspecto: por um lado, representará a promessa de formação dos seres moralizados e racionais, necessários à inserção do país na modernidade capitalista, por outro, a possibilidade de erradicação de hábitos já sedimentados pelas famílias pobres e que se contrapunham aos "bons hábitos burgueses". Aposta na possibilidade de enquadramento e de controle da totalidade da vida dos pobres, visando conformá-los às necessidades do projeto de sociedade que se visa instituir.

Na construção desse projeto pedagógico, que tem na formação de corpos saudáveis, produtivos e dóceis o seu objetivo fundamental, educadores e higienistas deveriam unir-se. Referindo-se a um congresso realizado no Rio de Janeiro, cujo tema central era a criança, destacará Couto:

*Vieram de todos os países da America do Sul os seus maiores homens, os mais eminentes pediatras e pedagogos, para estudar a criança, acompanhando-a desde antes do nascimento, cumulando de cuidados as mães, não por ellas mesmas, mas pelos seus fructos, e depois de vindos ao mundo, vigiando-lhes a nutrição, cercando-os de todo o carinho, levando-os á escola e depois seguindo-os passo a passo, **para fazer os homens fortes e robustos** (1937, p. 46). [Grifos meus].*

Objeto dos olhares atentos de médicos e professores, a criança será submetida a um regime de vigilância constante. Os cuidados a ela dispensados - ou como aparece em alguns discursos, a tutela higiênica - iniciariam antes mesmo da gestação. As noções de puericultura eram conhecimentos fundamentais na

formação da "mãe higiênica" ou, na expressão de Rago, da "guardiã do lar", sob cuja responsabilidade permaneceriam as crianças até os três anos.

Visando eliminar os hábitos considerados irracionais e atrasados - através da imposição de regras científicas de conduta -, entre a mãe e a criança interpor-se-á o discurso competente do especialista.

Essas falas científicas ou técnicas têm a finalidade de tornar a realidade absolutamente transparente, dominável, controlável, previsível, determinando de antemão o que cada um de nós deve ser para, simplesmente, poder ser. Interpostas entre nós e nossas experiências, esses discursos competentes têm a finalidade de fazer-me considerar minha própria vida como desprovida de sentido enquanto não for obediente aos cânones do "progresso científico" que me dirá como ver, tocar, sentir, falar, ouvir, escrever, ler, pensar e viver (Chauí, 1982, pp. 58-59).

A apropriação da infância pelo saber médico inaugura áreas como a puericultura e torna esses conhecimentos indispensáveis nas novas relações mãe-criança. Em nome desse mesmo discurso, pautado nos cânones do "progresso científico", a partir dos três anos, ao Estado caberia assumir essa tutela higiênica, através das escolas maternas. Dos braços das mães, as crianças deveriam ser "seqüestradas" pelas competentes professoras-higienistas:

Dos tres aos sete annos, a tutela do Estado vae se exercer tambem através da "Escola Maternal" ou "Casa da Criança" ou "Jardim da Infancia", denominações anodinas que se valem, quaesquer que sejam as divergencias dos processos, porque ha em todos o mesmo objectivo: tendo em conta os phenomenos physiologicos, somaticos e psychicos, que se passam e se desenvolvem naquella idade da vida, seguí-los sem maltratá-los, tal qual como se fosse uma plantinha tambem em crescimento, que só pede que a preservem de contaminações parasitarias, de deformações desgraciosas, da excessiva acção urente do sol ou humectante da chuva. É um laboratorio de orthopedia moral, para ser confiada a uma hygienista, - como o devem ser todas as professoras, - versada na psychologia infantil e de grande intuição pedagogica (Couto, 1933a, p. 49). [Grifos meus].

Concebida como um "laboratório de ortopedia moral", procurar-se-á conformar a criança aos padrões necessários à constituição da sociedade do trabalho. Contudo, a formação das novas gerações será apenas um passo na regeneração da "sociedade doente". Nesse sentido, será necessário atuar também sobre as famílias, cabendo às crianças, nesse processo, o papel de abrir as portas dos lares pobres à ação da higiene, o que seria possível pela sua transformação em porta-vozes dessa mensagem.

A hygiene que se aprende na escola prolonga-se na familia e se transforma na hygiene da raça. Recebe então o nome de eugenia. (...) A professora deve plasmar em cada alumno um pequeno hygienista encarregado de transmittir e propagar em casa os preceitos aprendidos na escola (Couto, 1933a, pp. 74-75). [Grifos meus].

Solidária à imagem do "pequeno higienista", Couto cria a da "professora em miniatura", na defesa da proposta de criação dos institutos de ensino primário:

como é absolutamente certo que cada alumna será na volta, entre os seus e ao seu redor, uma verdadeira professora em miniatura, procurando esclarecer a intelligencia de seus paes, e irmãos e visinhos mais velhos, deixados ao desamparado da cultura! Que immensa fortuna social não representaria essa leva quasi continua de almas aperfeiçoadas pelo estudo, pela disciplina e pelo exemplo, a contagiar por toda parte o fermento do bem ás outras que ficaram! (Couto, 1933a, p. 89).

Nesse empreendimento, a criança passará a ser vista como "matéria moldável" em função das necessidades do novo modelo de sociedade que se busca instituir. Percebida como um instrumento por meio do qual seria possível penetrar nos lares dos pobres, ensinando-lhes uma nova moral - a moral do trabalho -

sobre a educação das crianças pobres vão se debruçar os reformadores sociais. A propósito, salienta Rago:

Na representação imaginária que os dominantes se fazem da infância, esta é percebida como superfície chata e plana, facilmente "moldável", mas ao mesmo tempo como ser dotado de características e vícios latentes, que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação (Rago, 1985, p. 122).

Aperfeiçoamento do corpo e da alma pelo estudo, pela disciplina, pelo exemplo, essa "pedagogia das virtudes" visava à produção do cidadão do futuro e da nova família.

Se a criança se torna o ponto de convergência de vários olhares, a escola primária será apreendida enquanto objeto do saber e do poder médico, visando-se através dela difundir as práticas higiênicas para toda a sociedade. "A escola primaria é um instituto de orthopedia physica e psychica em que collaboram tres agentes: a familia, a mestra e o medico" (Couto, 1933a, p. 62).

Se todos os esforços deveriam ser conjugados na edificação dessa "escola modeladora, que não só aperfeiçoava o espírito como também conformava o corpo" (Marques, 1992, p. 86), era ao médico que deveria caber a responsabilidade na sua condução. Buscando legitimar-se como orientador da família e conselheiro do Estado, da sua capacidade científica dependeria o êxito da educação sanitária.

O seu encargo é o de superintender tudo quanto concerne á saude dos alumnos confiados á sua vigilancia permanente, e lhe cabe então dizer, mesmo sem ser perguntado, e providenciar:

I - Sobre a hygiene das escolas, a sua cubagem, o seu arejamento, a sua iluminação, o seu asseio; sobre a localização dos edificios escolares, o mobiliario adoptado ou a adoptar.

II - Sobre a duração em geral do trabalho sedentário, do recreio e das lições.

III - Sobre a educação physica convinível ás diferentes idades e sexos.

IV - Sobre o estado somático e mental de cada alumno, organizando-lhe a ficha, revendo-a quando necessário, e sobre ella calcando a manutenção ou melhoria do seu organismo.

V - Sobre a adaptabilidade intellectual e physica de cada alumno ao programma de estudos que lhe destinam. Em summa: vigilância hygienica do ubi; exame individual do alumno; educação sanitaria de mestres e discipulos (Couto, 1933a, pp. 67-68).

Vigilância permanente, observação atenta, exame, registro, controle minucioso. O olhar armado do "espectador noturno" será chamado a esquadriñar todos os espaços e todos os indivíduos, de modo a assegurar a preservação da coletividade e dos alunos contra as doenças e as "perversões" e a garantir as condições higiênicas da escola - das salas de aula às cantinas, do mobiliário aos aparelhos de jogos.

Da arquitetura do prédio escolar, ao conteúdo da educação e às condições de aprendizagem dos alunos, tudo deverá se submeter à avaliação desse olhar competente. Concebido como "um inapreciável agente do progresso da Patria", o médico escolar constituir-se-ia num profissional cuja formação deveria recobrir uma enorme teia de saberes. Assim,

precisa ser philosopho, capaz de subir até a psychologia da criança; pediatra, habituado, pela frequencia dos hospitaes, com as doenças proprias desta idade; ser consummado hygienista, sempre a par das incessantes aquisições neste departamento do saber e accrescido de um meio-oculista, um quasi otoiatra, um nada psychiatra, um pouco dermatologo, que entreveja as doenças destas especialidades; ser tambem pedagogo porque lhe cumpre dizer e aconselhar sobre a latitude dos programmas, com o fim de evitar o estazamento physico ou psychico dos alumnos (Couto, 1933a, pp. 68-69).

É interessante notar que, dentre os saberes que o médico se atribui, estão aqueles que se referem à organização do trabalho pedagógico. Na medida em que se autoconcebe como aquele que melhor conhece o homem, ele reclama para si a responsabilidade de definir a compatibilidade entre os programas e o estágio de desenvolvimento das crianças, como também os problemas que afetam a aprendizagem, recobrando áreas que hoje se atribuem aos pedagogos e psicólogos.

Nesse projeto, o médico escolar poderia, de acordo com a professora e em colaboração com ela, fazer conferências sanitárias breves sobre temas como: a importância do banho diário, no mar ou em piscinas; as vantagens das escolas ao ar livre e das colônias de férias, sobretudo para as crianças pobres, que se aglomeram nos cortiços⁶⁷; a defesa contra moléstias infecciosas; as causas da desatenção de alguns alunos e seu respectivo tratamento; os inconvenientes decorrentes da má disposição das carteiras. Perpassando os vários temas, a proposição de métodos e procedimentos de ensino centrados na atividade do aluno e que levem em conta as características do desenvolvimento infantil⁶⁸.

67. "Nas cidades populosas, nas grandes e pequenas capitais, onde a população menos favorecida se agglomera em habitações collectivas, sem luz, sem ar, sem espaço, são as crianças que mais soffrem as suas perniciosas consequencias: mal se movem na idade do movimento; respiram poeira e humidade, quando tanto precisam de oxygenio; o sol não lhes penetra em casa para a mercê da luz e do calôr. Planta do campo transferida para a estufa, a criança se resente logo; desbotam-se as côres, mingnam as carnes, encavam-se os olhos, e com a decadencia do corpo chega a do espirito; a memoria fugidia, a comprehensão difficil, a attenção instavel, - são estes tantas vezes os maus alumnos innocentes. Numa tal atmosphaera debilitante, o organismo sem defesa é pasto de todas as molestias contagiosas e da infestação de todos os parasitos (...)" (Couto, 1933a, pp. 71-72).

68. Nesse sentido, Couto postula o "aprender fazendo", afirmando que "o ser movei que é a criança precisa de actividade physica a que se prende o seu desenvolvimento somatico e portanto intellectual, pois que em nenhuma outra idade um depende tanto do outro" (1933a, p. 77). As noções de higiene deveriam ser trabalhadas através de demonstrações, recorrendo a professora a quadros, painéis, filmes - "a melhor destas demonstrações baseia-se na cinematographia. Filmes de propaganda hygienica seriam passados por todas as escolas, insinuando pelos olhos dos alumnos, antes como entretenimento do que como aula, um sem conto de noções, que, aprendidas de cór, entrariam por um ouvido e sairiam pelo outro" (Couto, 1933a, p. 74).

No empreendimento de regeneração física e moral do povo através da educação, a escola deveria ser repensada, tendo em vista a difusão de novos saberes - a moral e a higiene. Desse modo,

ao lado dos pequenos discípulos, dirigindo-os e educando-os, numa idade em que o ensino da moral é uma simples orthopedia, ella corrigirá os maus habitos com a brandura de uma segunda mãe e ensinará os bons com a autoridade de uma mestra, repetindo-os, repisando-os até os vir installados no subconsciente tão receptivo dessa idade (Couto, 1933a, p. 33).

A "ortopedia moral" implicaria não apenas a correção dos maus hábitos, como a aquisição dos princípios da moral burguesa. Através deste processo, seria possível "formar o caráter da criança, inculcando-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie (...)" (Rago, 1985, p. 121).

Se a correção dos maus hábitos, pela inculcação de novos comportamentos, é um dos fins a que deveria servir a escola, será possível a Miguel Couto, em alguns momentos, defender a redução da obrigatoriedade do ensino primário a dois anos, atribuindo a este ensino um caráter alfabetizante e moralizador. A escola alfabetizante possibilitaria, por um lado, a aquisição visual da língua e, por outro, a aquisição de noções morais. Às professoras caberia:

*criar ao seu redor causas de bondade e deixar que os pequenos alumnos as sintam e as resolvam por si mesmos, aproveitando todas as ocasiões para lhes insinuar insensivelmente o **espírito de solidariedade, de generosidade, de decisão, de iniciativa e sobretudo do dever inexorável** (Couto, 1923, p. 61). [Grifos meus].*

O exercício cotidiano das virtudes e, sobretudo, do dever, representava a possibilidade de plasmar os corações e mentes dessas novas

gerações, através dos valores morais necessários à implantação de uma nova ordem social. A pobreza, objeção levantada por algumas professoras em relação à obrigatoriedade da instrução, uma vez que impediria as crianças de comparecer à escola adequadamente trajadas, é um argumento rejeitado por Couto:

Que tem isso? (...) Pois não é essa a primeira lição de moral que se projecta sobre ellas como uma grande claridade, illuminando lado a lado o bem vestido e o mal roupido, nivelados todos a principio pela ignorancia commum, e depois, dia a dia, sobresahindo uns aos outros não pelas melhores vestes, mas pela melhor intelligencia e maior esforço? Não é o primeiro exemplo da igualdade entre os homens, do qual se deve servir habilmente a professora para pôr á vontade os mais infelizes, chamando-os para bem perto do coração, e lhes falando que se orgulhem da pobreza honesta de seus pais, e que nada ha de podendo em pés nús quando estão limpos, nem em corpo coberto de andrajos se lhe mora dentro uma alma pura? (Couto, 1923, p. 63).

No âmbito desse projeto pedagógico, higiene e moral seriam os saberes capazes de redimir os homens pobres, purificando-lhes o corpo e a alma.

Pensada do ponto de vista dos objetivos da homogeneização e da coesão nacional, a escola primária teria um importante papel na "ortopedia moral", iluminando a inteligência, enrijecendo o corpo e aperfeiçoando a alma:

a escola primaria não dá a criança, futuro adulto, nenhuma especie de saber, mas dá-lhe os instrumentos do saber; não lhe faz a intelligencia que é da sua propria substancia, mas a illumina; enrijece-lhe o corpo pela pratica quotidiana de exercicio; aperfeiçoa-lhe a alma pelo conselho e pelo exemplo; e ensina-lhe, sobretudo, a boa ambição, élo desta, cadeia de sorites - da cultura nasce a ambição, da ambição a actividade, da actividade o trabalho, do trabalho a prosperidade individual, da prosperidade individual a prosperidade collectiva. Da massa enorme, cada vez maior, que, assim instruida e apurada, vae-se derramar por todos os rincões da nossa terra surgirá, mais abundante, como um consecario natural, a selecção das capacidades, o escol, o homem superior pelo engenho e pelo estudo. Serão os brasileiros de amanhã e o Brasil de Amanhã (Couto, 1933a, p. 93).

Formação de corpos saudáveis, robustos, produtivos e, ao mesmo tempo, dóceis. Homogeneização, coesão e, ao mesmo tempo, hierarquização social, onde ao homem superior, pelo engenho e pelo estudo, caberia conduzir os destinos da nação. Na projeção para o futuro dessa imagem de um Brasil redimido pela educação, subjaz a negação da possibilidade de participação no presente de amplas parcelas da população, marcadas pelo signo da ignorância, mãe de todos os vícios.

2.2. As "garças brancas"

Na definição de um amplo projeto pedagógico capaz de regenerar física e moralmente a *criatura degenerada*, encerrada nas trevas da ignorância, homens de ciência como Miguel Couto, também estiveram atentos à formação das professoras, a quem caberia realizar essa grande obra.

Na produção da imagem da professora primária, a alvura do seu saber será contraposta às trevas da ignorância. Nessa oposição entre luzes e trevas, como num quadro em branco e preto, as professoras primárias surgirão como as "garças brancas":

*(...) mensageiras da cultura e da bondade, como **bandos de garças brancas deixando cair plumas brancas**, lá vão as santas professoras brasileiras para o seu apostolado de fazer de cada criança um homem, forte pelo caracter, util pela intelligencia, bom pelo contagio (Couto, 1933a, p. 41). [Grifos meus].*

Como missionárias, o trabalho das professoras constituir-se-ia num apostolado, obra santa de formação de homens moralizados, úteis e produtivos. Atitude exemplar - um misto de bondade, sacrifício e renúncia - e preparação sólida,

em que os conhecimentos de psicologia infantil mostrar-se-iam fundamentais, mesclam-se na composição da imagem das "santas professoras".

Para bem compreender o alcance do meu pensamento, devo explicar que por professora, entendo uma criatura meiga, tão bôa que sinta que toda a sua força está na bondade, tão instruída que possa compreender a psychologia difficil e variavel das crianças, com absoluto espirito de sacrificio e de renuncia, um ente ideal, um anjo tutelar, uma santa. Ainda não conjecturei a possibilidade de outra (Couto, 1933a, p. 34).

Desse "anjo tutelar", esperava-se que guardasse sobretudo àqueles que mais precisavam. Como já vimos, os sertões são, no interior desse imaginário, o lugar da opacidade absoluta, povoado de "sombras de gente" ou, como afirma Couto, neste trecho de "O saneamento rural", referindo-se aos "tristes sertões da nossa terra":

deposito de semivivos e semimortos, a cujos musculos folha-secca não é licito pedir o minimo esforço, cuja intelligencia, mal nutrida e hebetada, a custo lhes assegura o seu logar na serie zoologica, anemiados até á ultima gotta, chupados por todos os vermes, parasitados por todos os parasitas que vicejem nestes tropicos luxuriantes (Couto, 1937, p. 56).

Vistos como um celeiro de "semivivos e semimortos", é em direção aos sertões que deveriam migrar os "bandos de garças brancas", incumbidas de sua santa missão - "na evangelização da cultura e da hygiene pelos campos e sertões da nossa terra á professora cabe a primeira plaina" (Couto, 1933a, p. 33).

Elemento importante na penetração da mensagem da higiene no interior dos lares pobres, o papel da professora também será considerado sob o ponto de vista da sua extensa e contínua área de influência. Sobre ela - em muitas regiões,

a única presença do Estado - repousará a responsabilidade pela formação dos corpos saudáveis e produtivos de que o país precisará na sua caminhada rumo ao progresso.

Se estas relações são uteis e necessarias nas cidades, tornam-se nos campos e sertões absolutamente compulsorias. Nada se compara á ascendencia que a professora habil pôde exercer sobre as populações ruraes e sertanejas, com a autoridade decorrente do seu sacerdocio, da sua superioridade intellectual, da sua benevolencia irradiante, das suas obras de piedade, do seu interesse desinteressado pelos alumnos, entre os quaes se divide e subdivide, dando a cada um a impressão que é só d'elle (Couto, 1933a, p. 64).

É importante ressaltar que, na produção da imagem da professora, o conteúdo político da sua atuação é esvaziado, atribuindo-se a ela uma missão sagrada - "evangelização da cultura e da higiene". Nesse processo, a profissão de professora é identificada a um sacerdócio, destacando-se, na composição da sua imagem, virtudes que a colocam em posição de superioridade em relação ao comum dos mortais.

No "apostolado" contra as trevas da ignorância, a atuação das "garças brancas" junto às populações dos sertões será considerada como um estágio importante na sua formação enquanto higienista.

Para bem desempenhar a sua funcção de hygienista nos campos, e é justo que todas atravessem este estagio de maior esforço e não menores privações, não é preciso á mestra ser uma doutora; basta que tenha conhecimentos geraes de medicina relativos a certas doenças contagiosas mais frequentes, para ao menos lhes conjecturar o diagnostico (1933a, p. 65).

Neste estágio, não pouparão esforços no sentido de levar a mensagem da higiene para o interior dos lares, desempenhando a sua importante missão de redenção da *criatura degenerada* que vive nos sertões. Cortezia e

diplomacia não se dissociam da firmeza e decisão que deveriam marcar as relações da professora com as famílias pobres.

Neste desempenho é de todo necessario o entendimento com as familias dos seus discipulos, numa quasi missão diplomatica, cercada de cortezia e graças e ao mesmo tempo de firmeza e decisão. (...) Certamente dentro da sua escola a professora é soberana no que concerne ás determinações hygienicas, que são irrecorriveis; em sua consciencia, porém, é pouco, e ella deseja e deve prolongá-las sob a fórma de conselhos até a habitação dos discipulos. Não raro recebem como resposta que do que precisam é de dinheiro, e lhes fecham a casa e a cara, e lhe voltam as costas; mas, o conselho fica, e quanto mais lhe tapam os ouvidos tanto melhor penetra e aguilhõa (Couto, 1933a, pp. 63-64).

Assim, na organização do seu trabalho, a professora primária deveria prever, ao longo do ano, os momentos de aproximação com as famílias para inculcar-lhes as noções higiênicas:

Está nas professoras crear motivos de aproximação; o começo do anno lectivo, por exemplo, seria assignalado por uma pequena recepção dos paes para a apresentação ou reapresentação dos filhos; novo encontro no meio do curso offerceria oportunidade propiciada para conversações em assumpto de hygiene; prazo dado mais recondito para os mais pobres, envergonhados de se acharem mal roupidos (Couto, 1933a, p. 64).

Investidas de tão importante missão, a formação dessas "garças brancas" deverá ser pensada, tendo em vista propiciar-lhes os conhecimentos que lhes serão necessários no seu "apostolado". Nesse sentido, defende Couto a importância da disciplina higiene nas escolas normais.

Talvez mesmo, com mais rigôr e minucias e exigencias devesse ser professada a Hygiene nas Escolas Normaes do que nas Faculdades de Medicina; de um lado, porque o estudante do curso medico vai adquirindo pelo caminho as disciplinas subsidiarias que lhe compõem o programma; do outro lado porque mais extensa e continua é a orbita de efficiencia da professora, cujas discipulas de hoje serão as mãis de familia de amanhã, isto é, as boas mãis, que não somente carinhos devem aos filhos senão também o uso desde o berço das regras que

os farão bellos, são e fortes, aptos a procrear uma estirpe bella, sã e forte, de corpo e de espirito (1933a, p. 33).

Através da formação da "mãe higiênica", "guardiã do lar", a professora estaria contribuindo na moralização do comportamento da mulher que, pautado nos preceitos da ciência, possibilitaria gerar e criar filhos belos, saudáveis e fortes, física e moralmente.

Convencido da importância da higiene na formação das professoras e da especificidade da sua atuação em relação à do médico, ele tratará de oferecer um programa para essa disciplina nas escolas normais.

O curso de hygiene das Escolas Normaes terá um character eminentemente pratico e compreenderá entre outras as seguintes materias:

I - A Anatomia e psychologia humanas (noções principaes).

II - Primeiros cuidados nos casos de accidentes.

III - Hygiene da primeira infancia.

IV - Microbiologia - Doenças infectuosas.

V - Tuberculose - Lepra - Malaria - Verminoses - Doenças eruptivas.

VI - Regime alimentar na infancia.

VII - A asepsia, a antisepsia. Vaccinas.

VIII - Fichas escolares.

IX - Hygiene das escolas.

X - Puericultura - Eugenia (Couto, 1933a, p. 65).

É importante atentar para o papel auxiliar que as nossas "garças brancas" são chamadas a assumir nesse projeto de educação sanitária. Assim, a higiene que deveria ser ensinada às professoras deveria ter um caráter marcadamente prático. Postular, dentre as matérias que deveriam compor o programa de higiene, "fichas escolares", significava buscar o auxílio das professoras na vigilância dos alunos, através da atribuição de uma tarefa subordinada ao médico. Com relação a essa rede de vigilância, ouçamos Marques:

A vigilância dos alunos, realizada através dos exames médicos, constituía-se na revista, naquele espaço em que os alunos são observados por um poder que só se manifesta pelo olhar e no qual são levantados conhecimentos sobre o aluno, conhecimento esse que é anotado, documentadas as aptidões, os vícios, as degenerescências, permitindo comparações, classificações, categorizações que servirão para a fixação de normas - de códigos médicos escolares - cujo objetivo será mantê-los sob controle por um lado, estabelecendo os gestos, os comportamentos normais; e por outro, inserindo e distribuindo-os numa população, sem tirá-lo da especificação de ser "um caso" que pode ser normalizado ou excluído (1992, pp. 100-101).

Versada nos principais temas da higiene, à professora primária caberia, também, emprestar o seu apoio à campanha contra a mortalidade infantil, cuja causa principal era, na concepção de Couto, a ignorância das mães. Nesse sentido, a puericultura constituía-se em uma das matérias fundamentais no programa de higiene que deveria compor a sua formação:

*Uma das materias que a professora deve aprender para ensinar é a puericultura. O seu estudo incluye tres capitulos: a puericultura antes da fecundação; a puericultura durante a gestação; a puericultura depois do nascimento. Os dois primeiros prendem-se ao controverso e difficil problema da educação sexual, cujo debate necessariamente amplo, no duplo ponto de vista da doutrina moral e da execução pratica, não cabe como incidente ou accessorio, dentro de outro assumpto. (...) Entretanto, a puericultura depois do nascimento envolve preceitos que ás mestras, numa "escola de mães", compete transmittir ás suas alumnas, - futuras mães; nas cidades acompanharão as suas alumnas mais adeantadas, ás maternidades, ás enfermarias infantis, ás **crèches**, que os nossos maiores mandavam dizer presepios, aos ambulatorios e gotas de leite, para completar o ensino theorico que lhes tiver ministrado. (...) Aliás o instinto da maternidade é innato nas meninas, que só precisam aprender a discipliná-lo e dirigi-lo no beneficio da sua propria prole. (...) As professoras que se dedicam á puericultura associam-se indirectamente á campanha contra a mortalidade infantil, cuja principal causa reside na ignorancia das mães (Couto, 1933a, pp. 66-67).*

No ensino da puericultura, que deveria contemplar tanto a parte teórica como a prática, residia a possibilidade de disciplinar os instintos, normalizar

o comportamento, conformando as futuras mães a uma nova ordem moral, da qual precisavam ser banidas as práticas populares que orientavam os cuidados com as crianças - saberes que passarão a ser vistos como demonstração de ignorância e irracionalidade.

Eis, pois, como Couto justifica o aparente paradoxo de se exigir mais profundos conhecimentos de higiene de uma normalista do que de um futuro médico:

de uma professoranda é lícito exigir-se mais profundos conhecimentos de hygiene do que de um doutorando; este, desde que se matricula em uma Faculdade de Medicina até ao ultimo dia de seu tirocinio, não fez senão aprender e dar successivas provas do que no final lhe vão recapitular sob o nome de hygiene, ao passo que á professora toda a hygiene ha de ser ensinada e arguida numa só cathedra do seu curriculum normal. Por outro lado, se o doutor em medicina se propõe ao officio de hygienista, tem de se submeter a novo estudo seriado dessa disciplina e ao mais severo concurso de provas, ao passo que a professora, quando occupar o seu posto numa escola rural, ou, se me permittirem dizer, sertaneja, fica entregue desde logo da missão incompartida de zelar pela saude e fortaleza dos seus pequenos alumnos, e assim, através da educação moral intellectual e hygienica, a de assegurar a vitalidade e a energia do homem num trecho do territorio nacional e formar a mentalidade do povo de amanhã. Poder-se-ia, pois, dizer sem exaggero que o futuro da Patria, baseado no vigor e utilidade dos seus filhos, está nas mãos das professoras, para quem nunca ha admiração e reconhecimento bastantes, porque quando põem no seu compromisso toda a sua alma, são mais do que heroínas, são santas (1933a, pp. 62-63).

Nas mãos das professoras, repousaria a responsabilidade por robustecer o homem, física e moralmente, por meio de exemplos de virtude e trabalho, como também, zelar pela constituição de uma prole vigorosa.

Na "pirâmide de olhares", formada por médicos, professoras, dentre outros profissionais, procurar-se-á exercer uma vigilância constante sobre a criança, redefinindo-se, para tanto, desde as suas relações familiares até o espaço

escolar que passa a ser pensado em função da visibilidade. Na apropriação da maternidade, das relações mãe-criança e da infância, pelos médicos, busca-se instituir uma ordem social, onde tudo seja previsível - promessa da construção de uma sociedade transparente como o cristal.

3. A administração do remédio

3.1. A educação como dever do Estado

Se, no âmbito da "pedagogia da boa higiene", a criança é chamada a ocupar o centro das reflexões, a preocupação com a educação passa a ser associada à necessidade de difusão do ensino primário, por meio do qual o Estado assumiria a responsabilidade pela formação do caráter da criança. Nesse movimento, a educação passa a ser concebida enquanto um interesse do Estado.

Perpassada pela concepção da educação como dever do Estado, a obra de Miguel Couto parte da crítica à descentralização promovida pelo Ato Adicional de 1834, responsável, no seu entendimento, pela situação de abandono em que se encontrava a educação, ou seja, pelo índice de aproximadamente 80% de analfabetismo que colocava o país numa situação de inferioridade diante das nações civilizadas.

Ao "Leviatã benevolente", guardião da sociedade, caberia a responsabilidade por reverter esse quadro:

O governo é o padrinho, vocabulo que vem do baixo latim - "patrinus" e significa paezinho; é o segundo pae compulsorio, o tutor natural de todas as crianças pobres, e o curador official e guia de todas as crianças, necessitadas ou não. Sob a sua égide a criança ha de ir do berço até ao trabalho (Couto, 1933a, pp. 47-48).

Se ao Estado é atribuída a responsabilidade pela defesa e orientação de todas as crianças, em relação às pobres, essa responsabilidade se confundiria com o pátrio poder, devendo o Estado exercer o seu papel tutelar desde a mais tenra infância.

Vale lembrar que, na área de educação, apesar de a escola primária ser convertida em foco central das preocupações, o papel do Estado não se restringiria a esse nível. Assim, dos três aos sete anos, a tutela do Estado-guardião se exerceria através da escola maternal ou casa da criança⁶⁹.

Dever da União em relação ao ensino primário, privilégio desse nível de ensino em relação aos demais, obrigatoriedade, gratuidade, unificação e centralização são alguns dos aspectos da política educacional defendida por Couto. Um outro aspecto que vai se delineando, gradativamente, é a importância do ensino profissional, como também da formação das professoras.

69. Nesse empreendimento, o médico apresentar-se-á como um importante aliado que, em nome da saúde das crianças, reclamará para si um importante papel na sua educação: "da Casa da Criança, onde começa a missão extraordinária e providencial do medico escolar, passa a criança, sem solução de continuidade para a escola primaria assistida sempre pelo medico escolar responsavel pela saude desses pequenos alumnos" (Couto, 1933a, pp. 49-50).

No bojo dessas preocupações, a obrigatoriedade do ensino primário assumirá um caráter prioritário, uma vez que possibilitaria a "incorporação pela cultura da massa de analphabetos ao patrimonio activo do Estado" (1930, p. 28).

Assim, o problema da educação do povo é concebido, no âmbito do pensamento de Couto, do ponto de vista nacional, representando a possibilidade de assimilação de todos os indivíduos ao projeto de sociedade que se visa instituir. "É com este cimento que se levanta uma nação" (1933a, p. 40).

Ao analisar essa abordagem da educação do ponto vista nacional, esclarece Gandini:

embora não se fale em "educação nacionalista", a educação "popular" é vista como um interesse do Estado, não como direito dos cidadãos; defende-se muito mais a expansão do ensino primário, do que de outros níveis; entende-se a educação secundária como tendo por finalidade a formação dos jovens para o trabalho produtivo, em benefício dos interesses da coletividade, ou da Nação; há insistentes apelos para que o Estado assuma o seu papel em relação à instrução pública tendo em vista a unidade cultural da nação (1990, p. 96).

A obrigatoriedade da educação primária teria um duplo sentido: representaria, por um lado, a obrigação do Estado de oferecê-la e, por outro, a das crianças em idade escolar de recebê-la, o que significa afirmar a obrigação dos pais de enviar os seus filhos à escola.

A questão das competências em relação à difusão do ensino primário é um outro aspecto amplamente discutido por Couto. Diante das dificuldades criadas pelo Ato Adicional e tendo em vista garantir que o Estado assumisse o seu papel, ao lado de proposições com relação à divisão de competências, ele propõe, em alguns momentos, a redução da obrigatoriedade do ensino elementar a dois anos,

posição que, aos poucos, vai sendo abandonada em nome de uma educação mais abrangente, que contemplasse, inclusive, o aspecto profissional.

Mesmo enquanto defende a redução da obrigatoriedade, ele concorda que, do ponto de vista pedagógico, o mais útil seria o ensino integral. Nesse sentido, ao defender a proposta de redução, tem em vista a reversão do quadro de analfabetismo⁷⁰. A desanalfabetização e a regeneração moral são os alvos visados nessa proposta:

nestes dois annos o pequeno analphabeto não terá talvez adquirido nenhuma especie de saber, mas alcançou um extraordinario instrumento de saber que é a aquisição visual da sua lingua. Neste instrumento, que antes lhe era totalmente desconhecido sob esta fórma, e que agora lhe entrará a todos os momentos pelos olhos, elle poderá dahi em diante aperfeiçoar-se por si mesmo até ao extremo, e subir, por exemplo, de modesto typographo a chefe de uma literatura, como Machado de Assis (Couto, 1923, p. 61).

Se a aquisição visual da língua constituir-se-ia num instrumento importante que, por si só, justificaria o investimento na instrução dos pequenos analfabetos, mais importante que isso, contudo, seriam as noções morais absorvidas nessa curta passagem pela escola.

A função educativa do Estado é reafirmada nos diferentes momentos em que Miguel Couto se propõe a pensar a questão da educação do povo. Assim, na conferência proferida na Associação Brasileira de Educação, em 1927, a par da afirmação da educação como o maior de todos os problemas nacionais, ele

70. É possível aventar-se a hipótese de a posição de Miguel Couto com relação a essa redução da obrigatoriedade do ensino primário ter sido influenciada pela reforma promovida por Sampaio Dória, no Estado de São Paulo, em 1920. Em termos práticos, reverter-se-ia o quadro de analfabetismo, sem a necessidade de aumento do número de escolas.

procurará apresentar formas de difusão do ensino primário. No que se refere à divisão de competências, proporá:

As Camaras Municipaes forneceriam o ensino primario, em curso de oito annos, aos habitantes, em idade escolar, da séde dos respectivos municipios; os Estados nas capitães; e a União em todo o interior, e nos municipios insufficientemente dotados, livre aos Estados e á União erigir o ensino secundario e o superior onde julgarem dever localizal-os (1927, p. 16).

Diante das dificuldades oriundas da dispersão da população pelo nosso imenso território - uma criança para quase dois quilômetros quadrados - o papel reservado à União seria o mais difícil. Nesse sentido, defende que a União poderia exercer o seu papel de duas formas: a) disseminando escolas públicas em todos os pequenos centros do interior, que congregassem, num raio de meia légua, uma população escolar mínima de 40 crianças; b) estabelecendo, nos Estados, institutos de ensino primário, construídos sob a direção de educadores e higienistas, que receberiam as crianças domiciliadas em lugares onde não houvesse escolas.

Nesses institutos, que poderiam ser construídos em clima de montanha ou à beira-mar⁷¹, dotados de laboratórios e oficinas, as crianças permaneceriam, durante oito anos, sob a tutela do Estado, que lhes daria desde a manutenção e indumentária, até uma educação integral, contemplando tanto o aspecto intelectual e físico, como o profissional. Findo esse prazo, "o governo, exonerando-se da sua missão paternal, devolveria a cada familia os seus filhos devidamente

71. Os institutos construídos à beira-mar são defendidos pelo aspecto da saúde das crianças, enquanto que os de regiões montanhosas, de acordo com o modelo traçado por Alberto Torres, possibilitariam o ensino agrícola (Couto, 1927, p. 17).

educados e aptos para ganhar a vida e honrar a Patria nos seus officios" (Couto, 1927, p. 17).

Na discussão acerca da responsabilidade da União na disseminação do ensino elementar nos campos, a criação das pequenas escolas vai sendo progressivamente abandonada, ganhando cada vez mais corpo a idéia da criação dos institutos. Referindo-se às escolas localizadas nos pequenos centros do interior, Couto aponta, dentre outros aspectos, a sua insuficiência no sentido de contribuir para a formação do homem redimido pela moral do trabalho:

Educar hoje em dia não é mais alfabetizar; ora, de um lado, não é nada provável que se encontrem professores habilitados, de curso normal, em numero bastante e com sufficiente desprendimento, para se perderem por esses campos afóra, ainda que rotativamente; do outro lado, nessas escolas não seria possível outra aula profissional senão a de modestos trabalhos de agulhas, para as meninas e tudo que se relacione com o ensino profissional, agricola ou outros, estaria perdido (1933a, pp. 87-88).

Com relação ao papel desses institutos na moralização das crianças pobres, destaca Rago:

Enclausurar a criança pobre nos espaços disciplinares dos institutos profissionais ou das escolas públicas apareceu como a maneira mais eficaz de adestrar e controlar um contingente potencialmente rebelde e selvagem da população, aos olhos dos médicos, filantropos e da classe dominante como um todo. (...) o poder médico defendia o aprendizado de uma atividade profissionalizante, muito mais em função do aspecto moral - manter a criança ocupada, "incutir hábitos de trabalho", reprimir a vadiagem - do que com a intenção econômica de prover braços para o mercado de trabalho em constituição. Alvo que por sua vez também era visado (1985, p. 122).

Sintetizando o eixo a partir do qual deveriam ser definidas as diretrizes para o ensino primário, Couto reafirmará a importância da educação na formação do sujeito nacional:

das Grandes directrizes do Ensino Primario no Brasil, uma é a rota para os campos, onde se disseminam aos milhões de patricios nossos abandonados nas mais completas trevas do espirito; a outra a entrega delles para a cultura á guarda da União, porque capaz de maiores recursos; porém, a directriz suprema é a formação do homem brasileiro (1933a, p. 92).

A responsabilidade da União no que se refere à difusão do ensino primário será analisada, ainda, do ponto de vista da gratuidade e da unificação do ensino nos estabelecimentos federais. Assim, afirma Couto:

O ensino ministrado pelo governo federal será gratuito para as crianças oriundas das classes menos favorecidas; as abastadas procurarão escolas particulares equiparadas, se não preferirem a instrução em família (...)

Nos estabelecimentos federaes, quanto á parte moral, intellectual e hygienica o ensino será unico, no sentido de igual para todos os alumnos sãos, e só desigual, por circumstancias individuaes e regionaes na parte profissional. Nem se comprehenderia fosse o Estado o primeiro a salpicar desigualdades entre os seus tutelados e discipulos (Couto, 1933a, p. 91).

Uma outra preocupação, presente nessa discussão sobre o dever do Estado com relação à educação, é a que se refere à formação das professoras. Assim, defende-se que a criação de escolas normais nos Estados seja assumida pela União.

Em suma, no desempenho da sua missão educativa, o Estado redefiniria o ensino primário, a partir dos princípios de obrigatoriedade, gratuidade e unificação dos programas:

Ensino primario compulsorio em todo o Brasil; ensino primario unico nas escolas federaes; Escolas Normaes da União nos Estados com programmas unificados. Aos Estados competiria o ensino nas capitães e aos municipios nas suas sédes (1933a, p. 40).

Um outro princípio da política educacional, presente na sua obra, é a centralização que se expressa na ênfase dada à necessidade de criação do

Ministério da Educação, órgão centralizador, dividido em dois departamentos: o de ensino e o de higiene.

A questão orçamentária será outro aspecto sob o qual o ensino primário será abordado, no âmbito das reflexões de Couto. Afirmado o dever da União em relação à educação do povo, seria necessário propor formas de pensar o problema no seu aspecto financeiro.

Dentre as fontes de recursos que reclama para a difusão do ensino primário, estariam o tributo resultante do aumento da taxaço sobre o consumo de bebidas alcoólicas e o imposto sobre a renda. Em sua atuação na Constituinte de 1934, empenhar-se-á em garantir a aprovação de um percentual de 20% das rendas da União, Estados e Municípios para a educação do povo.

Na discussão dos princípios que deveriam nortear a definição de uma política educacional, como na indicação de formas de organização do sistema de ensino, a atuação de médicos como Miguel Couto porá em evidência a necessidade de se pensar a questão educacional, enquanto possibilidade de prevenção dos problemas sociais que caracterizam a instituição de uma ordem social marcadamente excludente. Nesse processo, a educação, vista como estratégia disciplinar de adestramento dos corpos e espíritos, será chamada a conformar o novo tipo de homem, convertendo-se, desse modo, em interesse do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imagens de degradação e degenerescência, onde as sombras do espaço urbano dão o tom de obscuridade e revelam a impossibilidade da claridade absoluta, uma vez que "os espelhos não refletem mais quem os olha e (...) as sombras dos indivíduos se autonomizaram" (Rago, 1987, p. 79). Representação imaginária de uma sociedade desencontrada de si mesma.

Diante dessa sociedade, os médicos, homens de ciência, empenhar-se-ão na construção de um mundo objetivo. Utopia de uma sociedade ordenada e previsível, cuja construção exigirá o esquadrinhamento de todos os espaços e de todos os sujeitos. Nessa utopia, a ciência assumirá foros de verdade objetiva, atribuindo-se a ela o poder de instituir uma nova organização social.

Enquanto sujeitos do conhecimento, a esses "espectadores noturnos" caberá uma atitude de distanciamento, a partir da qual lhes será possível empreender uma observação e avaliação sistemática. O exame, o diagnóstico e a indicação do tratamento adequado ao restabelecimento da saúde, assim como a vigilância constante serão alguns dos procedimentos que os médicos adotarão no tratamento da "sociedade doente".

A partir de práticas discursivas que associam os problemas sociais a doenças, identificarão os *inimigos* do projeto burguês de civilidade e modernidade e chamarão a atenção para a urgência de medidas que visem ao

restabelecimento da saúde do "organismo social". Discursos que, ao elaborarem o campo de instituição da sociedade do trabalho, articular-se-ão com a formação de um novo trabalhador - "o trabalhador previsível" (Bresciani, 1986) - exigido pela modernidade capitalista. Produção discursiva do diferente, o qual, aprisionado em conceitos científicos verdadeiros, será excluído, rejeitado para os limites da sociedade.

Construído a partir da lógica da identidade, o discurso médico - um "discurso com poder de verdade", na medida em que condiciona o objeto que nomeia (Sader e Paoli, 1986) - construirá figuras do outro, calcadas na sua negatividade. Caracterização do inimigo mortal, produção de máscaras, negação do outro.

As identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras, codificações classificatórias que esquadriham os indivíduos no espaço social, principalmente num momento em que a preocupação em decifrar o outro assume importância fundamental (Rago, 1993, p. 31).

O olhar médico assumirá um importante papel na invenção de um Brasil moderno e, ao mesmo tempo, na produção de máscaras por meio das quais se procurará decifrar o outro. A desconstrução dos discursos de médicos como Miguel Couto, esses "cientistas intelectuais", possibilita uma leitura dos pilares do projeto de civilidade idealizado para a reorganização social do Brasil, nas décadas iniciais do século XX, como também dos *inimigos* produzidos concomitantemente ao ideal de homogeneidade e coesão.

Aproximemo-nos uma vez mais desse olhar médico, buscando compreendê-lo a partir da análise de Foucault, onde ele é concebido

como um olhar plurissensorial - "olhar que toca, ouve e, além disso não por essência ou necessidade, vê" (Foucault, in Marques, 1992, p. 57). Sensibilidade desenvolvida no exercício cotidiano da Medicina e que será fundamental no tratamento de uma "sociedade doente": "os médicos, pelo hábito de ouvir os gemidos dos órgãos, adquirem essa segunda audição que torna audíveis os pensamentos mais reconditos" (Couto, 1942, p. 77).

Nessa projeção de uma sociedade ordenada em função dos preceitos da ciência, se o olhar médico procura apreender todas as dimensões da realidade social são os pobres e suas formas de vida que se constituirão em preocupação fundamental. Assim, o homem pobre representaria a figura privilegiada das estratégias disciplinares concebidas pelos médicos, na medida em que a pobreza será vista como a causa dos males da sociedade. A afirmação da incompleta moralidade dos pobres justificará, desse modo, o investimento do poder na busca de realização do sonho de uma sociedade formada por homens moralizados e racionais.

BIBLIOGRAFIA

- BERTRAND, Michèle. O homem clivado - a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard (org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo, Vértice, 1989. (Enciclopédia aberta da psique, 4).
- BORGES, Vavy P. **A "História da República": um objeto, alguns temas, alguns conceitos**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991. (Primeira versão, 31).
- BOTO, Carlota J. M. C. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEUSP, 1990.
- BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República. Liberalismo *versus* positivismo Brasil: 1870-1900. **Revista da USP**, (17):122-135, São Paulo, mar. 1993.
- . Lógica e dissonância: sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, 6(11):7-44, São Paulo, set. 1985/fev. 1986.
- . Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, 5(8/9):35-68, São Paulo, set. 1984/abr. 1985.
- BRUZZO, Cristina. **Em nome da saúde ... da ordem e do progresso: discurso e prática dos médicos do Serviço Sanitário Paulista no final do século XIX**. Dissertação de Mestrado, Campinas, FE-UNICAMP, 1989.
- CARTOLANO, Maria Teresa P. **Benjamin Constant e a instrução pública no início da República**. Tese de Doutorado, Campinas, FE-UNICAMP, 1994.
- CARVALHO, Marta M. C. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Tese de Doutorado, São Paulo, FEUSP, 1986.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. "All the world was America". John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. **Revista da USP**, (17):30-53, São Paulo, mar. 1993.
- CHAUÍ, Marilena S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3.ed. São Paulo, Moderna, 1982.
- . Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

- CHAUÍ, Marilena S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, Carlos R. **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- COSTA, Nilson R. Estado, educação e saúde: a higiene da vida cotidiana. **Cadernos Cedes**, (4):5-27, São Paulo, 1984.
- DECCA, Edgar S. A ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, 3(6): 47-79, São Paulo, set. 1983.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FIORENTINO, Teresinha A. **Utopia e realidade: o Brasil no começo do século XX**. São Paulo, Cultrix, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- FRAGA, Clementino. **Médicos e educadores**. Rio de Janeiro, A Noite, 1941.
- GANDINI, Raquel Pereira C. **R.B.E.P. (1944-1952): Intelectuais, educação e Estado**. Tese de Doutorado, Campinas, FE-UNICAMP, 1990.
- . Notas sobre a construção do Estado-nação e a educação pública. **Proposições**, 2(8): 28-40, Campinas, jul. 1992.
- HAUTECOUER, Jean-Paul. **Analfabetismo Direção? Ações? Resultados?** Trad. Divonzir Arthur Gusso. Brasília, INEP, 1993.
- HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos A. M. (org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- INDURSKY, Freda. A República nos processos semânticos do discurso militar. **Proposições**, (3):89-94, Campinas, dez. 1990.
- LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: a modernidade do contra**. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Encanto Radical).
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)**. 2. ed. São Paulo, Difel, 1978. T. III, v. 2. (História Geral da Civilização Brasileira).

- LEFORT, Claude. **A invenção democrática. Os limites da dominação totalitária**. 2. ed. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LUZ, Madel T. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- MARQUES, Vera B. **Eugenia da disciplina - o discurso médico-pedagógico nos anos 20**. Dissertação de Mestrado, Campinas, FE-UNICAMP, 1992.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1990.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- NAVARRO, Moacyr. **Miguel Couto vivo**. Rio de Janeiro, A Noite, 1950.
- NEVES, Margarida S. **As vitrines do progresso**. PUC/RJ - Finep, 1986. (mimeo).
- NEVES, Margarida S. e HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso**. São Paulo, Atual, 1991. (História em documentos).
- NORONHA, Olinda M. A constituição da classe trabalhadora na Primeira República (1889-1930): a produção da noção ideológica de trabalho e educação. **Pro-Posições**, (2):30-35, Campinas, jul. 1990.
- PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, Loyola, 1983.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, 5(8/9): 139-195, São Paulo, set. 1984/abr. 1985.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil - anos vinte**. São Paulo, Edições Loyola, 1983.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- . As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**, (5): 22-32, Campinas, 1993.

RAGO, Margareth. Prazer e perdição: a representação da cidade nos anos vinte. **Revista Brasileira de História**, 7(13): 77-102, São Paulo, set. 1986/fev. 1987.

———. **A prostituição em São Paulo nas décadas iniciais do século XX**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1990. (Primeira versão, 24).

RIO, João do. **Cinematógrafo**. Porto, Chardron, 1909.

———. **O momento literário**. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, s.d.

———. **A profissão de Jacques Pedreira**. 2. ed. São Paulo, Scipione, 1992.

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico: origens do totalitarismo**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

———. **Corpo e cristal: Marx romântico**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

———. **Lux in tenebris: meditações sobre filosofia e cultura**. Campinas, Editora da UNICAMP; São Paulo, Cortez, 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo, Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

SCLIAR, Moacir. **Sonhos tropicais**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SENNA, Homero. Vida breve de João do Rio. In: RIO, João do. **A correspondência de uma estação de cura**. São Paulo, Scipione, 1992a.

SERPA, Phocion. **Miguel Couto, uma vida exemplar**. Rio de Janeiro, Graf. Sauer, 1943.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1985a.

———. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. **Revista Brasileira de História**, 5(8/9): 69-83, São Paulo, set. 1984/ abr. 1985b.

- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo, Scipione, 1993.
- SOARES, Carmen L. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1990.
- SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. O cronista e o secreta-amador. In: RIO, João. **A profissão de Jacques Pedreira**. 2. ed. Rio de Janeiro, Scipione, 1992b.
- TORRES, João Carlos B. **Figuras do Estado Moderno. Representação política no Ocidente**. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1989.

Fontes primárias

- ANAIS da Academia de Medicina do Rio de Janeiro**. 1896-1916.
- BOLETIM da Academia de Medicina do Rio de Janeiro**. 1920-1934.
- BOLETIM da Academia de Medicina do Rio de Janeiro**. 1933b.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da história da República**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981a. T. I.
- _____. **À margem da história da República**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981b. T. II.
- CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1917.
- COUTO, Miguel. **As allocuções do presidente da Academia de Medicina**. Rio de Janeiro. Typ. Besnard Frères, 1923.
- _____. **No Brasil só ha um problema nacional: a educação do povo**. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1927.
- _____. **No Brasil só ha um problema nacional - a educação do povo**. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1933a.
- _____. **Clínica médica**. 3. ed. Rio de Janeiro, Flores & Mano, 1935.

COUTO, Miguel. **Lições de clínica médica**. Rio de Janeiro, Luzeiro, 1916.

_____. **Medicina e cultura**. Rio de Janeiro, Oscar Mano & Cia., 1937. v. 3.

_____. **Seleção social, campanha antinipônica**. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942.

ANEXO I

"MANIFESTO DOS INTELLECTUAES LANÇANDO A CANDIDATURA DO EMINENTE SCIENTISTA PROFESSOR MIGUEL COUTO Á CONSTITUINTE

A candidatura do eminente Professor Miguel Couto á Constituinte está lançada com os applausos de todas as classes do paiz.

É este o manifesto dos intellectuaes lançando a candidatura do consagrado homem de sciencia: "Approximando-se a data da eleição para a Assembléa Constituinte, não podiam os intellectuaes brasileiros, aqui residentes, e que se interessam pelo engrandecimento do Brasil, deixar de compartilhar do enthusiasmo civico, que deve reinar nesta hora historica, da qual está dependendo o futuro da patria commum. Assim não lhes era razoavel deixar passar no olvido occasião em que pudessem trazer a sua collaboração áquella Assembléa, apresentando o nome de um intellectual cujas virtudes civicas são sobejamente conhecidas: Professor Miguel de Oliveira Couto. Não se faz preciso accrescentar qualquer justificação dos motivos que inspiraram a escolha deste nome illustre, por isso que se corre o risco de não attingir a finalidade, ficando-se a quem da pessoa excelsa.

Ao eleitorado independente os signatarios desta recomendam e pedem, conscios de serem attendidos, leve o nome do Dr. Miguel de Oliveira Couto ás urnas, na proxima eleição, para seu representante na Assembléa Constituinte. Está na mão do povo decidir dos seus destinos, escolhendo os seus representantes; não

é crível, portanto, que não seja suffragado o nome de tão venerando varão que por muitos titulos já alcançou a gratidão nacional e é, por si só, uma garantia valiosa da conservação e grandeza do Brasil. (Assignados): Aloysio de Castro, Gustavo Barroso, Affonso Celso, F. Whitaker, Coelho Neto, A. Austregesilo, Ramis Galvão, Antonio Bento de Faria, Alberto de Oliveira, João Ribeiro, Carlos Chagas, Henrique Roxo, Rocha Vaz, Gregorio da Fonseca, Laudelino Freire, Ademar Tavares, Ataulpho de Paiva, Felix Pacheco, Roquette Pinto, Anna Amelia Q. Carneiro de Mendonça, Figueiredo de Vasconcellos, Carvalho Cardoso, Alcindo Baena, Manoel de Abreu, Antonio Fonte, Henrique Aragão, Dulcideo Ferreira, Julio Moniz, Oswino Penna, Thales Martins, Gomes de Farias, Leonídio Chaves, Joaquim Fonseca, Orlando Rangel, Ruy de Lima e Silva, Alceu de Azevedo, Ary de Miranda, Jorge Leuzinger, Alberto Betim Paes Leme, Fernando Magalhães, Astrogildo Machado, Aristides Marques da Cunha, Eraclydes Cesar de Souza Araujo, Jorge Summer, Oswaldo Cruz Filho, Marques Baptista dos Santos, Carlos Burle de Figueiredo, José Guilherme Lacoste, Nuno Alvaro Pereira, Carlota Pereira de Queiroz, Geraldo M. Ribeiro de Andrade, Adolpho J. C. Del Vechio, Felintho de Almeida, Jesuino de Albuquerque, Fernando de Faria, Carlos Bastos Netto, Sergio Silva, Olegario Marianno, João Ribeiro, Augusto de Lima, Candido de Oliveira Filho, Ary de Azevedo Franco, Salvador Peregrino de Oliveira, Frederico Eyer, Carlos Guimarães Bittencourt, Moncorvo Filho, Raja Gabaglia, Astolpho de Rezende, Gastão Cruis, J. V. Miranda Carvalho, Roberto Duque Estrada, Pedro Pernambuco Filho, Clementino Fraga, Oswaldo de Oliveira, Martinho da Rocha, Genival Londres, Henrique Duque, Carlos Americo dos Reis, Botafogo Gonçalves, A.

Eugenio Arêa Leão, Antonio Augusto Moniz, Edmundo Cannabarro Carvalho, J. da Cunha Cruz, Silverio Prado Pestana, Reynaldo Gonçalves de Souza, Sylvio Gomes Pereira, Jeronymo Monteiro Filho, Antonio Augusto, Pires Salgado, Augusto Torres, René Lacletté, Olympio Chaves Thibau Junior, Paulo de Campos Osorio, Ismar Gama Fernandes, Americo Nascimento, Abelardo Accetta, João de Souza Mendes, Arthur de Alcantara, Silveira Martins Leão, Aida Castro Bahiana, Affonso Cunha Mello, J. R. Castello Branco, Luiz Sodré, Paulo Cesar de Andrade, Julio Vieira, Dauro Mendes, Gabriel de Andrade, Milton Pereira de Carvalho, Victor Côrtes, Roberto Souza Coelho, Merval Soares Pereira, Renato Rocco, Olympio de Castro, Oscar Ferreira Júnior, Cardoso Fonte, Alexandrino Agra, João Quental, Annibal Prata, Veiga Lima, Jorge Pinto, Sebastião Barroso, José Martinho da Rocha, Ramos Pereira, Ruy Vaccani, Civis Galvão, Oswaldo Boaventura, Arnaldo de Andrade, Almeida Nunes, Esmeragdo Ramos, Nestor Meira, Roberto Segradas Vianna, Abel Guimarães Porto, Arnaldo de Moraes, Araujo Penna, Raphael de Azevedo, Edgard, Filgueiras, Renan Reis, João Baptista de Sequeira, Emmanuel Marques Porto, Ezequiel Rocha Freire, Eudoxio dos Santos, Oscar Luiz Vieira Ferreira, Decio Pagani, João da Rosa Silveira, João Gualberto Marques Porto, Ernani da Motta Mendes, Arthur Cesar de Andrade, Walter Freire Braga de Sequeira, J. Nobrega, Pires Ferrão, Britto Cunha, Oswaldo Freire Braga de Sequeira, José Paulo de Azevedo Sodré, Hermano de Souza Mattos, Toscano de Britto, José de Menezes Franco, Darcy Monteiro, Agnello Quintella Filho, João Amarante, Francisco de Paula Palhares Junior, Luiz de Souza Aguiar, Zoroasto Rodrigues de Alvarenga, A. Dantas de Queiroz, Corina Gonçalves, Almirante

Godofredo Arthur da Silva, João Carlos Penido, Lafayette de Freitas, Santos Werneck, Thiers Ribeiro, Carlos Sampaio Corrêa, Pedro Paulo Paes de Carvalho, Ernani Soares Pereira, Agostinho Thiago Alvares Pinto, Ismael Sampaio de Gusmão, Menezes Pinto, Carlos Negri da Gama, Aprício Rodrigues, Jeronymo de Souza Monteiro, Francisco Bastos Monteiro, Marcello Miranda Ribeiro, Jorge Moitinho Doria, Ismael Muniz Freire, José Belleza, Epaminondas Figueiredo, Manoel Monteiro Autran, Celso Figueira, Cicero Monteiro, Adelardo Soares Caiuby, Alberto Farani, José da Motta Maia, Alvaro Lourenço Jorge, Manoel Claudio Motta Maia, Gilberto de Moura Costa, Henrique de Moura Costa, Ruy Pereira Gomes, Humberto Mathias Costa, Antonio Penido, Zopyro Goulart, Sylvano Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, Deolindo Couto, Edgard Guimarães de Almeida, Manoel Roitter, Octacilio Dantas Barbosa dos Santos, Mario Guimarães Ramos e Adalto Junqueira Botelho".

Fonte: Jornal do Commercio, 24 e 25 de abril de 1933.

ANEXO II

CARTA ENVIADA POR MIGUEL COUTO A FRANCISCO CAMPOS

"Prezado Ministro Francisco de Campos.

Escrevi-lhe há dias as bobagens que pronunciei na Associação Brasileira de Educação e espero que me tenha perdoado a liberdade.

Advoguei ali que se destinasse ao ensino e à higiene (exatamente o seu ministério) a totalidade do impôsto sôbre a renda e sôbre bebidas alcoólicas, num cômputo de 200 mil contos. Hoje seria o dôbro.

Nessa ocasião reuni abundantes elementos de estudo que se dispersaram, restando apenas êsses que lhe mando, conquanto lhe seja fácil obtê-los mais modernos.

O **Diário Oficial** de 21 de outubro de 1927 publica um subsídio importante do malogrado Severino Lessa, e recentemente o Afrânio apresentou o magnífico relatório de agôsto. Acho baixas as taxas propostas, que não obstante já provocaram a celeuma do interêsse contrariado. Que importa a saúde dos outros?

Uma grande revolução que se fizesse sòmente para estabelecer êstes dois princípios: I - Obrigatoriedade do ensino primário; II - Obrigação de fornecê-lo o Governo Federal, seria bem vinda e abençoada, porque só ela teria trazido a redenção do Brasil pela cultura dos seus filhos. Entregar a falidos Estados e Municípios a educação primária, como é entendida hoje, custosa e difícil, moral,

intelectual, física e profissional, para tôdas as crianças de 7 a 14 anos, ou abandoná-la, é o mesmo. Quarenta anos de federação tiram a êste assêto qualquer vislumbre de sherloquismo; fácil é demonstrar que na maioria dos Estados, dado o aumento da população, há menos escolas e menos freqüência do que na monarquia. Nem é preciso sair do Distrito Federal.

Lembre-se o eminente ministro da fábula de Fedro.

O momento é único, ou hoje ou nunca. Acrescente a nossa Pátria e immortalize o seu nome.

Seu maior admirador - Miguel Couto"

Fonte: NAVARRO, Moacyr. Miguel Couto vivo. Rio de Janeiro, A Noite, 1950.